



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"**

BEATRIZ ANDREOTTI DOS SANTOS

**DIMENSÕES DA MEDIAÇÃO CULTURAL NOS PERIÓDICOS
LATINO-AMERICANOS QUALIS A DA ÁREA DE COMUNICAÇÃO E
INFORMAÇÃO**

MARÍLIA
2021

BEATRIZ ANDREOTTI DOS SANTOS

**DIMENSÕES DA MEDIAÇÃO CULTURAL NOS PERIÓDICOS
LATINO-AMERICANOS QUALIS A DA ÁREA DE COMUNICAÇÃO E
INFORMAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Marília.
Linha de pesquisa: Gestão, mediação e uso da informação
Orientadora: Prof^a. Dr^a. Tamara de Souza Brandão Guaraldo

MARÍLIA
2021

S237d Santos, Beatriz Andreotti
Dimensões da mediação cultural nos periódicos latino-americanos Qualis A da área de Comunicação e Informação / Beatriz Andreotti Santos. -- Marília, 2021
136 p. : il., tabs.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília
Orientadora: Tamara Souza Brandão Guaraldo

1. Mediação cultural. 2. Cultura. 3. Ciência da informação. I.
Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

BEATRIZ ANDREOTTI DOS SANTOS

**DIMENSÕES DA MEDIAÇÃO CULTURAL NOS PERIÓDICOS
LATINO-AMERICANOS QUALIS A DA ÁREA DE COMUNICAÇÃO E
INFORMAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Marília, na linha de pesquisa “Gestão, mediação e uso da informação”.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Tamara S. Brandão Guaraldo (Orientadora)

Profa. Dra. Sueli Bortolin (Membro titular)

Prof. Dr. Oswaldo F. de Almeida Júnior (Membro titular)

Profa. Dra. Luciane F. Beckman Cavalcante (Membro suplente)

Profa. Dra. Maria Eugênia Porém (Membro suplente)

Marília, 2021.

AGRADECIMENTOS

Nada do que apresento aqui construí sozinha.

Patricia, Emerson e Rafael (carinhosamente apelidados de: mamis, papis e tatinho), eu não seria absolutamente nada sem vocês. Muito obrigada pelo contínuo apoio, incentivo, suporte e amor transmitido através desses 300 quilômetros de distância.

Renan, todo dia com você me lembra que eu escolhi o melhor companheiro possível para essa aventura. Eu te amo e isso já explica tudo.

Brenda, obrigada por sempre estar à disposição, você me acolhe como ninguém. Me sinto honrada de ter te conhecido naquela fila do restaurante universitário e por termos sido companheiras inseparáveis durante esses anos - com pandemia ou sem.

Camila, Eduardo, Fernando, Glayton, Isabella, Karime, Luís Augusto e Raquel: vocês estimularam muitas das palavras, sentimentos, ideias e argumentos que apresento aqui e atravessaram minha vida quando eu mais precisei, cada um do seu jeitinho. Muito, muito obrigada.

Meu reconhecimento à professora Tamara, pela orientação e assistência nesses 2 anos que me transformaram. Agradeço também aos professores que se mostraram disponíveis em colaborar com esta pesquisa nas bancas de qualificação e defesa: Luciane F. Beckman, Maria Eugênia Porém, Oswaldo F. Almeida Júnior, Rosângela F. Calda e Sueli Bortolin. Agradeço especialmente ao professor Carlos Cândido de Almeida, por ter me ensinado continuamente desde meu primeiro ano de graduação, por me inspirar incessantemente como intelectual e por me acolher no Grupo de Pesquisa Fundamentos Teóricos da Informação - GPFTI.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista (PPGCI/Marília), funcionários da Faculdade de Filosofia e Ciências e membros que estavam presentes na arguição do meu projeto inicial pela oportunidade. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001, logo, agradeço pelo suporte financeiro durante esta jornada e em defesa da autonomia e desenvolvimento tecnológico e científico do país, #LutePelaCiência.

“A arte existe para que a realidade não nos destrua.”

(Friedrich Nietzsche)

RESUMO

Entendendo a função cultural da informação como fâsca para a transformação social, esta pesquisa visa compreender as dimensões do conceito de mediação cultural em artigos publicados por periódicos latino-americanos, Qualis A na área de Comunicação e Informação, no período de 2015-2019. Para tanto, foi realizado levantamento bibliográfico a partir de pelo menos um dos termos de busca: *mediação cultural*, *mediação da cultura*, *mediador cultural*, *ação cultural*, *ações culturais*, *animação cultural*, *atividades culturais* e/ou suas respectivas traduções em espanhol. Os 44 artigos selecionados para análise foram interpretados considerando a polissemia e múltiplas possibilidades de sentidos do conceito de mediação cultural. A pesquisa ressaltou a construção de um discurso que relaciona o conceito de mediação cultural principalmente à construção, apropriação e socialização de saberes para a transformação da sociedade e estrutura o conceito relacionando-o ao repertório simbólico coletivo, à participação coletiva e interativa, às políticas públicas de cultura, à ressignificação de mídias e espaços urbanos, aos espaços informacionais, às práticas de ação cultural e à construção de sentidos em diferentes configurações.

Palavras-chave: Mediação cultural; Cultura; Ciência da Informação.

ABSTRACT

Understanding the cultural function of information as a spark for social transformation, this research aims to understand the dimensions of the concept of cultural mediation in articles published by Latin American journals, Qualis A in the area of Communication and Information, in the period 2015-2019. To this end, a bibliographic survey was carried out using at least one of the search terms: *mediação cultural*, *mediação da cultura*, *mediador cultural*, *ação cultural*, *ações culturais*, *animação cultural*, *atividades culturais* and/or their respective translations into Spanish. The 44 articles selected for analysis were interpreted considering the polysemy and multiple possibilities of meanings in the concept of cultural mediation. The research highlighted the construction of a discourse that relates cultural mediation mainly to the construction, appropriation and socialization of knowledge for the transformation of society and structures the concept by relating it to the collective symbolic repertoire, to collective and interactive participation, to culture's public policies, the re-signification of media and urban spaces, informational spaces, cultural action practices and the construction of meanings in different configurations.

Keywords: Cultural mediation; Culture; Information Science.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	6
2	MEDIAÇÃO CULTURAL: UM CONCEITO EM CONSTRUÇÃO	9
2.1	Informação e cultura: partes de um todo	9
2.2	O que a Ciência da informação busca na mediação?	15
2.3	Rumos da mediação cultural	18
3	METODOLOGIA	26
4	RESULTADOS	34
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
	REFERÊNCIAS	84
	APÊNDICES	94

1 INTRODUÇÃO

Todo mundo sempre se surpreendeu ao me ouvir falar que Biblioteconomia foi minha primeira e única opção nos vestibulares que prestei. Sempre fui extremamente ávida pelo saber e, com certa inocência, achava que trabalhar em uma biblioteca seria o caminho certo para conquistar todo o conhecimento do mundo. A leitura foi o que me moveu durante muitos dos intrigantes e excepcionais anos da adolescência.

Isto posto, em minha humilde opinião, as bibliotecas se tornaram espaços de excelência - por serem lugares de criação, informação, imaginação e transformação. Hoje, além dos rumos percorridos em momentos de leitura, entendo as bibliotecas também como lugares de cultura, memória e educação (SILVEIRA, 2007).

Reconhecer as bibliotecas como instituições sociais, é uma noção que desponta no século XIX. A emergência, principalmente de bibliotecas públicas, está vinculada diretamente às transformações sociais dos séculos XVIII e XIX - oriundas da Revolução Industrial. Mueller (1984, p. 9, grifo da autora) aponta que a defesa pela manutenção de bibliotecas públicas “ressaltava o baixo custo de um investimento que permitiria dar ao povo acesso à boa leitura, fazendo das bibliotecas públicas o meio mais econômico de se tentar manter *homens exaustos e sem dinheiro entretidos em prazeres inocentes*”, premissa que pontualmente implica a intenção de transformar as bibliotecas em uma ferramenta de controle social. Ao mesmo tempo, como espaço de informação, criação e potência transformadora, Milanesi (1989, p. 17) destaca que “se informação é poder, a biblioteca é perigosíssima”.

De início, as bibliotecas existiam prioritariamente para suprir e apoiar as necessidades dos sistemas de ensino. A função educacional, no geral, é primazia da biblioteca pública até hoje, mas desenrolou-se em outras funções, como tentativa de alcançar diferentes segmentos sociais. Mueller (1984) atesta que as bibliotecas passam a atuar em uma perspectiva sociocultural a partir do século XX; essa concepção é composta, além da função educacional, pelas funções voltadas para o lazer, para a informação e para a cultura.

Esta pesquisa visa compreender como a área da Comunicação e Informação se refere à mediação cultural, identificando suas dimensões conceituais, na tentativa de superar o entendimento de cultura como um sinônimo de erudição e refinamento, e entendendo, a função cultural da informação como motor de desordem¹, em uma estrutura social capitalista, conservadora, elitista e opressora.

¹ “O conceito da desordem é produzido a partir da visão que o indivíduo tem do mundo. Ordem/desordem é permeada pela ideologia” (MILANESI, 1989, p. 35).

Ainda que, gradativamente, o cenário tem se transformado ao longo dos anos, é possível afirmar que a função cultural das bibliotecas não é uma prioridade entre os objetos de estudo da Biblioteconomia e Ciência da Informação - e deixou de ser preterida, para se desenvolver embrionariamente entre a década de 1990 e os anos 2000 (ALMEIDA JÚNIOR, 1997; MOSTAFA, 2012). Esta pesquisa parte da tese que a função cultural das bibliotecas, quando discutida na literatura, é majoritariamente voltada para as bibliotecas públicas - levando em conta que essa ênfase tem relação direta com sua complexidade e ampla capacidade de interação com a sociedade num todo.

Também fazendo referência à atuação de bibliotecas públicas, Moncada Patiño et. al. (2005, p. 41-42) relata que a função cultural tem como objetivo:

convertir el espacio de la biblioteca en centro cultural para la comunidad, donde se genere, rescate, preserve y difunda los valores y la identidad cultural, por medio de una participación activa, del disfrute y la apreciación de todas las expresiones culturales y artísticas. Como también, motivar a las personas para el buen uso del tiempo disponible, con la realización de servicios, programas y actividades para el entretenimiento, la recreación y la cultura.

Essas práticas podem ser relacionadas ao conceito de mediação cultural.

Na área, a primeira menção do conceito foi realizada por Flusser (1980), ao discorrer sobre as qualidades na atuação de uma biblioteca verdadeiramente pública, apontando-a como espaço de produção cultural. Apesar de citar a mediação cultural, Flusser (1980) não aprofunda o conceito, que começa a ganhar espaço teórico por volta de 1990 (MOSTAFA, 2012), com o reconhecimento de contextos diferentes para a produção e disseminação de conhecimento - indo além das esferas tradicionais já postas, como a comunicação científica registrada, e percebendo os fluxos de informação forjados em práticas culturais.

A informação é elemento crucial para a estrutura cultural, quando entendida “não como um dado, uma coisa que teria um significado e uma importância *per se*, mas como um processo, como algo que vai ser percebido e compreendido de variadas formas de acordo com os sujeitos que estão em relação” (ARAÚJO, 2003, p. 25). É por meio de uma teia de elementos simbólicos que interpretamos e nos apropriamos das informações e, portanto, compreender a mediação cultural implica perceber nesse processo um veículo de disseminação informacional que deve ser articulado à atuação dos profissionais da comunicação e informação.

Entendendo que a função cultural das bibliotecas e outros equipamentos informacionais pode ser fundamentada pelo conceito de mediação cultural, esta pesquisa se

justifica pelo interesse em identificar como esse conceito é discutido na literatura da área de Comunicação e Informação, identificando diferentes dimensões conceituais e práticas.

Desse modo, esta pesquisa tem por objetivo investigar as dimensões do conceito de mediação cultural em periódicos científicos da área de Comunicação e Informação, no período de 2015 a 2019, com a finalidade de compreendê-lo, mapeando suas relações, imbricações e ligações conceituais e interpretativas. Para tanto, assumimos uma perspectiva discursiva, que envolve a polissemia do termo, entendendo cada artigo como um texto e compreendendo, a partir de cada um e de suas relações, um discurso sobre o conceito de mediação cultural dos autores no período analisado.

Este trabalho é organizado em 5 seções: a “1. Introdução”, contextualizando e apresentando os objetivos da pesquisa; o referencial teórico que delinea a pesquisa é apresentado no capítulo “2. Mediação cultural: um conceito em construção”; a proposta metodológica da revisão sistematizada é traçada na seção “3. Metodologia”; em seguida, apresentação de “4. Resultados e discussão”; e, para conclusão, finalizamos com “5. Considerações finais”.

2 MEDIAÇÃO CULTURAL: UM CONCEITO EM CONSTRUÇÃO

Essa seção fundamenta teoricamente a perspectiva assumida na análise bibliográfica.

2.1 Informação e cultura: partes do todo

Ao dispor dos conceitos de cultura e informação procuramos compreendê-los a partir de uma esfera comunicativa, visando à composição introdutória do referencial teórico.

Em essência, a palavra cultura provém do verbo em latim *colere* – que significa cultivar, frutificar e florescer. A forma em que a palavra foi majoritariamente utilizada reflete essa noção, considerando que indica a manutenção de costumes, tradições, rituais e comportamentos muitas vezes como sinônimo de requinte e sofisticação.

A noção de refinamento individual e coletivo, por meio da aquisição de cultura, é resultado do Evolucionismo Cultural. Esta linha de pensamento cria uma escala evolutiva de civilização, implicando que a cultura avança uniformemente e que todas as civilizações são obsoletas, em comparação com as sociedades – supostamente – desenvolvidas. O Evolucionismo cultural cria, então, uma hierarquização das culturas – numa perspectiva extremamente colonialista e etnocêntrica (LARAIA, 1989; SANTOS, 2006).

Sodré (1988, p. 8) introduz sua obra pontuando como o conceito de cultura enreda o “semicídio”, o extermínio de determinadas manifestações simbólicas, apontando como exemplo que:

O capitalismo, o progresso, a civilização, a cultura ocidental se tornam possíveis a partir do tráfico de escravos, da grande diáspora negra [...]. E isto encontrava a sua legitimação nos imperativos da Verdade produzida pela cultura, “invenção”, exportada da Europa para as elites coloniais a partir do final do século XVIII.

Por “cultura” é possível entender muita coisa - definir o termo é complexo, justamente, por ser múltiplo, refletindo diversas possibilidades de uso institucional e/ou científico. Partindo de uma origem biológica em comum, humanos ocuparam o planeta, cada qual no seu ritmo, utilizando e transformando os recursos naturais de maneiras diferentes. Apesar de identificarmos alguns comportamentos em comum, por exemplo, a conveniência de estabelecer moradia, “cada agrupamento esteve marcado pelas maneiras de organizar e transformar a vida em sociedade e de superar os conflitos de interesse e as tensões geradas na vida social” (SANTOS, 2006, p. 11), portanto, podemos afirmar que cada cultura é produto de uma história.

Comumente, o termo cultura é definido como sinônimo de estudo, educação, manifestações artísticas (teatro, música, dança, pintura etc.), costumes (modo de vestir,

comidas tradicionais etc.) e/ou celebrações (rituais, lendas e crenças). A multiplicidade de definições constrói determinada universalização que “[...] passa a demarcar fronteiras, estabelecer categorias de pensamento, justificar as mais diversas ações e atitudes, a instaurar doutrinariamente o racismo e a se substancializar, ocultando a arbitrariedade histórica de sua invenção” (SODRÉ, 1988, p. 8).

A partir de Santos (2006), é possível entender cultura como o todo complexo de características de uma comunidade. Compreendida como realidade social, a cultura abarca a complexa existência de uma sociedade – no caso, as maneiras de conceber e organizar a vida social e os recursos disponíveis para cada agrupamento humano. O termo também faz referência ao conhecimento produzido por um grupo e suas conseqüentes manifestações – uma perspectiva que enfatiza os elementos relacionados ao conhecimento (artístico, científico e técnico), interpretando “cultura” como um domínio da vida social.

Ao unirmos essas duas premissas, temos o verbete do *Diccionario de Sociologia*, que define cultura como “o modo de vida de um grupo social; a parte do contexto de um grupo construída totalmente pelo homem, com a inclusão de todos os produtos materiais e intangíveis da vida em sociedade que se transmite de uma geração à outra” (THEODORSON; THEODORSON, 1978, p. 69, tradução nossa).

Em uma visão antropológica, Geertz (2013, p. 4) introduz sua análise com a defesa de um conceito de cultura

[...] essencialmente semiótico. Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa à procura do significado.

Sendo assim, cultura como um sistema de significações, é concebível a partir de um repertório constituído de conhecimentos, morais, manifestações artísticas e costumes que são adquiridos, e mutuamente influenciado, pelos indivíduos a partir de sua vivência como membro da sociedade. Esse processo de aprendizagem é o processo de socialização, no qual o sujeito adota características coletivas, por meio de relações sociais e interação com dispositivos de reprodução cultural - entendidos aqui como esferas que condicionam o arranjo da ordem social, considerando que “as forças mais significativas para a preservação do poder são aquelas que anulam a oposição antes que se torne uma ameaça” (MILANESI, 1989, p. 37).

A cultura é, portanto, um sistema enraizado tanto no indivíduo como em sua estrutura social, pois, como aponta Durkheim (1970, p. 46) “o homem não é humano senão porque vive em sociedade”. O comportamento social de uma pessoa faz parte de sua herança

cultural, produto da ação de uma determinada estrutura cultural. Trabalhar com cultura é abordar uma autêntica produção humana. Não há cultura sem atuação humana e, reciprocamente, não há atuação humana que não esteja imersa em hábitos culturais.

Consequentemente, a cultura é reflexo da disposição da sociedade – as culturas são dinâmicas, porque os humanos são dinâmicos. As teorias modernas sobre cultura, justamente, entendem-na como um sistema adaptativo, que se molda às comunidades humanas. Assim, ao mesmo tempo em que os elementos culturais estão dados dentro de uma sociedade, os indivíduos podem transformá-los, devido a capacidade de observar e questionar seus hábitos, considerando a dinâmica entre o coletivo e entre manifestações culturais diferentes (LARAIA, 1989).

As Ciências humanas passam a tratar cultura sistematicamente como ciência a partir do século XIX, com a ampliação das relações entre nações industrializadas e populações do resto do mundo – estas subjugadas à influência das nações ditas desenvolvidas, como sinônimo de um determinado padrão cultural. Santos (2006, p. 18) destaca que:

As culturas e sociedades humanas se relacionam de modo desigual. As relações internacionais registram desigualdades de poder em todos os sentidos, os quais hierarquizam de fato os povos e nações. Este é um fato evidente da história contemporânea e não há como refletir sobre cultura ignorando essas desigualdades. É necessário reconhecê-las e buscar sua superação.

O Relativismo Cultural, contrário ao Evolucionismo, tenta entender diferentes culturas compreendendo que não podem ser aplicados os valores de uma sobre a outra nesta observação, pois, os costumes de uma cultura fazem sentido apenas a partir daquela comunidade e isso não a inferioriza. O caráter adaptativo das culturas reflete diretamente na diversidade cultural. A diversidade cultural é também um reflexo das desigualdades sociais. Santos (2006, p. 19) destaca que “essa diversidade não é só feita de idéias; ela está também relacionada com as maneiras de atuar na vida social, é um elemento que faz parte das relações sociais no país”.

A noção de cultura, afetada pela desigualdade social, foi majoritariamente relacionada à erudição por muito tempo; compreensão que reflete os valores e padrões da classe social dominante, da elite. A cultura popular, por sua vez, é fruto das manifestações do povo – trabalhadores, oprimidos, baseada na regionalidade e na ancestralidade. Frente a uma sociedade de classes, é evidente que a cultura erudita é mais valorizada e é geralmente acessada exclusivamente por indivíduos da elite.

É de extrema importância questionar, criticar, essa hierarquização cultural. Essa estrutura é determinada pela classe dominante, justamente, para a manutenção e conservação de sua superioridade sobre a classe trabalhadora dominada.

O reconhecimento das diferenças vai além do Relativismo Cultural; é preciso entender que as diferenças culturais existem e são construídas a partir de processos históricos pelos quais diversos grupos e comunidades passaram, resistindo e negociando valores culturais - em percursos que são extremamente particulares. Ao destacarmos que “cada realidade cultural tem sua lógica interna, a qual devemos procurar conhecer para que façam sentido suas práticas, costumes, concepções e as transformações pelas quais estas passam” (SANTOS, 2006, p. 8), podemos afirmar que cada cultura tem sua autenticidade, que não depende de validação alguma, senão dos sujeitos que se inserem nela. Não é possível estabelecer uma medida para a cultura. Afirmar que isto possui mais cultura que aquilo, que este é menos culto que aquele, é um mito insustentável.

Cultura é um conceito com uma quantidade inesgotável de interpretações, pois, é um produto puramente humano e, seja qual for sua manifestação, está inserida permanentemente na atuação humana, assim como a atuação humana condiciona o caminho cultural. A cultura pode ser pensada além de sua atuação como ferramenta de hierarquização e dominação e deve ser vista como meio para a criação, conscientização e transformação da realidade, pois,

uma cultura libertadora não consideraria as necessidades culturais como um pretexto para alimentar um sistema comercial ou ideológico, mas se engajaria, em primeiro lugar, num processo que visaria dar a cada homem a possibilidade de descobrir suas verdadeiras necessidades - decorrentes de sua cultura-contexto - para num segundo tempo, lhe dar as possibilidades de satisfazê-las. Somente assim poderá ser evitada uma cultura elitista, alienada ou reacionária (FLUSSER, 1983, p. 153)

Se a cultura é produção humana, a informação, independente de qual perspectiva utilizamos para dar significado ao termo, também o é - condicionando e refletindo a estrutura cultural em que se vive. Quando tomamos por premissa que “informação é o que é informativo para uma determinada pessoa. O que é informativo depende das necessidades interpretativas e habilidades do indivíduo” (CAPURRO; HJORLAND, 2007, p. 154-155), fica nítido que a necessidade por informação é criada no meio sociocultural e depende do meio sociocultural para atuar como informativa.

Em uma definição básica, informação é o ato de informar, de dar forma a algo - apreendendo a acumulação de conhecimento por meio de pesquisa, a comunicação como meio de explicação e elucidação, as notícias veiculadas por meios de comunicação e o

informe, como relatório escrito, o que podemos entender como o registro de algo². Etimologicamente, o termo tem origem no latim *informatio* e sua definição implica um intrincado processo de tomada de decisão, por ser um termo complexo que depende de lentes específicas para ser definido e utilizado. Para Buckland (1991), isso se dá porque o conceito de informação é flexível diante de seus diferentes usos, das abordagens comuns e diversas disciplinas que o incorporam em seus quadros teóricos.

Aqui, partimos da noção de que a informação configura objetos mentais por meio de representações que são veiculadas de alguma maneira - verbal ou não-verbal (SILVA, 2006). Igualmente, é preciso destacar que entendemos informação como um fenômeno humano, que envolve, além dos clássicos elementos da Teoria Matemática da Comunicação de Shannon e Weaver (1975)³: mensagem, emissor, destinatário, canal e requisitos para interpretação, que são moldados por critérios históricos e culturais com “indivíduos transmitindo e recebendo mensagens no contexto de suas ações possíveis” (MACHLUP, 1983 apud CAPURRO; HJORLAND, 2007, p. 161).

Da informação como conceito, ao seu entendimento como objeto de estudo de uma área do conhecimento, Silva (2006, p. 20) afirma que “[...] a Ciência da Informação se constitui uma disciplina científica que prepara a informação para ser usada por quem dela precisa, ou seja, os cientistas, os empresários, os técnicos, os políticos e, naturalmente, o cidadão comum” e, para tanto, entendemos que a consolidação da área se dá por meio da preocupação com os fluxos informacionais (incluindo a disseminação, circulação, recuperação e uso da informação) e com a evidência dada ao conteúdo dos materiais preservados institucionalmente - não se pretende negar a salvaguarda de documentos, mas salientar os aspectos informacionais do que é registrado ali.

Capurro e Hjørland (2007) apontam que o interesse da área de Ciência da Informação (CI) no termo informação reflete a relevância das tecnologias de informação e comunicação (TIC) e a influência conceitual da Teoria Matemática da Comunicação e das ciências cognitivas; nesse sentido, Borko (1968) ressalta que a CI explora o comportamento da informação, propriedades, transmissão e processamentos técnicos, percebendo a organização e preservação como meios de otimizar o acesso e uso eficiente da informação.

² Disponível em:

<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/informa%C3%A7%C3%A3o/>.

³ SÁ, Alzira Tude. Uma abordagem matemática da informação: a teoria de Shannon e Weaver - possíveis leituras. **LOGEION**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 48-70, set. 2018/fev. 2019. Disponível em: <http://revista.ibict.br/fiinf/article/view/4245>. Acesso em: 10 dez. 2020.

Capurro (2003, *online*) aponta a existência de três paradigmas que moldaram a Ciência da Informação até o que entendemos hoje; para fins de contextualização, o autor destaca que a área despende da Biblioteconomia clássica e da computação - evocando, portanto, as raízes tecnológicas e aspectos sociais e culturais que permeiam a área. Em síntese, os paradigmas delineados por Capurro (2003) equivalem ao:

1. Paradigma físico - advém da Teoria Matemática da Comunicação e entende a informação como algo físico, transmissível de um emissor para um receptor.
2. Paradigma cognitivo - parte da necessidade individual por informação e utiliza a transformação das estruturas cognitivas como parâmetro para perceber as mensagens como informativas.
3. Paradigma social - critica o paradigma cognitivo e, por sua vez, concede grande importância aos contextos dos processos informacionais; entende que a informação é social e culturalmente construída e o mesmo vale para os sujeitos informacionais.

Saracevic (1999) identifica três conceitos de informação na área, caracterizando-os por seus devidos sentidos: 1. o sentido restrito, define informação como sinais ou mensagens codificadas; 2. o sentido amplo, envolve a interação entre expressão e compreensão; 3. o sentido ainda mais amplo, como explica Araújo (2014, p. 18), implica “não apenas as mensagens (sentido restrito) que são cognitivamente processadas (sentido amplo), mas também um contexto [...] no decurso da qual a informação é cognitivamente processada”.

É a partir de uma perspectiva informacional que a ciência da informação apreende o mundo, assim como é a partir da capacidade de dar forma a algo que a humanidade *informa*. Como pontua Araújo (2014, p. 24-25, grifo do autor) “é *essa ação* de produzir registros materiais que é a informação, que é o objeto de estudo da Ciência da Informação. A Ciência da Informação não estuda a ação administrativa, política ou cultural em si mesmas, mas apenas aquilo que elas têm de informacional”.

Silva (2006, p. 22, grifo nosso) precisamente traduz essa discussão, afirmando que o entendimento de “informação” na CI começa na:

[...] coisificação das ideias, das emoções e das situações concretas representadas por diferentes códigos (língua falada e escrita, números, desenho, imagens, música...), naquilo que é materialmente visível ou audível e partilhável por um número indeterminado de seres humanos e pode ser guardado e reutilizado hoje, amanhã e sempre - o documento. *Começa, pois, necessariamente por aqui para agarrar o essencial*: o conjunto estruturado de representações mentais (e emocionais) que são passíveis de serem comunicadas ou transmitidas, correspondendo esta atividade cognitiva e social a um processo dinâmico e multifatorial bastante complexo e, sem

dúvida, decisivo quer na dimensão ontológica, quer na existencial e prática da condição humana.

Informação, como fenômeno contextual e puramente humano, implica uma contínua interação que representa o sentido mais autêntico de *comunicação* - como ato de partilha, comunhão, processo de troca mútua.

É a comunicação e a disseminação do repertório informacional que permite a perpetuação e ininterrupta transformação do patrimônio cultural, sendo que a cultura é, por si só, comunicativa. E, como numa bola de neve, a comunicação se dá pela informação que é dependente de interpretação contextual e fator crucial para a estrutura cultural.

2.2 O que a Ciência da informação busca na mediação?

A literatura da ciência da informação é caracterizada por Schrader (1983, p. 99 apud CAPURRO; HJORLAND, 2007, p. 154) pelo “caos conceitual”, fato que envolve afirmações contraditórias por meio da defesa de conceitos vagos e prolixos. Quando falamos sobre o termo mediação, Almeida (2008, p. 3) pontua que o crescente uso do conceito e sua aparente naturalidade “esconde a falta de discussões mais aprofundadas acerca de suas aplicações, limites e paradoxos”, o que, de certa maneira, pressupõe a existência de um conceito cognoscível entre pesquisadores.

Parte-se da noção que mediação é um termo *elástico* - apropriado por diferentes disciplinas nas Ciências Humanas e Sociais e, sendo assim, “[...] uma definição consensual de mediação, nos ambientes da pesquisa e da prática, parece impraticável” (ALMEIDA, 2008, p. 3). Do latim *mediare*, a palavra comumente foi utilizada a partir de três sentidos principais: como ação de dividir ao meio, ocupação de uma posição média e atuação intermediária (WILLIAMS, 2007). E, atualmente, vem influenciando, quanti e qualitativamente, o quadro teórico da Ciência da Informação.

O uso do conceito “mediação” na Ciência da Informação desponta da necessidade de uma discussão teórica que compreendesse as lacunas no desenvolvimento conceitual do serviço de referência e informação⁴ - que, até então, era traçado somente por metodologias e passos estipulados (SANTOS NETO, 2019).

Signates (1998, p. 38) aponta o idealismo e o marxismo como matrizes filosóficas do conceito de mediação: o idealismo, em seu olhar teológico, entende mediação desde a

⁴ “[...] a finalidade do serviço de referência e informação é permitir que as informações fluam eficientemente entre as fontes de informação e quem precisa de informações. Sem que o bibliotecário aproxime a fonte do usuário, esse fluxo jamais existirá ou só existirá de modo ineficiente” (WHITAKER, 1868 apud GROGAN, 1995, p. 8).

intercessão de Jesus e de santos católicos entre deus e a humanidade; por uma perspectiva hegeliana, mediação é um processo entendido dialeticamente, transcorrido por meio da negação, tensão e transformação do que se é; ainda como um processo, o marxismo percebe a mediação como categoria ontológica, “que permite pensar a relação da transformação nas condições de produção com as mudanças no espaço da cultura (transformações do *sensorium* dos modos de percepção, da experiência social)”.

Para conceituar mediação, Signates (1998) começa a compreendê-la pelo o que ela não é, partindo de três princípios - mediação não é:

1. Intermediação: considerando que entender as instituições de comunicação como "meios de comunicação" - por estabelecerem a relação entre sociedade, instituições sociais e ideais distintos - não implica que elas são espaços de mediação;
2. Filtro: por ser uma perspectiva limitante ao conceito de mediação como um método de impedir, selecionar e conduzir conteúdos no âmbito da comunicação;
3. Intervenção no processo comunicativo: pela conotação implícita no termo 'intervenção', que implica ações voltadas para o controle social - censurar não é mediar.

Ao construir o conceito de mediação da informação, por sua vez, Almeida Júnior (2015, p. 11) parte da noção de que toda a construção do nosso conhecimento é mediada - pois, “o mundo nos é dado - sempre parcialmente - a partir dos outros, na relação com os outros. Vale a pena dizer: a partir da compreensão, do entendimento que o outro faz do mundo. Ele determina a forma, os aspectos, os limites de cada fenômeno”.

A comunicação fundamenta a ação intermediária da mediação - que, no que lhe toca, não é somente uma relação entre dois outros, mas deve ser essencialmente produtora de '*algo a mais*'. Para Almeida (2008) essa é a perspectiva que embasa a noção do profissional da informação como mediador, pois, na prática do trabalho interfere para a transformação do estado anterior, produção de algo a mais.

Quando utilizamos o termo “interfere” para identificar a atuação do profissional da informação nesse processo, partimos do conceito delineado por Almeida Júnior (2015, p. 25, grifos nossos), no qual a mediação da informação é

Toda ação de **interferência** - realizada em um **processo**, por um profissional da informação e na **ambiência de equipamentos informacionais** -, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; visando a **apropriação** de informação que satisfaça, parcialmente e

de maneira momentânea, uma necessidade informacional, **gerando conflitos e novas necessidades informacionais**.

A construção do conhecimento em um processo individual, baseado em relações sociais, o diálogo, a leitura em seu conceito lato, a parcialidade, a perene necessidade informacional e a efemeridade da informação e sua construção sociocultural, fundamentam o processo de mediação da informação como definido por Almeida Júnior (2015). A mediação é, sobretudo, baseada em conflito, escolhas, embates, tomada de decisão e construção; é movida por intenção e propósito e, sendo assim, não lhe cabe ser imparcial.

Em linhas gerais, mediação se refere aos processos de fluxo informacional, na construção do conhecimento e na produção de sentidos, visando a apropriação, como deliberado por Almeida (2008, p. 11), que, fundamentado na Ciência da Informação e Ciência da Comunicação francesa, entende mediação como:

Uma construção teórica destinada a refletir as práticas e os dispositivos que compõem os arranjos de sentidos e as formas comunicacionais e informacionais nas sociedades atuais, sem perder de vista os elos que, tanto os conteúdos, quanto os suportes e os acervos mantêm com a tradição cultural.

Davallon (2007, p. 11) destaca que “[...] a noção de mediação aparece cada vez que há necessidade de descrever uma ação implicando uma transformação da situação ou do dispositivo comunicacional, e não uma simples interação entre elementos já constituídos”, logo, assim como Almeida Júnior (2015), refuta a noção de mediação como “ponte”.

Os princípios do conceito de mediação foram incorporados pela Ciência da Informação em 1935, quando Ortega y Gasset (2006, p. 67) aponta o processo como “[...] função viva, ou seja, um estímulo para pensar, assimilar, fazer com que o conteúdo do livro seja verdadeiramente apropriado pelo usuário”. Jesse H. Shera (1973) também emprega a função mediadora na atuação do bibliotecário, pontuando que:

The role of the librarian, then, is that of a mediator between man and book, where book is a generic term that includes all graphic records, and it is his special responsibility to operate in that complex association of record and human mind⁵ (SHERA, 1973, p. 88).

Santos Neto (2019, p. 374) assinala, em complemento, que a “tendência em modelizar a mediação como um processo unidirecional, em que um mediador, mediando e contexto são neutros” precisa ser repensada, pois, diverge do entendimento de que a mediação parte das necessidades informacionais do sujeito. E, sendo assim, é preciso destacar que

⁵ “O papel do bibliotecário, então, é o de um mediador entre o homem e o livro, onde o livro é um termo genérico que inclui todos os registros gráficos, e é sua especial responsabilidade operar nessa complexa mediação entre registro e mente humana” (SHERA, 1973, p. 88, tradução nossa).

mediar informação implica entender que “o que é informativo depende das necessidades interpretativas e habilidades do indivíduo” (CAPURRO; HJORLAND, 2007, p. 154-155)

Em suma, temos que é a partir da mediação em sua perspectiva dialógica, formativa, estética e ética (GOMES, 2014) que os agentes informacionais podem estabelecer trocas simbólicas como interlocutores e atores no processo mediador. Para isso é preciso perceber que o processo de mediação é constante em equipamentos informacionais e que ele visa a apropriação da informação como recurso que potencializa a transformação da realidade.

Aqui, empregamos mediação da informação a partir da associação de um sistema de mediações, que envolve a mediação mediática, pedagógica, cultural, institucional etc. E, com a compreensão de que a mediação é uma ação de interferência, dependente da comunicação, da apropriação e da construção de sentidos e que reflete na autonomia dos agentes informacionais em um processo de conscientização do contexto em que a ação se desdobra.

2.3 Rumos da mediação cultural

Na introdução de sua obra *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*, Darcy Ribeiro (2015, p. 21) pontua que “as novas formas de comunicação de massa estão funcionando ativamente como difusoras e uniformizadoras de novas formas e estilos culturais”. A noção de unidade cultural nada mais é que uma falácia que visa esconder disparidades históricas, sociais e econômicas sob a pretensão de igualdade e da existência de um sistema que a regula - visto que “a idéia de cultura vai permitir à burguesia cindir a história e as práticas sociais - moderno/atrasado, nobre/vulgar - e ao mesmo tempo reconciliar as diferenças, incluídas as de classe, no credo liberal e progressista de uma só cultura para todos” (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 134-135).

As complexas definições de cultura refletem diretamente nos diferentes processos de difusão e de mediação cultural. Darras (2009) parte do nivelamento da dependência de manifestações culturais e seus contextos - independentes, dependentes ou interdependentes - para organizar e identificar tendências mediadoras; isso se dá, pois, todo trabalho realizado com cultura depende primordialmente do que se entende por cultura - e é por isso que “definir mediação cultural é uma tarefa que se encontra ainda em processo e não podemos afirmar que, apesar de avanços significativos, já se trata de uma noção dotada de estabilidade” (PERROTTI, 2016, p. 7).

Sem mais delongas, é preciso pontuar que a difusão cultural se dá pelo “transporte da informação pelas mídias” (DARRAS, 2009, p. 35) e em um circuito fechado reflete na democratização esvaziada, dependente do desejo social que rege o fetichismo do consumo e

Como Perrotti e Pieruccini (2014, p. 8) salientam:

Os objetos culturais são signos e, mais que isso, discursos potencialmente capazes de produzir deslocamentos intelectuais, emocionais, afetivos [...]. Por outro lado, constituem-se como realidades concretas e objetivas, permeadas e dividindo o espaço social com outros fenômenos e sujeitos. Daí demandar tanto a posse material, como chaves subjetivas que são de ordem distinta, embora inclua a dimensão material e sensível.

Sendo assim, a mediação cultural não pode ser definida unicamente por meio de uma sequência de procedimentos predeterminados, pois, ainda que funcionalmente intente permitir o acesso de um público à obras e saberes, “sua ação consiste em construir um[a] interface entre esses dois universos estranhos um ao outro (o do público e o, digamos, do objeto cultural) com o fim precisamente de *permitir uma apropriação do segundo pelo primeiro*” (DAVALLON, 2007, p. 5, grifo nosso).

Crippa e Almeida (2011, p. 203, grifos nossos) defendem, portanto, que:

Enquanto essa primeira concepção se satisfaria com a assimilação e não com a apropriação da cultura artística e científica, desencadeando mediações e leituras esvaziadas, parece-nos fundamental refletir sobre este ponto, quando se tem em vista uma *real inserção dos sujeitos na cultura*. Torna-se fundamental, portanto, pensar em *processos de apropriação e construção de significados de mão dupla*, que envolvam sujeitos que, marcados ao entrarem em contato com as produções culturais (artísticas, científicas, técnicas), também tenham a possibilidade de imprimir nessas produções as suas marcas, ressignificando-as e reinventando-as - em outras palavras, apropriando-se criativamente delas.

Os processos de mediação cultural são extremamente contextuais (DAVALLON, 2007) e dependem da perspectiva cultural adotada e das posições socioculturais dos atores envolvidos. Logo, é possível entender a mediação como uma ação semiótica de tradução e produção de signos - na qual o interpretante⁶ é o “terceiro”, o mediador. Essa operação implica, portanto, uma associação entre mediação, cultura e processo interpretativo (DARRAS, 2009).

A condição de terceiro elemento é para Davallon (2007) a marca distintiva do processo de mediação, sendo que define terceiro como a articulação entre os elementos (informação, sujeitos, relações, etc.) e os dispositivos de troca (texto, mídia, cultura etc.). O autor aponta que são 4 as características essenciais à ação mediadora:

1. Impacto no destinatário da comunicação, por meio de alguma mudança de menor ou maior grau;
2. A contextualização implica a transformação dos atores;

⁶ Em sua tríade semiótica, Charles S. Peirce aponta a relação entre o signo (o estímulo da comunicação), o objeto (o que transmite a mensagem) e o interpretante (como receptor da mensagem) (ALMEIDA, 2012).

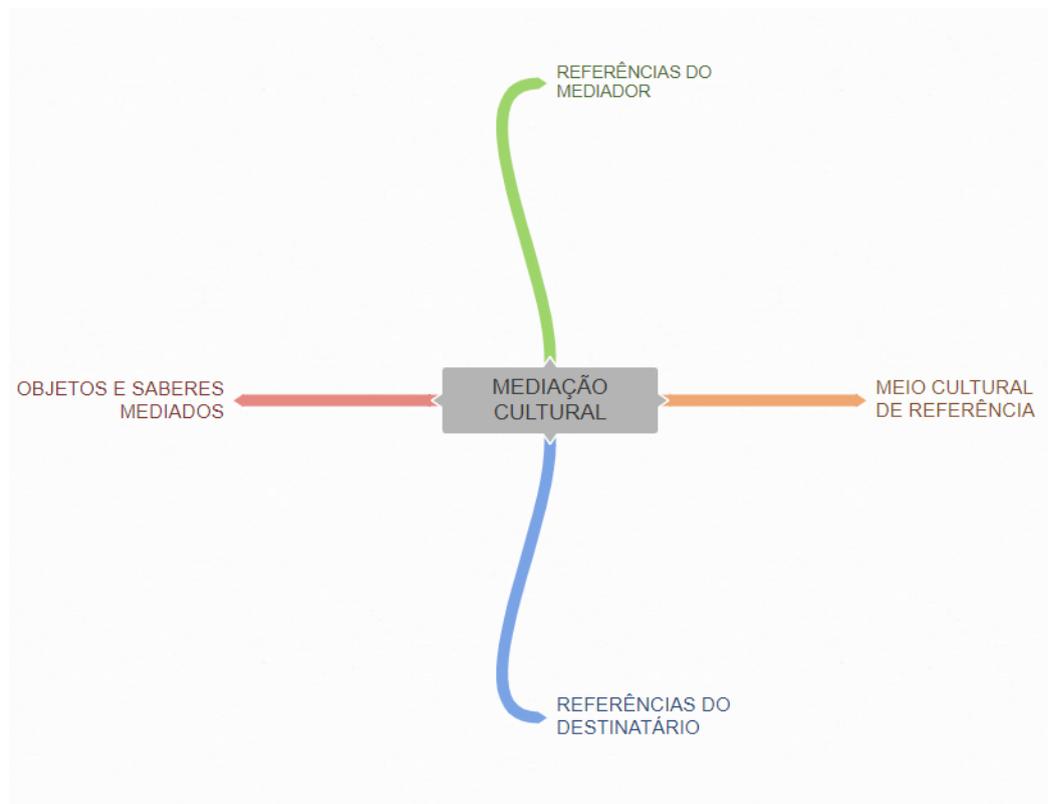
3. O debate acerca da natureza e forma na ação do terceiro elemento - seja por ação humana ou subjetivado por dispositivos eletrônicos;
4. O mediador sempre produz alguma transformação no contexto em que o processo se dá.

Logo, seria desapropriado difundir a compreensão de mediação como sinônimo de ponte, pois, em essência,

[...] a noção de mediação aparece cada vez que há necessidade de descrever uma ação implicando uma transformação da situação ou do dispositivo comunicacional, e não uma simples interação entre elementos já constituídos - e ainda menos uma circulação de um elemento de um pólo para outro (DAVALLON, 2007, p. 11)

E, nesse sentido, a mediação cultural é transformadora para além das subjetividades envolvidas. É um processo que atua na criação simbólica do coletivo - em seus saberes, valores e bens culturais, pois, a mediação cultural é “ação portadora de sentidos próprios que estão em relação com sentidos incrustados tanto nos objetos, como nos sujeitos culturais e seus respectivos contextos” (PERROTTI; PIERUCCINI, 2014, p. 9).

Figura 2 - Contexto da mediação cultural



Fonte: Autoria própria (2020)

Segundo Rasteli (2019, p. 134), é “no decorrer do século XX, precisamente após a Segunda Guerra Mundial, [que] a noção de mediação cultural irradiou-se pelos quadros da

cultura ganhando gradativamente interesse nos campos da informação, da comunicação e da cultura em várias partes do mundo”.

Como já mencionado, na literatura da Ciência da Informação, o processo de mediação cultural é mencionado pela primeira vez por Flusser (1980) em artigo que discorre sobre a função sociocultural como prioridade na prática das bibliotecas públicas. Em seguida, Flusser (1983) complementa sua análise refletindo sobre a atuação das bibliotecas como dispositivos de ação cultural - abordando as dimensões do conceito de cultura, políticas culturais e a função do agente cultural. As observações do autor são voltadas para o protagonismo dos sujeitos envolvidos no sistema cultural, considerando que “a biblioteca-ação cultural é a transformação estrutural da biblioteca, tal como existente hoje, em uma biblioteca que participe do processo de dar a palavra ao não público⁷” (FLUSSER, 1983, p. 163).

Rasteli (2019, p. 153) identifica que a Ciência da Informação edifica a mediação cultural a partir de algumas perspectivas conceituais: 1) apropriação cultural, que visa o domínio de saberes e experiências sociais e simbólicas antes negados; 2) construção de sentidos, que é influenciado e influencia diretamente o contexto e os sujeitos envolvidos; 3) dispositivos de informação e cultura, definidos como “uma instância, um local de interação e de cooperação com suas intenções, seu funcionamento material e simbólico [...]” (PIERUCCINI, 2004, p. 41); 4) interação social, identificada nas trocas fundamentadas nas referências dos sujeitos; 5) negociação cultural, na tentativa de “de propiciar e desenvolver uma dinâmica cultural, de favorecer uma ação cultural, com um grupo de pessoas (não para um grupo, mas com ele)” (FLUSSER, 1983, p. 165); e 6) protagonismo cultural, como meio de desenvolvimento de competências e saberes que possibilitem a afirmação e atuação crítica na vida sociocultural, não só como consumidores, mas na produção e ação cultural.

Os equipamentos informacionais, portanto, são essenciais à construção coletiva de repertório simbólico e os profissionais da informação fundamentais para a dinâmica cultural por atuarem diretamente nas traduções e representações simbólicas, prontamente influenciadas pela maneira que são construídas e, portanto, abrindo espaço para se questionar “a quem se destina a representação e quem compreende o que ela quer dizer” (CRIPPA; ALMEIDA, 2011, p. 193).

Para tanto, “as unidades de informação colocam-se a serviço dos cidadãos, oferecendo subsídios para que eles consigam inserir-se na sociedade e serem reconhecidos como sujeitos de direitos e valores” (SANTA ANNA, 2017, p. 90), na tentativa de apoiar a formação

⁷ A grande e marginalizada maioria da população, os quais são estruturalmente impedidos de acessar e se apropriar criticamente de bens culturais.

individual e social voltada para a criatividade, reflexão, expressão e pensamento crítico. Em complemento, Santa Anna (2017, p. 94) aponta que a cultura é essencial à atuação das unidades de informação, “[...] de modo que elas fossem vistas como instituições culturais e sociais, ampliando sua participação no contexto e na dinâmica da sociedade, de modo a proporcionar desenvolvimento pessoal, econômico, político, cultural e social”.

Coelho (1997, p. 247) em *Dicionário crítico de política cultural: cultura e imaginário*, sintetiza mediação cultural como:

Processos de diferente natureza cuja meta é promover a aproximação entre indivíduos ou coletividades e obras de cultura e arte. Essa aproximação é feita com o objetivo de facilitar a compreensão da obra, seu conhecimento sensível e intelectual - com o que se desenvolvem apreciadores ou espectadores, na busca da formação de públicos para a cultura - ou de iniciar esses indivíduos e coletividades na prática efetiva de uma determinada atividade cultural. Entre as atividades de mediação cultural estão as de orientador de oficinas culturais, monitores de exposições de arte, animadores culturais, museólogos, curadores, profissionais das diversas áreas que constituem um centro cultural, bibliotecários de bibliotecas públicas, arquivistas e guias turísticos. Os diferentes níveis em que essas atividades podem ser desenvolvidas caracterizam modos diversos da mediação cultural, como a ação cultural, a animação cultural e a fabricação cultural.

A fabricação cultural é um modo de mediação cultural que possui começo, meio e fim predeterminado e “tem por meta, alternativa ou cumulativamente, a transmissão de conhecimentos e técnicas determinadas; a formação de uma opinião cultural específica; a conformação de um modo de percepção ou a produção de uma obra cultural previamente estipulada” (COELHO, 1997, p. 174). Paralelamente, a fabricação cultural é uma abordagem industrial das dinâmicas culturais e, portanto, visa um resultado programado por meio de uma série de etapas - afastando-se do aspecto exploratório e criativo da mediação cultural.

Comumente utilizado como sinônimo de ação cultural, a animação cultural, por sua vez é:

Primeira expressão a que se recorreu, contemporaneamente, para indicar o processo de mediação entre indivíduos e modos culturais considerados genericamente. A animação cultural foi um dos instrumentos básicos da organização e promoção do lazer entendido não como simples ocupação do tempo mas como utilização instruída ou esclarecida do tempo livre. Neste sentido, consistia em atividades de iniciação do público às artes eruditas, na condição de espectador, e a práticas culturais e artísticas a seu alcance, geralmente como amador (pintura, cerâmica, teatro amador, etc.) (COELHO, 1997, p. 42).

Nas bibliotecas, a animação cultural desponta a partir de “um conjunto de práticas voltadas para população excluídas ou marginalizadas (extensão bibliotecária, carros-biblioteca, serviços de caixa estante) que buscavam alargar o acesso físico aos livros por meio da proximidade espacial” (ARAÚJO, 2017, p. 71) - fomentadas no Brasil após a

censura da produção cultural e artística do regime militar. Cabral (1999, p. 40) salienta que através “de uma atividade com finalidades de divertir o público e promover formas alienantes de lazer”, a animação cultural centraliza o processo no sujeito que deveria ser o mediador - e, no caso, se torna em produtor, condutor e ator principal da ação.

Por ação cultural, entende-se o “conjunto de procedimentos, envolvendo recursos humanos e materiais, que visam pôr em prática os objetivos de uma determinada política cultural” (COELHO, 1997, p. 31). A ação cultural, permeada por sentido político, deve ser motivada pela criação e transformação, como exercício para a construção, investigação, diálogo, invenção e improvisação na busca pela produção coletiva de sentidos.

Para Coelho (1997, p. 32) a ação cultural pode ser compreendida “como o processo de criação ou organização das condições necessárias para que as pessoas e grupos inventem seus próprios fins no universo da cultura” e, sendo assim, o autor classifica o processo de acordo com seus objetivos:

1. *Ação cultural de serviços*: que se torna sinônimo da animação cultural, visto que tem como objetivo principal a propaganda e o consumo impensado de bens culturais - base da Indústria Cultural;
2. *Ação cultural de criação*: na qual “criação” reflete na construção subjetiva e coletiva de relações, saberes e bens, a partir de trocas conscientes e da participação dos sujeitos como protagonistas no universo cultural.

O mediador cultural que trabalha considerando a ação cultural de criação atua, portanto, como agente de invenção e eclosão cultural, visando a transformação através de práticas transgressoras e não como agente de manipulação em favor do domínio estrutural do sistema (FLUSSER, 1983)

A transformação da realidade social é o objetivo defendido por Paulo Freire (2011), visto que o autor percebe na ação cultural tanto a possibilidade de libertação quanto a de dominação, destacando que: a ação cultural para a dominação sabota a conscientização popular e inibe o pensamento crítico, perpetuando o poder da classe dominante; entretanto, a ação cultural para a libertação é movida pela conscientização, problematização e diálogo, baseada no conhecimento e no pensamento crítico.

Tal distinção é importante, pois, para o autor,

Somente os seres que podem refletir sobre sua própria limitação são capazes de libertar-se desde, porém, que sua reflexão não se perca numa vaguidade descomprometida, mas se dê no exercício da ação transformadora da realidade condicionante. Desta forma, *consciência de e ação sobre a realidade* são inseparáveis constituintes do ato transformador pelo qual

homens e mulheres se fazem seres de relação (FREIRE, 2011, n.p., grifo do autor).

Conceitualmente segmentada em ação, animação e fabricação, aqui, assumimos a mediação cultural que garante que o oprimido seja escutado; que oferece ao público subsídios para que se tornem sujeitos, cidadãos; que valoriza a autonomia intelectual e simbólica visando a emancipação do coletivo; uma mediação cultural que parte do estímulo da criação, da reflexão, do diálogo, das trocas e da produção coletiva de sentidos como instrumento de luta contra as opressões e por uma sociedade anticapitalista.

3 METODOLOGIA

A pesquisa científica parte da necessidade de sistematizar informações visando responder ao problema proposto. Assim sendo, encaramos a pesquisa científica como um processo; este processo implica planejamento, acumulação de conhecimento, identificação de percepções e experiências, organização sistemática do raciocínio, formulação de propostas e objetivos buscando alcançar resultados.

Para o desenvolvimento da pesquisa é preciso, antes de tudo, esquematização. O planejamento de uma pesquisa tem início na identificação do problema, delimitação de objetivos, planejamento de etapas, proposição de hipóteses, estabelecimento de métodos, técnicas e instrumentos de coleta de dados, pensando-os de acordo com os propósitos da pesquisa (GIL, 2010; LAKATOS; MARCONI, 2003).

Gil (2010), ao delinear o desenvolvimento da pesquisa científica, apresenta as seguintes etapas:

1. **Formulação do problema:** baseado na imersão do pesquisador em seu objeto de estudo, o problema deve ser uma questão que guia a construção dos elementos da pesquisa. Na formulação do problema, também é necessário definir os objetivos da pesquisa - partindo do geral, para identificar desdobramentos como objetivos específicos.
2. **Construção de hipótese:** momento em que o pesquisador supõe uma resposta ao problema, considerando que a pesquisa, por sua vez, coloca esta hipótese em teste.
3. **Determinação do plano:** com base em critérios definidos de antemão, o pesquisador pode classificar sua pesquisa segundo a) área do conhecimento, b) finalidade, c) objetivos, e/ou d) métodos selecionados.
4. **Operacionalização das variáveis:** as variáveis são definidas a partir das hipóteses, para garantir a fluidez dos procedimentos.
5. **Elaboração dos instrumentos de coleta de dados:** os questionários, entrevistas e formulários; estes instrumentos são elaborados a partir dos objetivos da pesquisa, transformando-os em interrogações.
6. **Pré-teste dos instrumentos:** momento em que o pesquisador valida o instrumento de coleta de dados para garantir que ele corresponde aos objetivos do levantamento.
7. **Seleção da amostra:** escolha de uma pequena parte entre todos os elementos que compõem o universo; as amostras são classificadas em: aleatória simples, sistemática, estratificada, por conglomerados e por cotas.
8. **Coleta de dados:** momento em que o pesquisador coleta os dados da pesquisa.

9. Análise e interpretação dos dados: envolve a compilação, sistematização, tabulação e a decodificação dos dados. A interpretação dos dados visa estabelecer relações, como por exemplo, entre os dados coletados com outros já existentes.
10. Redação do relatório da pesquisa: está sujeito ao tipo de pesquisa realizado; no geral, inclui introdução (com a problematização e contextualização do tema), revisão bibliográfica (fundamentação teórica que deu base à pesquisa), metodologia científica, apresentação dos resultados, discussão e considerações finais.

Nesta pesquisa, partimos de dois pressupostos. Entendemos, primeiramente, que a biblioteca é um espaço com importante função sociocultural (ALMEIDA JÚNIOR, 1997; MUELLER, 1984) e, sendo assim, pode e deve utilizar de processos e atividades que estimulem sujeitos a se apoderar de manifestações culturais diversas. Partindo da hipótese que essas ações podem ser sintetizadas pela noção de mediação cultural, entendemos que, para compreender o conceito e suas aplicações práticas em diferentes espaços informacionais é preciso analisar a discussão teórica acerca da mediação cultural.

Sendo assim, a pergunta que norteia essa pesquisa é: como se dá a discussão científica acerca do conceito de mediação cultural, considerando o escopo de pesquisa na área de Comunicação e Informação?

As pesquisas podem ser classificadas, segundo Silveira e Córdova (2009), de acordo com abordagem, natureza, objetivos e procedimentos.

Em relação à abordagem, a pesquisa pode ser considerada:

- Qualitativa - a qual se preocupa em ampliar o que é sabido sobre algum fenômeno, tema, grupo social etc.; voltada para a explicação das dinâmicas, contextos, não para a quantificação da realidade.
- Quantitativa - voltada para a objetividade, recorre à linguagem matemática para análise de dados brutos.

Se classificarmos a pesquisa segundo sua natureza, Silveira e Córdova (2009) sugerem a diferenciação entre pesquisa básica - que gera um novo conhecimento a partir de conhecimentos existentes, sem aplicação prática - e a pesquisa aplicada - que prevê a produção de um conhecimento para a aplicação prática. As autoras consideram que a primeira envolve interesses universais e a segunda envolve interesses específicos. A classificação quanto aos objetivos, é dividida em pesquisa exploratória, pesquisa descritiva e pesquisa explicativa. E a classificação segundo os procedimentos utilizados é baseada na escolha dos métodos de pesquisa selecionados para coleta, análise e interpretação de dados.

Por sua vez, Gil (2010) classifica as pesquisas de acordo com: a área do conhecimento, finalidade, objetivos e métodos empregados.

Considerando a classificação por área do conhecimento, nesta pesquisa utilizamos a Tabela de Áreas do Conhecimento/Avaliação (CAPES, 2019), que estabelece nove grandes áreas do conhecimento (Ciências Exatas e da Terra; Ciências Biológicas; Engenharias; Ciências da Saúde; Ciências Agrárias; Ciências Sociais Aplicadas; Ciências Humanas; Linguística, Letras e Artes; e Multidisciplinar), as quais são divididas por área de avaliação e subdivididas em especialidades.

Ao classificar as pesquisas por finalidades, Gil (2010) diferencia a pesquisa básica em pura - como supracitada - e estratégica - que produz um conhecimento visando solucionar um problema prático, mas não o aplica. Considera a pesquisa aplicada - já mencionada - e acrescenta a pesquisa de desenvolvimento experimental - que visa a aplicação de conhecimentos “com vistas à produção de novos materiais, equipamentos, políticas e comportamentos, ou à instalação ou melhoria de novos sistemas e serviços” (GIL, 2010, p. 27).

Segundo os objetivos gerais, para Gil (2010) as pesquisas podem ser classificadas como:

1. Exploratórias - visam a ampliação do arcabouço científico sobre o tema, envolvendo diversas variáveis e aspectos do objeto de estudo.
2. Descritivas - como indica o nome, tipo de pesquisa que busca descrever o fenômeno analisado, como exemplo, pesquisas que caracterizam determinado grupo.
3. Explicativas - pretendem aprofundar o conhecimento explicando a razão, os fatores que motivam a ocorrência do objeto de estudo; extremamente complexas, muitas vezes as pesquisas não são exclusivas e rigidamente explicativas.

Por definição, os métodos são o:

Conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo - conhecimentos válidos e verdadeiros -, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 83).

Assim sendo, a classificação de acordo com métodos baseia-se na revisão teórica, nas técnicas de coleta, de análise e interpretação dos dados. Gil (2010, p. 29), a partir desta perspectiva, considera as pesquisas como: pesquisa bibliográfica; pesquisa documental; pesquisa experimental; ensaio clínico; estudo caso-controle; estudos de coorte; levantamento de campo - survey; estudo de caso; pesquisa etnográfica; pesquisa fenomenológica; teoria fundamentada nos dados - grounded theory; pesquisa-ação; e pesquisa participante.

Levando em conta que nosso objetivo geral é investigar as dimensões do conceito de mediação cultural, em periódicos científicos da área de Comunicação e Informação, reconhecemos esta pesquisa como do tipo bibliográfica, sendo que o levantamento, a análise e a interpretação do corpus de dados são respaldados pelos procedimentos metodológicos para revisões bibliográficas sistematizadas de Codina (2018).

O autor baseia-se nas revisões bibliográficas sistemáticas, que despontaram como método de pesquisa na área da saúde, visando identificar a eficácia de intervenções específicas realizadas em populações específicas. Ainda assim, Codina (2018, p. 10) adverte que, apesar de conveniente, usar o mesmo método em pesquisas de áreas do conhecimento distintas é inadequado e, portanto, propõe o uso do termo “revisão sistematizada” para ser utilizado em pesquisas das áreas de Ciências Humanas e Sociais.

Segundo Codina (2018, p. 6), “una revisión bibliográfica equivale a una investigación en la cual los documentos seleccionados son los datos primarios y su agregación/interpretación el método de análisis”⁸. A revisão bibliográfica tende a identificar quais os conceitos chaves, perspectivas epistemológicas, as principais problemáticas, origens e definições, as fontes fundamentais e os panoramas políticos agregados ao tema e objeto de pesquisa. Tem fundamento na:

Busca de informações bibliográficas, seleção de documentos que se relacionam com o problema de pesquisa (livros, verbetes de enciclopédia, artigos de revistas, trabalhos de congressos, teses etc.) e o respectivo fichamento das referências para que sejam posteriormente utilizadas (na identificação do material referenciado ou na bibliografia final) (MACEDO, 1994, p. 15).

Em suma, a pesquisa bibliográfica tem base em informações já publicadas, sejam as fontes impressas ou de diferentes formatos - livros, teses, dissertações, periódicos, CDs, materiais publicados online etc. Gil (2010) observa que toda pesquisa requer uma revisão bibliográfica, justamente, para a fundamentação teórica do trabalho científico; entretanto, salientamos que, para além da construção do referencial teórico, aqui os dados bibliográficos são utilizados como objeto de estudo.

Codina (2018) aponta que a abordagem sistemática depende previamente de 4 princípios: estabelecer distintamente as fases para a construção do trabalho, destacando momentos em que o autor precisa se atentar; determinar uma técnica para cada fase, o planejamento prévio evita confusões e improvisos; garantir a sistematização justamente pelo

⁸ “Uma revisão bibliográfica equivale a uma investigação na qual os documentos selecionados são os dados primários e sua associação/interpretação o método de análise” (CODINA, 2018, p. 6, tradução nossa).

planejamento de fases e procedimentos; e, endossar a transparência e o rigor do trabalho realizado por meio dos elementos anteriores.

A revisão bibliográfica sistematizada proposta por Codina (2018), com base nos elementos das abordagens sistemáticas, é composta por 4 fases:

1. *Busca*: qual fonte será utilizada?
2. *Avaliação*: os dados recuperados são relevantes?
3. *Análise*: como analisar cada item?
4. *Síntese*: como sintetizar o resultado?

A fase de busca deve garantir o rigor e a transparência de toda metodologia. É influenciada pelo uso de base de dados de extensa abrangência com autoridade científica e, eventualmente, pode ser complementada com a busca em bases de dados especializadas. É importante traçar uma estratégia de busca que corresponda aos objetivos da revisão e é necessário garantir a confiabilidade das fontes utilizadas.

A seleção dos artigos é baseada nos títulos e/ou palavras-chave, que devem conter pelo menos um dos seguintes termos: mediação cultural, mediação da cultura, mediador cultural, ação cultural, ações culturais, animação cultural, atividades culturais e suas traduções em espanhol, *mediación cultural*, *mediación cultural*, *mediador cultural*, *acción cultural*, *acciones culturales*, *animación cultural*, *actividades culturales*.

Para a fase de avaliação, a ideia é estabelecer critérios que irão garantir a qualidade da revisão e, para isso, os dados levantados devem ser relevantes para a temática e pertinentes aos objetivos da pesquisa. Nesta pesquisa, utilizamos como critério de avaliação a recuperação de artigos publicados em periódicos com Qualis⁹ A1, A2, A3 e A4, da área de avaliação de Comunicação e Informação, no período de 2015-2019, publicados por países latino-americanos; para garantir o acesso, os artigos analisados devem estar disponíveis online.

É necessário partir de um protocolo sistematizado para a fase de análise dos documentos, para garantir que, entre o escopo de documentos selecionados, a análise seja feita sob a mesma perspectiva. Para isso, é possível a construção de uma ficha de análise - que partiria de dados comuns (metodologia, objeto de estudo etc.) para se adequar com critérios específicos voltados aos objetivos do trabalho.

⁹ Durante a execução da pesquisa houve proposta de mudança da avaliação Qualis para periódicos e divulgada uma nova tabela de classificação que abrange todas as áreas. Optamos por seguir a nova classificação que entrou em vigor a partir de 2021.

Considerando que o nosso trabalho assume um caráter qualitativo e uma perspectiva discursiva, adotamos a Análise de Discurso para fundamentação de nossa análise, via leitura interpretativa do corpus selecionado. A análise do discurso (AD) de corrente francesa é uma proposta analítica que é marcada pela noção de leitura (ORLANDI, 2009), visando entender como as interpretações funcionam e como os objetos produzem sentidos.

A responsabilidade do analista está na questão que formula para análise do corpus, sendo que a nossa análise parte da seguinte questão: como os artigos selecionados constroem um discurso sobre o conceito de mediação cultural, em suas relações, dimensões e contextos? Para isso mobilizamos os conceitos de polissemia e contexto - polissemia é a ressignificação, as distintas formas de dizer, o emergir do diferente (ORLANDI, 2009) e contexto são as condições de produção do discurso, que compreendem os sujeitos e a situação (ORLANDI, 2009).

A síntese deve vincular os resultados da análise como um novo produto. Este deve associar objeto de estudo, resultados, percepções e, de modo geral, recomenda-se a apresentação de elementos gráficos acompanhados por uma síntese narrativa construída a partir de uma interpretação crítica. Para complementar a síntese dos dados, portanto, é válida a construção de mapas conceituais, pois, como afirma Belluzzo (2007, p. 71), “os mapas são considerados como importantes ferramentas gráficas que classificam, representam e comunicam as relações servindo como ponto de referência para tomadas de decisão”.

A construção dos mapas visa relacionar conceitos hierarquicamente; para isso, o próprio autor estabelece as relações significativas a partir de determinadas proposições. Estas proposições, no que lhes concerne, são unidades semânticas que unem os conceitos, estabelecendo, assim, as relações significativas entre os conceitos. Conforme Belluzzo (2007), visando a organização da informação e produção do conhecimento, a construção de mapas é aplicável frente à exploração de conhecimentos prévios, como roteiro de aprendizagem, para a organização de ideias em trabalhos escritos e comunicações orais, extração de informações em documentos e para a compilação de objetivos de trabalhos de natureza científica, *a priori* ou assim como para síntese de resultados, *a posteriori*.

Criados por Novak e Gowin (1999 apud BELLUZZO, 2007), os mapas conceituais permitem uma melhor compreensão da estrutura dos resultados, organizando sistematicamente o conhecimento para identificar as relações entre conceitos. Estas são estabelecidas por meio de proposições, formadas por alguns termos que determinam uma construção frasal para esclarecer a relação significativa ali existente. A relação proposta entre

os conceitos é essencial para a sistematização e organização da informação e, portanto, visa a produção do conhecimento.

Belluzzo (2007) sugere que a construção de mapas conceituais deve seguir alguns procedimentos essenciais, sendo que:

- O assunto principal deve ter destaque na representação gráfica;
- Os conceitos diretamente relacionados devem ser anotados com setas descritivas que definem claramente a associação;
- A estrutura começa a ramificar a partir de conceitos mais específicos;
- A sequência é hierarquizada a partir dos objetivos do gráfico;
- A conexão parte de um propósito para a associação, este propósito deve estar extremamente claro.

A proposta metodológica da pesquisa está sintetizada no quadro abaixo.

Quadro 1 - Proposta metodológica para a pesquisa

FASE	PROCESSO
<i>Busca</i> : qual fonte será utilizada?	A partir do <i>Directory of Open Access Journals</i> , com os termos de busca: mediação cultural, mediação da cultura, mediador cultural, ação cultural, ações culturais, animação cultural, atividades culturais; e, em espanhol: <i>mediación cultural, mediador cultural, acción cultural, acciones culturales, animación cultural, actividades culturales</i> .
<i>Avaliação</i> : critérios de relevância para os dados recuperados.	Artigos publicados em periódicos com Qualis A, da área de avaliação de Comunicação e Informação, no período de 2015-2019; para garantir o acesso, os artigos analisados devem estar disponíveis online.
<i>Análise</i> : como os itens serão analisados?	Análise interpretativa e discursiva.
<i>Síntese</i> : como os resultados serão apresentados.	Apresentação de mapas conceituais acompanhados de síntese interpretativa.

Fonte: Elaborado a partir de Codina (2018)

Em síntese, esta pesquisa é de caráter qualitativo, visando ampliar os subsídios teóricos sobre o tema - a discussão científica sobre mediação cultural em equipamentos informacionais. Classificamos a pesquisa como bibliográfica, pois, utilizamos conteúdos previamente publicados sobre o tema como objeto de estudo - através da análise de artigos publicados em periódicos latino-americanos da área de Comunicação e Informação. Os dados recuperados serão sistematicamente analisados, de acordo com as noções de contexto e de polissemia (ORLANDI, 2009), que se referem à pluralidade, as várias possibilidades de leituras que o conceito mediação cultural, como um discurso, pode assumir ou não. Os resultados serão sintetizados textual e graficamente, por meio de mapas conceituais.

Propomos, nesta pesquisa, compreender as dimensões do conceito de mediação cultural, identificando, por meio de mapas, suas relações interpretativas e conceituais. O mapeamento desta noção visa fomentar e estimular o processo de mediação cultural em diferentes espaços informacionais.

4 RESULTADOS

Conforme previamente delimitado, este capítulo apresenta o resultado do levantamento do corpus de dados e aprofunda a discussão baseada na análise do que foi recuperado. Foi possível identificar 88 periódicos latino-americanos, classificados com Qualis A. Dentre esses, 3 não estão disponíveis online - Revista de Psicoanálisis (Argentina - A4), EPTIC (Brasil - A4) e Revista Cidade Nova (Brasil - A4). Segue quadro com a identificação dos periódicos recuperados:

Quadro 2 - Periódicos levantados como escopo da pesquisa

(continua)

PAÍS	QUALIS	ISSN	TÍTULO DO PERIÓDICO
Argentina	A2	1853-9912	Palabra clave
Argentina	A3	0327-3776	Cuadernos de Antropología Social
Argentina	A3	1852-9550	Imagofagia
Argentina	A3	1668-5628	La Trama de la Comunicación
Argentina	A4	1852-4699	Cine documental
Argentina	A4	0034-8740	Revista de psicoanálisis
Brasil	A1	1982-8160	Matrizes
Brasil	A2	1981-9854	Brazilian Journalism Research
Brasil	A2	0104-6829	Comunicação e Educação
Brasil	A2	1808-2599	E-compós
Brasil	A2	1518-2924	Encontros Bibli
Brasil	A2	1519-311X	Galáxia
Brasil	A2	0104-0146	Informação & Sociedade: estudos
Brasil	A2	1414-2139	Informação & Informação
Brasil	A2	1980-3508	Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação
Brasil	A2	1808-3536	Liinc em Revista
Brasil	A2	1516-0785	Lumina
Brasil	A2	2317-4919	Parágrafo: Revista Científica de Comunicação Social da FIAM-FAAM

Brasil	A2	1981-5344	Perspectivas em Ciência da Informação
Brasil	A2	2238-2577	Revista Contracampo
Brasil	A2	2175-8689	Revista Eco-Pós
Brasil	A2	1980-3729	Revista FAMECOS
Brasil	A2	1807-8931	Temática
Brasil	A2	0103-3786	Transinformação
Brasil	A3	1982-1689	Anagrama
Brasil	A3	1677-907X	Animus: Revista Interamericana de Comunicação Midiática
Brasil	A3	1981-1640	Brazilian Journal of Information Science
Brasil	A3	1518-8353	Ciência da Informação
Brasil	A3	2316-9125	Comunicação & Educação
Brasil	A3	1806-4981	Comunicação, Mídia e Consumo
Brasil	A3	1809-9386	Contemporânea
Brasil	A3	2179-6483	Devires
Brasil	A3	1807-8893	Em Questão
Brasil	A3	2178-2075	InCID: Revista de Documentação e Ciência da Informação
Brasil	A3	2358-3908	Informação & Tecnologia
Brasil	A3	1807-8583	Intexto
Brasil	A3	1981-6766	PontodeAcesso
Brasil	A3	2318-6372	Questões Transversais
Brasil	A3	2238-3913	Revista Brasileira de História da Mídia
Brasil	A3	2236-4781	Revista Compolítica
Brasil	A3	1678-765X	RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação
Brasil	A3	1518-6113	Revista Fronteira
Brasil	A3	2316-7114	Significação

Brasil	A4	1676-3475	Communicare
Brasil	A4	1415-5842	Comunicação & Informação
Brasil	A4	1809-564X	Comunicação & Inovação
Brasil	A4	2175-7755	Comunicação & Sociedade
Brasil	A4	1677-0943	Conexão
Brasil	A4	2177-5087	ECCOM: Educação, Cultura e Comunicação
Brasil	A4	1518-2487	EPTIC
Brasil	A4	1984-6924	Estudos em Jornalismo e Mídia
Brasil	A4	2525-3166	Líbero
Brasil	A4	2358-7806	Logeion: Filosofia da Informação
Brasil	A4	0104-9933	Logos
Brasil	A4	2178-602X	Mídia e Cotidiano
Brasil	A4	2238-7714	Novos Olhares
Brasil	A4	1807-1236	Organicom
Brasil	A4	2318-857X	Pauta Geral
Brasil	A4	1980-6949	RBBB: Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação
Brasil	A4	1414-0594	Revista ACB
Brasil	A4	1981-7983	Revista Cidade Nova
Brasil	A4	2359-1145	Revista de Estudos de Gestão, Informação e Tecnologia
Brasil	A4	2179-1465	Revista GEMInIS
Brasil	A4	1807-3026	Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación
Brasil	A4	2238-5436	Revista Museologia & Interdisciplinaridade
Brasil	A4	2179-6033	Rádio-Leituras
Brasil	A4	0103-1414	Verso e Reverso

Chile	A3	0719-1529	Comunicación y medios
Chile	A4	0718-4018	F@ro
Colômbia	A2	1856-9536	Disertaciones: Anuario Electrónico de Estudios en Comunicación Social
Colômbia	A3	1692-2522	Anagramas, Rumbos y Sentidos de la Comunicación
Colômbia	A3	0122-7483	Universitas Scientiarum
Colômbia	A3	0120-6877	Revista de la Universidad de La Salle
Colômbia	A3	0120-0976	Revista Interamericana de Bibliotecología
Colômbia	A4	0122-8285	Palabra Clave
Cuba	A4	2411-9970	Alcance: Revista Cubana de Información y Comunicación
Cuba	A4	1683-8947	Bibliotecas
Cuba	A4	2307-2113	Revista Cubana de Información en Ciencias de la Salud
Equador	A2	1390-1079	Chasqui: Revista Latinoamericana de Comunicación
Equador	A4	1390-4051	Ciencia y Tecnología
México	A2	2448-5705	Inter disciplina
México	A2	1605-4806	Razón y Palabra
México	A4	1405-2210	Estudios Sobre las Culturas Contemporáneas
México	A4	0187-358X	Investigación bibliotecológica
Peru	A2	0254-9212	Anthropológica del Departamento de ciências sociales
Peru	A4	1025-9945	Contratexto
Venezuela	A2	1690-4524	Journal of Systemics, Cybernetics and Informatics

Fonte: Autoria própria (2020).

O levantamento do escopo de análise desta pesquisa parte de 85 periódicos aptos para a recuperação dos artigos (Qualis A, publicados em países latino-americanos e disponíveis online). No total, a busca recuperou 44 artigos com pelo menos um dos termos selecionados no título, resumo e/ou palavras-chave (*mediação cultural, mediação da cultura, mediador*

cultural, ação cultural, ações culturais, animação cultural, atividades culturais, mediación cultural, mediador cultural, acción cultural, acciones culturales, animación cultural e/ou actividades culturales). Logo, apresentamos no Quadro 3 os títulos recuperados e selecionados para análise:

Quadro 3 - Quadro de referências relacionadas com país, qualis e ano de publicação
(continua)

PAÍS	QUALIS	ANO	REFERÊNCIA
Argentina	A3	2019	GONZÁLEZ BRACCO, Mercedes. Arte urbano, entre la mercantilización y la resistencia: el caso de La Boca (Buenos Aires). Cuadernos de Antropología Social , n. 50, p. 125-142, set. 2019. DOI: https://doi.org/10.34096/cas.i50.5523 .
Brasil	A2	2018	PEREIRA, Rachel de Melo Vellozo; SALDANHA, Gustavo Silva. Dos direitos sociais ao prazer: itinerários discursivos em Biblioteconomia & Ciência Informação. Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação , Florianópolis, v. 23, n. 52, p. 1-17, maio. 2018. DOI: https://doi.org/10.5007/1518-2924.2017v23n52p1 .
Brasil	A2	2019	RASTELI, Alessandro; CALDAS, Rosângela Formentini. Mediação cultural e bibliotecas: perspectivas conceituais na ciência da informação no Brasil. Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação , Florianópolis, v. 24, n. 54, p. 01-13, jan. 2019. DOI: https://doi.org/10.5007/1518-2924.2019v24n54p1 .
Brasil	A2	2017	LESSA, Bruna; GOMES, Henriette Ferreira. A Biblioteca Pública como um empório de ideias: evidências do seu lugar na sociedade contemporânea. Informação & Sociedade: Estudos , João Pessoa, v. 27, n. 1, abr. 2017. DOI: https://doi.org/10.22478/ufpb.1809-4783.2017v27n1.30765 .
Brasil	A2	2018	MENDONÇA, Ismael Lopes et. al. Tipografia para além da relação instrumental: a mediação cultural manifesta pelo caderno especial “Planeta seca”. Informação & Sociedade: Estudos , João Pessoa, v. 28, n. 3, dez. 2018. DOI: https://doi.org/10.22478/ufpb.1809-4783.2018v28n3.38198 .
Brasil	A2	2018	SOUZA PINTO, Marli Dias et. al. Ações de desenvolvimento sustentável em Santa Catarina: foco nas bibliotecas públicas. Informação & Sociedade: Estudos , João Pessoa, v. 28, n. 1, abr. 2018. DOI: https://doi.org/10.22478/ufpb.1809-4783.2018v28n1.34251 .

Brasil	A2	2016	CÁDIMA, Francisco Rui. Da TV pública europeia à "alienação" da ideia de Europa. Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação , São Paulo, v. 39, n. 2, p. 39-47, ago. 2016. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/1809-5844201623 .
Brasil	A2	2018	SILVA, Ana Pricila Celedonio da; CAVALCANTE, Lidia Eugenia; COSTA, Maria de Fátima Oliveira. O diálogo entre biblioteca e comunidade: um estudo de caso acerca do perfil e das percepções dos usuários das Bibliotecas Comunitárias de Itaitinga, Ceará. Perspectivas em Ciência da Informação , Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 39-54, jan. 2018. DOI: https://doi.org/10.1590/1981-5344/3138 .
Brasil	A2	2019	ANTUNES, Elton; GUTMANN, Juliana Freire; MAIA, Jussara Peixoto. No tempo do Zoio: matrizes midiáticas, temporalidades e YouTube. Revista Contracampo , Niterói, v. 37, n.03, p. 106-125, dez. 2018/ mar. 2019. DOI: http://dx.doi.org/10.22409/contracampo.v37i3.26999 .
Brasil	A2	2015	MARTINS, Rosana; BARROS, Miguel de; LIMA, Redy Wilson. Cultura de rua e políticas juvenis periféricas: aspectos históricos e um olhar ao hip-hop em África e no Brasil. Revista FAMECOS , Porto Alegre, v. 22, n. 1, p. 59-80, mai. 2015. DOI: https://doi.org/10.15448/1980-3729.2015.1.20134 .
Brasil	A2	2017	VIEIRA, William David; CORAÇÃO, Cláudio Rodrigues. Da crítica de mídia à reconstrução de discursos: a mediação cultural jornalística em Viomundo. Revista Temática , João Pessoa, v. 13, n. 10, p. 120-135, out. 2017. DOI: https://doi.org/10.22478/ufpb.1807-8931.2017v13n10.36805 .
Brasil	A2	2015	ALDABALDE, Taiguara Villela; RODRIGUES, Georgete Medleg. Mediação cultural no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Transinformação , Campinas, v. 27, n. 3, p. 255-264, dez. 2015. DOI: https://doi.org/10.1590/0103-37862015000300007 .
Brasil	A2	2017	RASTELI, Alessandro; CALDAS, Rosângela Formentini. Percepções sobre a mediação cultural em bibliotecas na literatura nacional e estrangeira. Transinformação , Campinas, v. 29, n. 2, p. 151-161, ago. 2017. DOI: https://doi.org/10.1590/2318-08892017000200003 .
Brasil	A3	2015	RANGEL, Marcio Ferreira. A Museologia no mundo contemporâneo. Ciência da Informação , Distrito Federal, v. 42, n. 3, p. 408-417, ago. 2015. Disponível em: http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1371 .

Brasil	A3	2018	ALMEIDA, Vitória Gomes; TARGINO, Maria das Graças. Políticas culturais e bibliotecas do Cariri cearense. Em Questão , Porto Alegre, v. 24, n. 1, jan./abr. 2018. DOI: https://doi.org/10.19132/1808-5245241.244-266 .
Brasil	A3	2019	PAJEÚ, Hélio Márcio; SOBRAL, Ana Carolina Correia. A ressignificação da praça pública e do sebo como lugares de mediação cultural. Em Questão , v. 25, n. 1, p. 239-266, jan./abr. 2019. DOI: https://doi.org/10.19132/1808-5245251.239-266 .
Brasil	A3	2016	SALDANHA, Gustavo Silva; PEREIRA, Rachel de Melo Vellozo. Das Políticas do Prazer: o lazer no pensamento biblioteconômico-informacional e sua dimensão aplicada na institucionalidade das bibliotecas. InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação , Ribeirão Preto, v. 7, n. 1, p. 5-28, abr. 2016. DOI: https://doi.org/10.11606/issn.2178-2075.v7i1p5-28 .
Brasil	A3	2018	MENDONÇA, Ismael Lopes; FEITOSA, Luiz Tadeu; COSTA, Maria de Fátima Oliveira. Entre o tipo e a norma: reflexões sobre o comportamento do designer gráfico no ambiente acadêmico. InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação , Ribeirão Preto, v. 9, n. 1, p. 72-92, jun. 2018. DOI: https://doi.org/10.11606/issn.2178-2075.v9i1p72-92 .
Brasil	A3	2017	NUNES, Martha Suzana Cabral; CARVALHO, Kátia. A mediação da informação em bibliotecas universitárias brasileiras e francesas: práticas e discursos dos profissionais da informação. PontodeAcesso , Salvador, v.11, n.3, p. 91-108, dez. 2017. DOI: http://dx.doi.org/10.9771/rpa.v11i3.18419 .
Brasil	A3	2018	BRENTAN JUNIOR, Elisio Custodio; MARTINS, Bianca Rodrigues; SANTOS NETO, João Arlindo. A mediação cultural e a análise de assunto: mais que discursos, unindo comunidades. PontodeAcesso , Salvador, v. 12, n. 3, p. 3-27, dez. 2018. DOI: http://dx.doi.org/10.9771/rpa.v12i3.28129 .
Brasil	A3	2015	MEDEIROS, Nunes. A edição de livros como formulação do mundo: ideias e casos. Revista Brasileira de História da Mídia , São Paulo, v. 4, n. 2, jul./2015 - dez./2015. DOI: https://doi.org/10.26664/issn.2238-5126.4220154157 .
Brasil	A3	2016	SANTA ANNA, Jorge. A redefinição da biblioteca no século XXI: de ambientes informacionais a espaços de convivência. RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação , Campinas, v. 14, n. 2, p. 232-246, mai. 2016. DOI: https://doi.org/10.20396/rdhci.v14i2.8641701 .

Brasil	A3	2017	ALVES, Mariana de Souza; CORREIA, Anna Elizabeth Galvão Coutinho; SALCEDO, Diego Andres. Práticas leitoras e informacionais nas bibliotecas comunitárias em rede da Releitura - PE. RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação , Campinas, v. 16, n. 1, p. 211-237, nov. 2018. DOI: https://doi.org/10.20396/rdbci.v16i1.8650064 .
Brasil	A4	2015	BARROS, Antonio Teixeira de. A dimensão educativa da mediatização ambiental: possibilidades e críticas. Comunicação & Sociedade , São Bernardo do Campo, v. 37, n. 3, p. 391-416, set./dez. 2015. DOI: https://doi.org/10.15603/2175-7755/cs.v37n3p391-416 .
Brasil	A4	2018	CAVALCANTI, Anna de Carvalho. Apontamentos sobre as definições de jornalismo cultural nos anais da SBPJor: 10 anos de análise sobre a mediação da cultura. Estudos em Jornalismo e Mídia , Florianópolis, v. 14, n. 2, p. 36-48, jan. 2018. DOI: https://doi.org/10.5007/1984-6924.2017v14n2p36 .
Brasil	A4	2015	CHAVES, Mayco Ferreira. Competências profissionais para atuação bibliotecária na área cultural. Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina , Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 261-271, mai./ago. 2015. Disponível em: https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1006 .
Brasil	A4	2017	GERLIN, Meri Nadia Marques; BARCELLOS, Welington. O bibliotecário como agente cultural: experiência vivida na biblioteca Argentina Lopes Tristão de Domingos Martins (ES). Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina , Florianópolis, v. 22, n. 1, p. 118-135, dez./mar. 2017. DOI: https://doi.org/10.22478/ufpb.1981-0695.2017v12n2.37015 .
Brasil	A4	2018	BAPTISTA, Michele Marques; GONÇALVES, Márcia Servi. Ações e atividades culturais em bibliotecas universitárias: a busca por espaços mais atrativos aos usuários na Biblioteca Central da Universidade de Caxias do Sul. Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina , Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 542-554, ago./nov. 2018. Disponível em: https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1513/pdf .
Brasil	A4	2019	SILVA, Andréia Sousa da; LIMA, Graziela dos Santos. Construindo a visibilidade da cultura negra: ações socioeducativas para combater o racismo nos espaços informacionais. Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina , Florianópolis, v. 24, n. 2, p. 333-344, abr./jun. 2019. Disponível em: https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1614 .

Brasil	A4	2019	SOUZA, Franciny Bom Reis; GONÇALVES, Renata Braz. Práticas de incentivo à leitura em livrarias gaúchas: livraria exercendo papel de bibliotecas? Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina , Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 33-49, dez. 2018/mar. 2019. Disponível em: https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1507 .
Brasil	A4	2015	ALENCAR, Lucidio Lopes et. al. Bibliotecários como promotores de ações culturais: um relato de experiência da 1ª Festa Literária da Univasf: a Festa Literária do Vale do São Francisco. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação , São Paulo, v. 11, n. esp. 128-146, 2015. Disponível em: https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/499 .
Brasil	A4	2015	RODRIGUES, Darlene Silveira et. al. Cinema ao meio-dia: ação cultural em bibliotecas universitárias. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação , São Paulo, v. 11, n. 2, p. 155-172, jul./dez. 2015. Disponível em: https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/405 .
Brasil	A4	2015	SANT'ANA, Giovanna Carvalho; KIRST, Marcos. O Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas de São Paulo como política pública cultural. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação , São Paulo, v. 11, n. esp., p. 582-593, 2015. Disponível em: https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/535 .
Brasil	A4	2015	SANTOS, Josiel Machado. Ação cultural em bibliotecas públicas: o bibliotecário como agente transformador. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação , São Paulo, v. 11, n. 2, p. 173-189, jun./dez. 2015. Disponível em: https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/425 .
Brasil	A4	2016	ARAÚJO, Juliana Ferreira de; FRANCELIN, Marivalde Moacir. Extensão Bibliotecária no Sistema Municipal de Bibliotecas de São Paulo. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação , São Paulo, v. 12, n. 1, p. 45-69, jan./jun. 2016. Disponível em: https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/303 .
Brasil	A4	2017	SILVA, Vera Lucia Marques et. al. O papel social das bibliotecas do Senac SP. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação , São Paulo, v. 13, n. esp., p. 1939-1952, 2017. Disponível em: https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/943 .
Brasil	A4	2018	SOUSA, Raquel Juliana Prado Leite de. Políticas de bibliotecas públicas e o Instituto Nacional do Livro: análise exploratória à luz da História e Teoria da Educação Brasileira. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação , São Paulo, v.

			14, n. 3, p. 143-169, set./dez. 2018. Disponível em: https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1073/1087 .
Brasil	A4	2019	FERNANDES, Raquel Gonçalves da Silva de Araújo et. al. 50 Tons de Cinza e relacionamento abusivo: um olhar do cárcere. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação , v. 15, n. esp., p. 390-405, 2019. Disponível em: https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1344 .
Brasil	A4	2019	SIQUEIRA, Thiago Giordano de Souza. Ação cultural de mediação de leitura em comunidades ribeirinhas no Estado do Amazonas: relato de experiência da Expedição Barco Biblioteca. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação , São Paulo, v. 15, n. esp., p. 68- 83, 2019. Disponível em: https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1217 .
Brasil	A4	2019	VERONEZE, Caroline Candido; JAVAREZ, Jeanine Geraldo; NADAL, Lisandra Maria Kovaliczn. Clubes de leitura em movimento: integração nas bibliotecas do IFPR. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação , São Paulo, v. 15, n. esp., p. 314-326, 2019. Disponível em: https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1350 .
Brasil	A4	2015	HONORATO, Cayo. Mediação Extrainstitucional. Museologia & Interdisciplinaridade , Brasília, v. 3, n. 6, p. 205-220, abr. 2015. DOI: https://doi.org/10.26512/museologia.v3i6.16737 .
Brasil	A4	2015	MAIRESSE, François. Comunicação, mediação e marketing. Museologia & Interdisciplinaridade , Brasília, v. 4, n. 7, p. 57-73, out. 2015. DOI: https://doi.org/10.26512/museologia.v4i7.16773 .
Brasil	A4	2019	CARVALHO, Leticia Ferreira; MIRANDA, Larissa Caroline de Oliveira; ROCHA, Eliane Cristina de Freitas. Formas e definições de mediação cultural no campo da Museologia e suas diferentes aplicações. Museologia & Interdisciplinaridade , Brasília, v. 8, n. 15, p. 315-322, jun. 2019. DOI: https://doi.org/10.26512/museologia.v8i15.24972 .
Equador	A2	2016	PAIVA, Jamile Miriã Fernandes. Mediação cultural e comunicação na economia simbólica do centro histórico de Coimbra, Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación , Quito, n. 130, p. 127-144, dez. 2015/mar. 2016. Disponível em: https://revistachasqui.org/index.php/chasqui/article/view/2539 .

Fonte: Autoria própria (2020).

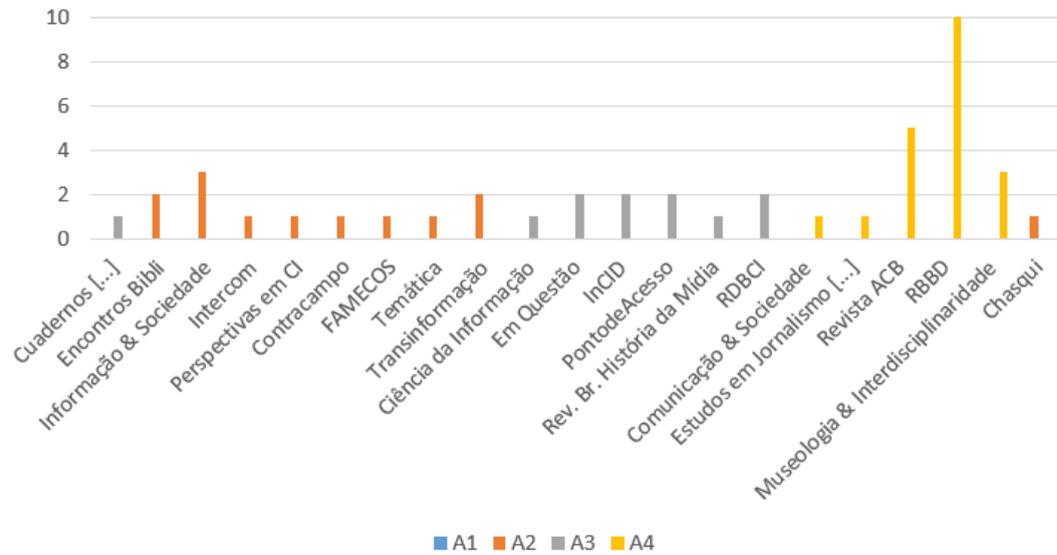
De tal forma, foram identificados 44 artigos de acordo com os requisitos e critérios de busca. Desses, 12 foram publicados em 2015, 5 publicados em 2016, 7 publicados em 2017, 10 publicados em 2018 e 10 publicados em 2019.

Figura 3 - Quantidade de artigos recuperados por ano de publicação



Fonte: Autoria própria (2021)

Do total, 42 foram publicados em revistas científicas do Brasil, 1 na Argentina e 1 no Equador. A *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação* apresentou a maior quantidade de publicações recuperadas (10), seguida pela *Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina* (5), acompanhadas dos periódicos *Informação & Sociedade* e *Museologia & Interdisciplinaridade* (ambos com 3), *Encontros Bibli*, *Transinformação*, *Em Questão*, *InCID*, *PontodeAcesso* e *RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação* apresentaram 2 artigos cada e nos demais apenas um, incluindo os periódicos não brasileiros - *Cuadernos de Antropología Social* (AR) e *Chasqui* (EC).

Figura 4 - Quantidade de publicações por periódico

Fonte: Autoria própria (2021)

Após a seleção do corpus para análise, foram realizadas as leituras interpretativas dos artigos recuperados a fim de compreender as dimensões do conceito de mediação cultural na área de Comunicação e Informação a partir desses artigos. Os artigos e suas respectivas análises serão apresentados conforme ordenados no Quadro 3, ou seja, primeiramente, por país de publicação do periódico (Argentina, Brasil e Equador), em seguida, consideramos o Qualis (A2, A3 e A4) e ordenamos os periódicos em ordem alfabética. A partir disso, os artigos são apresentados de acordo com o ano de publicação.

Foi recuperado 1 artigo no periódico argentino *Cuadernos de Antropología Social*, Qualis A3: González Bracco (2019).

No estudo, González Bracco (2019) ([apêndice A](#)) discorre sobre políticas de embelezamento de espaços urbanos, utilizando como exemplo o bairro La Boca, em Buenos Aires. As políticas de embelezamento tentam substituir as políticas públicas de inclusão de comunidades vulneráveis, condensando problemas sociais em problemas estéticos. A ideia dessas políticas é de “maximizar la renta del suelo y fomentar los espacios de consumo para turistas y vecinos de clases acomodadas en detrimento de la inclusión de sectores vulnerables” (GONZÁLEZ BRACCO, 2019, p. 126).

A autora aponta que no caso do La Boca, bairro popular de artistas plásticos, a arte urbana foi um meio de capitalizar a tradição artística para atrair negócios que estimulam o turismo cultural, “a partir del emplazamiento de murales y la realización de actividades culturales que iluminan nuevas zonas del bairro” (GONZÁLEZ BRACCO, 2019, p. 129).

O principal ponto da discussão apresentada por González Bracco (2019) é, justamente, como expressões artísticas podem ser pautadas por interesses políticos críticos e de resistência e como, quando interessa à classe dominante, a arte é utilizada como ferramenta de ordenação social, pois, é possível que “el arte urbano transforma el espacio público en un bien mercantil mediante los festivales de arte como eventos pasteurizados donde lo que antes se consideraba vandalismo es relanzado positivamente por sus valores de autenticidad, libertad y singularidad” (GONZÁLEZ BRACCO, 2019, p. 128). Aqui, fazemos um paralelo com o conceito de ação cultural que, segundo Freire (2011), pode potencialmente ser utilizado em prol de interesses dominantes¹⁰.

Foram recuperados 2 artigos do periódico *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Qualis A2: Pereira e Saldanha (2018) e Rasteli e Caldas (2019).

Pereira e Saldanha (2018) ([apêndice B](#)) questionam a dificuldade, na Biblioteconomia e Ciência da informação, em consolidar práticas culturais e informacionais que assumam o prazer como possibilidade e finalidade. Para os autores, é preciso perceber o entretenimento como condição simbólica e direito social que pode alcançar a esfera da emancipação. Os autores publicaram sobre o tema também na InCID, em Saldanha e Pereira (2016)¹¹.

Os autores partem da noção de prazer, como apreensão do mundo estético, para argumentar que o cultural na Biblioteconomia e na CI é pautado na relação entre ação cultural, animação e lazer. Desdobrando essa relação, Pereira e Saldanha (2018) pontuam que:

A ação está no âmbito de:

1. disponibilização, mediação e acesso;
2. uso e apropriação;
3. criação e produção;
4. atividades e eventos - como processo;
5. diálogo, interação e participação.

A animação está no âmbito do:

1. lazer e relações de convivência;
2. incentivo ao uso de serviços e produtos da instituição;
3. implementação de atividades.

¹⁰ “[...] a ação cultural para a dominação não pode problematizar a realidade, [...] pois que assim contradiria os interesses dominantes” (FREIRE, 2011, n.p.).

¹¹ Cf. p. 59

E o lazer é associado à recreação por meio de:

1. liberdade, como tempo livre após as obrigações;
2. bem-estar, como busca pelo prazer e realização pessoal.

Como contraponto, os autores destacam Coelho (1989 apud PEREIRA; SALDANHA, 2018, p. 13), segundo o qual “lazer através da cultura não é exatamente ‘ação cultural’”, como já mencionado nesta pesquisa¹²; contudo, ao articular conhecimento, cultura e política assumindo o prazer em uma perspectiva crítica ao simbólico hegemônico, é possível garantir que a biblioteca seja um espaço de vivência que garanta o lazer como direito social e não como entretenimento esvaziado de sentido.

Rasteli e Caldas (2019) (apêndice C) apresentam as perspectivas conceituais da mediação cultural na Ciência da informação brasileira. Partindo da afirmação que bibliotecas são equipamentos culturais e informacionais potenciais nas transformações sociais, os autores sugerem os processos mediadores como meio de atuação. Esses processos mediadores envolvem dimensões políticas, educacionais e culturais. A cultura, como instrumento de cidadania e resgate de identidades coletivas, é elemento mediador para construção de sentidos, visto que: “é através de outros e dos signos (cultura) que os sujeitos estabelecem relações” (RASTELI; CALDAS, 2019, p. 2)

A definição de mediação cultural é contextual, como já pontuado nesta pesquisa¹³, e para Rasteli e Caldas (2019, p. 6) é a “representação dos processos [...] cuja interação com indivíduos e/ou grupos, pode promover significados e sentidos”. Segundo os autores, na Ciência da Informação brasileira, a mediação cultural é permeada pela noção de apropriação cultural, negociação cultural, protagonismo cultural, dispositivo cultural e construção de sentidos.

As bibliotecas, nesse contexto diverso, são espaços de diálogo e produtora de significados quando atuam diretamente com a “participação ativa da comunidade [...] posicionando os sujeitos como protagonistas culturais” (RASTELI; CALDAS, 2019, p. 6).

No periódico *Informação & Sociedade: Estudos*, classificado como A2, recuperamos 3 artigos: Lessa e Gomes (2017), Mendonça et al. (2018) e Souza Pinto et al. (2018).

Lessa e Gomes (2017) (apêndice D) analisam o papel social da biblioteca pública na contemporaneidade a partir do entendimento que “a biblioteca pública que ainda atua em uma concepção tradicional tem uma série de questões a enfrentar e limites a superar” (LESSA;

¹² Cf. p. 24-25.

¹³ Cf. p. 21.

GOMES, 2017, p. 39). Para tanto, as autoras articulam a mediação sociocultural à atuação das bibliotecas públicas, visando ressignificá-las.

Contextualizando o termo, Lessa e Gomes (2017, p. 36) apresentam a mediação sociocultural como possibilidade de interferência “nos contextos socioculturais como um processo comunicacional de transformação e reorganização das relações sociais”, que parte da interação entre sujeitos para construção e transformação de identidades e realidades.

Ao posicionar a biblioteca pública como mediadora cultural e da informação, Lessa e Gomes (2017, p. 37) consideram a cultura como elemento de construção histórica da sociedade e defendem que “a relação entre a mediação e a cultura está na constituição social do ‘saber humano’, subsidiado pelas experiências do cotidiano”, pois, é a partir da dimensão sociocultural da mediação que a biblioteca pública consegue relacionar a experiência social aos artefatos culturais - materiais ou simbólicos.

Logo, a biblioteca pública depende de sua transformação estrutural para ser vista com novos olhos na sociedade. E, falar em transformação estrutural, implica mudanças nos serviços e no ambiente oferecido, buscando “um espaço híbrido na disponibilização de seus principais serviços e ações, um espaço de todos e para todos, que é envolvido constantemente com a comunidade” (LESSA; GOMES, 2017, p. 40). As autoras também destacam o uso de ambientes virtuais para a promoção de serviços oferecidos pelas bibliotecas, assumindo a dinamicidade e atratividade do virtual; entretanto, apontam que o espaço físico das bibliotecas públicas também pode - e deve - ser um ambiente dinâmico e atrativo, que permita e desperte a autonomia, a criação, a aprendizagem e a transformação.

Sob o conceito de mediação cultural, Mendonça et al. (2018) ([apêndice E](#)) analisam a tipografia como uma manifestação simbólica que medeia informação para além do texto e da técnica. Assim, os autores argumentam que o processo de composição e impressão de textos é, de fato, um código informativo e documental, quando observado através de uma perspectiva sociológica e comunicacional.

Estabelecendo um panorama do conceito, Mendonça et al. (2018, p. 307) apontam que a informação, mediada sob uma abordagem cultural, não deve ser meramente decifrada, mas, sim, interpretada através de “bases sociais dos fenômenos observados, com o cuidado de não deformá-los, a fim de compreender os sentidos que se constroem em seus locais de ocorrência”. Por meio da tipografia, então, é possível informar e transformar e, narrando o histórico da tipografia como o refinamento do gesto de escrever, dependente de referências e articulado a processos culturais e informacionais do ser humano, os autores apontam que

“nesses desdobramentos da tipografia, a informação se serve da cultura para informar, para difundir conhecimento, para se tornar mediação” (MENDONÇA et al., 2018, p. 310).

No caso do caderno Planeta seca, Mendonça et al. (2018, p. 320) destacam os sentidos oferecidos pela tipografia ao articulá-la ao tema como um “recurso para entender uma realidade sertaneja”. Portanto, a tipografia dialoga com o tema a partir de dispositivos visuais como espaços em branco, colunas desiguais, letras errantes, imagens etc. Para além da técnica, a tipografia usada no caderno “transforma o documento e o seu projeto gráfico em um código comunicante, em algo criador de cenários que ampliam narrativas e experiências” (MENDONÇA et al., 2018, p. 320).

Já em Souza Pinto et al. (2018) ([apêndice F](#)), os autores discorrem sobre políticas de desenvolvimento sustentável para destacar a função social das bibliotecas públicas. Os autores argumentam que o desenvolvimento sustentável “deve ser capaz de contribuir para a solução dos problemas atuais e da garantia da vida, por meio da proteção e da manutenção dos sistemas naturais que a tornam possível” (SOUZA PINTO et al., 2018, p. 245).

A sustentabilidade, portanto, seria uma perspectiva que visa mudanças no sistema de organização social, produção material e uso de recursos naturais. Sendo assim, os autores questionam como as bibliotecas podem contribuir para as agendas e políticas sustentáveis? Considerando que, inserir as bibliotecas em uma atuação sustentável, “é uma decisão que deve permear todo o ambiente da biblioteca, desde a valorização das pessoas até os processos operacionais” (SOUZA PINTO et al., 2018, p. 248), os autores apontam que a atuação e função social das bibliotecas, em especial as públicas, são potencialmente transformadoras a partir da inovação, inclusão, acesso, preservação e disseminação da informação.

O tema tem sido abordado na área da Biblioteconomia e da Ciência da Informação desde 2015 e, para embasar a discussão, Souza Pinto et al. (2018) utilizam atividades propostas pela Federação Internacional de Associações de Bibliotecas e Instituições (IFLA) para alcançar os objetivos da Agenda 2030, da ONU - um compromisso global para o desenvolvimento sustentável, pautado pelo

Combate à pobreza, fome, melhoria da nutrição e agricultura sustentável, educação inclusiva de qualidade, promoção de oportunidades e aprendizagem para todos. Igualdade de gênero, empoderamento da mulher, gestão sustentável da água, da energia e saneamento para todos, oportunidade de trabalho para todos, redução de desigualdades, promoção de consumo mais sustentável, combate às mudanças de clima, conservação dos oceanos, mares, florestas, ecossistemas marítimos e terrestres (SOUZA PINTO et al., 2018, p. 251).

Em análise do Sistema de Bibliotecas Públicas de Santa Catarina (SBPSC), os autores definem 7 categorias, que abrangem as propostas da IFLA e os objetivos de sustentabilidade

da Agenda 2030: 1. formação do profissional responsável; 2. quantidade de bibliotecários de formação; 3. serviços e produtos oferecidos; 4. acessibilidade; 5. serviços específicos para pessoas com deficiência; 6. políticas para atrair novos usuários; e, 7. ações culturais realizadas. Concluem que a falta de recursos, de profissionais qualificados (bibliotecários formados) e de suporte governamental resulta na ausência de ações efetivas que visem o desenvolvimento social sustentável.

Para esta pesquisa, o artigo menciona as ações culturais como meios de interação social e de construção de comunidade, visto que “é preciso atrair crianças, jovens, adultos, idosos com diferentes atividades culturais, educacionais e sociais que gerem oportunidades para impulsionar a cultura cidadã nas comunidades onde estão localizadas” (SOUZA PINTO et al., 2018, p. 253).

No periódico *Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, Qualis A2, apenas um texto foi recuperado: Cádima (2016).

Cádima (2016) ([apêndice G](#)) aborda os reflexos de políticas do audiovisual europeu na construção de uma identidade cultural da Europa. O autor aponta a complexidade da questão, pois, o mercado audiovisual ainda é dominado pelos EUA e as políticas de cota de produção europeia acabaram provocando uma concorrência no mercado.

Atrás da ideia inicial de identificação continental por meio dos programas de televisão, de fato, “não existe uma verdadeira vontade política” (CÁDIMA, 2016, p. 41), isto porque a proposta era estabelecer uma cota na TV pública exclusivamente de programas europeus, disseminando a diversidade cultural e fomentando uma identidade cultural entre os países, mas, se a pretensão era “a criação de um grande mercado transfronteiriço, na prática, o que sucedeu foi, mais do que criar um mercado 'interior' e um segundo mercado na Europa, pelo contrário, provocou um forte regime de concorrência nos diferentes mercados televisivos nacionais” (CÁDIMA, 2016, p. 46).

O termo ação cultural é citado no resumo do artigo e não é aprofundado pelo autor, entretanto, podemos apreender a iniciativa de construção de uma identidade cultural através dos programas de televisão, entendendo-os como expressões artísticas e, portanto, manifestações simbólicas de pertencimento. Essa perspectiva também foi abordada em Martins, Barros e Lima (2015)¹⁴, que defendem a ação cultural como meio de representação social e construção de comunidades.

¹⁴ Cf. p. 54

No periódico *Perspectivas em Ciência da Informação*, Qualis A2, recuperamos um artigo: Silva, Cavalcante e Costa (2018).

Silva, Cavalcante e Costa (2018) (apêndice H) discorrem sobre a relação entre biblioteca e comunidade a partir de estudo de usuário nas Bibliotecas Comunitárias de Itaitinga - CE. Por serem pautadas em uma gestão participativa, autônoma e horizontal, “as bibliotecas comunitárias possuem a autonomia de construir e seguir um projeto político-social criado de forma participativa e colaborativa” (SILVA; CAVALCANTE; COSTA, 2018, p. 53) e, portanto, “o diálogo entre biblioteca e comunidade torna-se essencial para o sucesso e o alcance da missão e objetivos dessas iniciativas” (SILVA; CAVALCANTE; COSTA, 2018, p. 41).

O artigo foi recuperado, pois, menciona no resumo as atividades e ações culturais realizadas pelas bibliotecas comunitárias e, ainda que este não seja o foco das autoras, é interessante destacar como a atuação voltada para questões educacionais e culturais reflete diretamente as demandas informacionais apresentadas de acordo com o contexto e as dinâmicas sociais e individuais dos usuários. Os serviços oferecidos pelas bibliotecas em estudo respondem ao perfil do público, já que “a comunidade toda possui status de usuário potencial” (SILVA; CAVALCANTE; COSTA, 2018, p. 45).

Como veremos também em Alves, Correia e Salcedo (2018)¹⁵, o aspecto coletivo, colaborativo e interativo das bibliotecas comunitárias a transformam em um latente espaço de mediação cultural voltado para a ação e a transformação.

Na *Revista Contracampo*, Qualis A2, recuperamos um artigo: Antunes, Gutmann e Maia (2019).

Antunes, Gutmann e Maia (2019) (apêndice I) analisam, através das mediações comunicativas da cultura, as temporalidades, fluxos e matrizes midiáticas que permeiam o canal de Everson Zoio, youtuber que expõe o próprio corpo ao perigo e constrangimento por visibilidade.

O Youtube como espaço de experiências sociais é percebido, em suas temporalidades midiáticas, como fenômeno comunicativo que influi e recebe influência de transformações na cultura e na comunicação. As temporalidades tipicamente midiáticas seriam:

1. Instantaneidade - marcado pela constante atualização do canal;
2. Periodicidade - marcado pela serialidade dos vídeos;
3. Imediaticidade - a ação que se mistura com a vida cotidiana;

¹⁵ Cf. p. 62

4. Conectividade - entendida como recompensa, entre curtidas, comentários e interações;

Os autores utilizam a mediação cultural como dimensão de análise do fenômeno “Zoio” e, nesse sentido, percebe-se que as temporalidades interagem, garantindo visibilidade por meio da banalidade e destacando que “cada relação temporal engendrada a partir de Zoio como tensão/fricção de temporalidades outras, mas, também, condição de funcionamento da instância midiática” (ANTUNES; GUTMANN; MAIA, 2019, p. 123).

Na *Revista FAMECOS*, Qualis A2, também recuperamos um artigo: Martins, Barros e Lima (2015).

Narrando um panorama histórico sobre o hip hop como mediador social e cultural, Martins, Barros e Lima (2015) (apêndice J) destacam o papel das ações culturais no processo de identidade subjetiva e representação social.

Os autores apontam como a cultura hip hop permeia o social e o individual, construindo sentidos e representações através de diferentes expressões artísticas - na música, na dança, na estética etc. As expressões artísticas traduzem valores e ideais da cultura hip hop e com as quais os sujeitos se identificam com o coletivo, em uma rede de pertencimento, visto que:

A cultura hip hop, no Brasil, surge em consequência do entrosamento de uma determinada juventude que encontrou meios para o [desenvolvimento] de ideias, sonhos, uma melhor forma de intervenção na sociedade. Esses ideais são formados por um conjunto de interesses individuais que se tornaram coletivos à medida que estes jovens perceberam que a opinião de um colega era semelhante a sua própria convicção (MARTINS; BARROS; LIMA, 2015, p. 73).

Sendo assim, Martins, Barros e Lima (2015) destacam a relevância da cultura de rua na construção de sentido, estabelecendo o diálogo entre perspectivas periféricas, discursos politizados, arte, sujeito e coletividade.

Na *Revista Temática*, Qualis A2, recuperamos um artigo: Vieira e Coração (2017).

Vieira e Coração (2017) (apêndice K) analisam o site Viomundo a partir da mediação cultural jornalística¹⁶ realizada pelo site. Enfrentando a pauta do jornalismo hegemônico, o Viomundo é um site que reconstrói discursos midiáticos, entendendo que, na sociedade, “a mídia realimenta as significações e experiências” (VIEIRA; CORAÇÃO, 2017, p. 126). A iniciativa do Viomundo parte da crítica ao discurso jornalístico hegemônico, pois, “à luz

¹⁶ Cf. p. 63

dessas narrativas, o mundo é mediado, apresentado por vieses que incluem e excluem atores sociais, denunciam, expõem e escondem” (VIEIRA; CORAÇÃO, 2017, p. 129).

Portanto, para Vieira e Coração (2017, p. 124), a mediação cultural é contextualizada como “peça chave do entendimento de mundo [...]” e, considerando que toda relação e existência social é pautada por uma dimensão política, temos que a mídia contra-hegemônica constrói sua própria narrativa, visando a mediação cultural jornalística, exercendo o compartilhamento de ideias, criticando pautas dominantes, percebendo as narrativas de disputas sociais, observando o poder de influência do jornalismo e atuando como espaço de observatório midiático.

No periódico *Transinformação*, Qualis A2, recuperamos dois artigos com os termos que nos interessam: Aldabalde e Rodrigues (2015) e Rasteli e Caldas (2017).

Aldabalde e Rodrigues (2015) ([apêndice L](#)) tratam sobre a mediação cultural em arquivos, utilizando como exemplo o Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES). De início, os autores pontuam que não existe consenso sobre a mediação cultural em arquivos na literatura brasileira, mas destacam que “o arquivo [...] atende não só a administração e aos direitos individuais - informação e prova -, como também a sociedade como um todo” (MACHADO, 1986 apud ALDABALDE; RODRIGUES, 2015, p. 256).

No caso do APEES, Aldabalde e Rodrigues (2015) questionam se o vínculo entre arquivo público e Secretaria de Cultura (Secult) impacta na mediação cultural e percebem que, em 10 anos, entre 124 ações culturais realizadas pelo APEES, apenas 4 foram em parceria com a Secult, orientadas para políticas culturais arquivísticas para comunidades invisibilizadas, apoio à manifestações culturais locais, mostra de filmes do acervo filmográfico e um projeto em parceria com a Coordenação de Preservação do Acervo.

Os autores analisam as ações realizadas pelo APEES, diferenciando-as a partir da noção de difusão e mediação cultural, considerando a primeira como estratégia de transmissão cultural (o que aproximamos à animação cultural) e a segunda como artifício que visa a interação e a construção de repertório cultural (o que aproximamos à ação cultural).

Aldabalde e Rodrigues (2015, p. 263) concluem destacando a função social dos arquivos, considerando que “a sistematização das atividades culturais nos arquivos públicos permite o conhecimento da dimensão social desses órgãos e pode contribuir para seu reconhecimento público, além da gestão de documentos”.

Rasteli e Caldas (2017) ([apêndice M](#)) discorrem sobre o conceito de mediação cultural a partir da literatura nacional e estrangeira, partindo da noção que o conceito, apesar de ter

ganhado espaço na literatura, é embrionário. A questão que norteia o trabalho é como a função cultural das bibliotecas pode ser instrumentalizada a partir do conceito de mediação cultural?

Contextualizando os fenômenos culturais que permeiam a sociedade atual, os autores destacam as bibliotecas como instituições essenciais para o exercício da cidadania, atuando em âmbito educacional, cultural, artístico, informacional e para o lazer.

Na análise, Rasteli e Caldas (2017, p. 160) apontam que o foco da literatura francesa é “aproximar indivíduos da comunidade em busca da cultura”, em conclusão

entre as práticas de mediação cultural, percebe-se uma ampla gama de possibilidades e intervenções como oficinas de artes, exposições, apresentações artísticas, encontros com artistas, teatro, cinema, audiovisual, fotografia, som, movimento abarcando diferentes formas de linguagens (RASTELI; CALDAS, 2017, p. 160).

Rasteli e Caldas (2017, p. 160) destacam a dimensão interativa e construtiva da mediação cultural, considerando que “a comunidade constrói significados enquanto vivencia as intervenções de comunicação” e apontam a apropriação cultural como caminho de emancipação e protagonismo social.

No periódico *Ciência da Informação*, Qualis A3, recuperamos um artigo: Rangel (2015).

Em seu desenvolvimento, Rangel (2015) (apêndice N) não aprofunda a discussão sob a perspectiva cultural que aqui nos é de interesse, tendo sido recuperado por apresentar em seu resumo o termo chave de busca “atividades culturais”, pontualmente relacionando-as à atuação dos museus como instituições no século XXI.

Isto porque Rangel (2015) apresenta diversos autores a partir de suas definições de museologia e cita Aquilina (2011 apud RANGEL, 2015, p. 413) destacando que, no desenvolvimento dos fundamentos da museologia, “cada um fala uma língua inviabilizando a possibilidade de compreensão”.

Defendendo os museus como objeto de estudo central da museologia, Rangel (2015, p. 415) salienta que “apontar o museu como centro de nossas ações não é minimizar ou restringir a museologia, pelo contrário, é uma forma de recolocar epistemologicamente os princípios e procedimentos derivados desta percepção na interface com outras áreas do conhecimento”, projetando, assim, “restabelecer uma base comum mínima para todos que trabalham com a museologia” (RANGEL, 2015, p. 416).

No periódico *Em Questão*, Qualis A3, recuperamos dois artigos: Almeida e Targino (2018) e Pajeú e Sobral (2019).

Almeida e Targino (2018) ([apêndice O](#)) iniciam a discussão apresentando a complexidade do conceito de cultura, especialmente em uma perspectiva instrumental. No caso, discutem a partir de sua institucionalidade sua capacidade de influência em âmbito econômico, político, social e educacional; logo, Almeida e Targino (2018) apontam a instrumentalização da cultura sob a forma de políticas públicas que visam o fomento cultural.

Para a análise, as autoras contextualizam o histórico brasileiro de políticas públicas e destrinçam as metas do Plano Nacional de Cultura (PNC) e do Plano Nacional de Livro e Leitura (PNLL) para relacioná-las com as ações propostas por bibliotecas do Cariri cearense. A região do Cariri foi selecionada para análise, “em razão do conhecimento de que é comum a referência entre pesquisadores, gestores culturais e artistas da região falar desse lugar como caldeirão cultural” (ALMEIDA; TARGINO, 2018, p. 245).

Ao apresentar as metas do PNC e PNLL, as autoras apontam o destaque dado à atuação das bibliotecas como um avanço, reconhecendo-as como “[...] instituição essencialmente social, a que compete a preservação e disseminação dos valores que integram a cultura de um país e/ou de um povo” (TARGINO, 2006, p. 63 apud ALMEIDA; TARGINO, 2018, p. 248). Tais políticas públicas visam o incentivo à leitura, democratização do acesso às bibliotecas, formação e atuação de mediadores e bibliotecários capacitados, a valorização material e simbólica do livro e da leitura, entre outros.

Por meio de programas como Clube do leitor, Conversas filosóficas, contações de histórias (ALMEIDA; TARGINO, 2018, p. 258); “ações culturais, práticas esportivas e de lazer, formação e qualificação para o mercado de trabalho, serviços socioassistenciais, políticas de prevenção à violência e de inclusão digital” (ALMEIDA; TARGINO, 2018, p. 259) em espaços de vulnerabilidade social; e ações literárias, “como contação de história; editoração de publicações em livreto ou cordel; e incentivo à leitura em parceria com escolas próximas à Biblioteca” (ALMEIDA; TARGINO, 2018, p. 262), as bibliotecas do Cariri analisadas convertem as dificuldades enfrentadas em iniciativas de transformação. As autoras apontam que, entre as três instituições analisadas, a Biblioteca Pública de Crato se diferencia dos parâmetros e padrões considerados nacionais, especialmente por, além de responder às metas nacionais, a biblioteca está vinculada ao Plano Municipal de Cultura (PMC) de Crato.

Almeida e Targino (2018) concluem a análise ressaltando como as bibliotecas contribuem para a efetivação das políticas públicas apesar de não ser possível identificar as intervenções de apoio por parte do governo federal. E, considerando a “falta de investimentos

para melhor desenvolvimento das ações; ausência de autonomia na proposição e execução de novas ações; não reconhecimento por parte do poder público do trabalho desenvolvido” (ALMEIDA; TARGINO, 2018, p. 263), pontuam que as bibliotecas do Cariri refletem a realidade brasileira na possibilidade de sucesso e nas dificuldades já postas.

Em Pajeú e Sobral (2019) (apêndice P), considerando os espaços urbanos como lugares para “aproximar e reunir as pessoas, seja por motivo cultural, econômico (comércio), político ou social” (ROBBA; MACEDO, 2002 apud PAJEÚ; SOBRAL, 2019, p. 243), os autores apresentam a Praça do Sebo - espaço criado em 1981, em Recife, para atender as demandas literárias da comunidade local. Os autores partem do pressuposto que a Praça do Sebo, sendo uma praça pública, é um lugar de interação e troca social que, assim como os diferentes espaços públicos urbanos, dependem mutuamente do desenvolvimento das cidades, do apoio governamental e da presença da comunidade para não perderem o sentido.

Logo, após um período em que o espaço se encontrou desamparado, foi preciso ressignificá-lo por meio de ações transformativas entendidas como parte de “um processo que permite atribuir um sentido inédito ou original à determinada experiência, carregando consequências para a forma como se situa diante da história” (PAJEÚ; SOBRAL, 2019, p. 245). Tais ações de ressignificação são pensadas e desenvolvidas sob a perspectiva da mediação cultural como aspecto da atuação e função do bibliotecário na sociedade.

Ao envolver o bibliotecário no processo de transformação e produção de diferentes sentidos para os espaços urbanos, os autores apontam a necessidade de ressignificar também o que comumente se entende por Biblioteconomia e atuação profissional e, assim como já previamente discutido nesta pesquisa, defendem que “a técnica na biblioteconomia só é válida porque ajuda a alcançar e satisfazer objetivos informacionais, porque media [sic] também objetos culturais” (PAJEÚ, SOBRAL, 2019, p. 261). O projeto #MovimentoPraçadoSebo parte da mediação cultural para transformar aquele espaço que, visando sua ressignificação, uniu um conjunto de

Pessoas que acreditam na utilização de espaços públicos como lugares dialógicos de interação social, sujeitos que externam sua sensibilidade artística voluntariamente (escapando da dependência de instâncias superiores), pessoas que visualizam a Praça do Sebo como um bem cultural popular da cidade do Recife (PAJEÚ; SOBRAL, 2019, p. 256).

No periódico *InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação*, Qualis A3, recuperamos dois artigos: Saldanha e Pereira (2016) e Mendonça, Feitosa e Costa (2018).

Saldanha e Pereira (2016) (apêndice Q) apresentam a relação entre lazer, bibliotecas e políticas de prazer. Os autores também publicaram sobre o tema no periódico *Encontros Bibli*, em Pereira e Saldanha (2018)¹⁷, onde os autores utilizam uma aproximação entre os termos lazer, ação cultural e animação cultural para relacionar a institucionalidade das bibliotecas à noção política de prazer.

Ao apresentarem o conceito de lazer, os autores o relacionam aos meios e políticas de liberdade intelectual e liberdade de expressão como esferas de emancipação defendidas como direito social. Portanto, questionam a fugaz relação entre sociedade, perspectiva crítica e entretenimento e destacam como as bibliotecas podem e devem atuar para além do âmbito informacional, alcançando subjetividades que partem de contextos socioculturais distintos.

Por meio de análise bibliográfica, Saldanha e Pereira (2016) notam a escassa produção bibliográfica sobre o tema e destacam a naturalização do tema em tipologias específicas, como bibliotecas escolares e públicas. Os autores classificam duas abordagens sobre a temática: a primeira identifica a ação cultural e a animação cultural como potenciais produtoras de lazer nas bibliotecas; a segunda percebe o lazer nos serviços, produtos, processos de troca e diálogo das bibliotecas.

Saldanha e Pereira (2016) defendem o lazer para além do prazer alienado e salientam o importante papel das bibliotecas, como instituições informacionais críticas, de investirem em “políticas do prazer” que articulem o lazer com o poder informacional.

Já Mendonça, Feitosa e Costa (2018) (apêndice R) analisam o comportamento de designers gráficos frente às normas dos textos acadêmicos. Os autores argumentam que os designers gráficos medeiam informação simbólica por meio da tipografia, considerando que “é através do manejo dos tipos e de outros códigos visuais, como a fotografia e a ilustração, que o designer realiza seu papel de comunicar e mediar sentidos” (MENDONÇA; FEITOSA; COSTA, 2018, p. 73), os autores questionam, portanto, como os designers gráficos se sentem com as normas de padronização da informação científica.

Contextualizando, os autores apuram a noção de informação como um fenômeno social e cultural para indicar os contextos simbólicos e informacionais que regem a interpretação e construção de sentidos. Assim, em um sistema ordenador científico, “as produções acadêmicas se configuram como regime de informação, que estrutura, estabiliza e controla códigos e cientistas, a partir de ações de normalização” (MENDONÇA; FEITOSA; COSTA, 2018, p. 79).

¹⁷ Cf. p. 49

A análise foi realizada por meio de questionário virtual, divulgado em um grupo de rede social intitulado “Professores de Tipografia”. Em conclusão, Mendonça, Feitosa e Costa (2018, p. 90) afirmam que “os designers não somente seguem as prescrições normativas, mas as reforçam, perpetuando o poder regulatório consolidado no rigor estrutural do texto, na escrita objetivada e na funcionalidade operacional dos meios de armazenamento e recuperação da informação”. As respostas alternam entre indiferença mesclada com conformidade e reclamações, pois, a padronização tipográfica do ambiente acadêmico, no fim, limita as potencialidades do designer e retira da tipografia sua aptidão simbólica e comunicacional.

No periódico *PontodeAcesso*, Qualis A3, recuperamos dois artigos: Nunes e Carvalho (2017) e Brentan Junior, Martins e Santos Neto (2018).

Nunes e Carvalho (2017) ([apêndice S](#)) analisam as práticas e dimensões da mediação da informação em bibliotecas universitárias brasileiras e francesas. As autoras contextualizam a atuação das bibliotecas universitárias em prol das demandas informacionais da comunidade acadêmica, destacando a estrutura das bibliotecas e o comportamento do profissional, ao qual convém “apropriar-se ele mesmo do seu papel de mediador e atuar na construção do protagonismo social dos usuários” (NUNES; CARVALHO, 2017, p. 93).

Por mediação da informação, Nunes e Carvalho (2017, p. 94) entendem o ato de comunicar a informação, “como instância articuladora entre o individual e o coletivo”, processo que envolve dinamicidade e contextualização e pode ser empreendido de diversos modos - no âmbito da mediação cultural, implícita, explícita ou documentária, por exemplo.

Relacionando o comportamento das bibliotecas universitárias brasileiras e francesas, Nunes e Carvalho (2017) pontuam que as ações mediadoras são desenvolvidas nos dois casos, com foco em serviços online, projetos culturais, lançamentos de livros, ações de educação de usuário e serviço de referência no Brasil e acesso digital à documentos, exposições de fotografias e pinturas, obras de arte e obras do acervo, na França.

O que consideramos interessante destacar é que Nunes e Carvalho (2017, p. 107) pontuam a noção de “informação em seu fluxo, inserida no processo comunicacional e no contexto social” como um ponto em comum entre a Ciência da Informação brasileira e as Ciências da Informação e Comunicação na França. Essa perspectiva da informação se assemelha ao que aqui apresentamos por informação como artefato cultural, integrado à dimensão simbólica.

Brentan Junior, Martins e Santos Neto (2018) (apêndice T) partem da ausência de diálogo entre a mediação cultural e a análise de assunto para articulá-las como experiência sensível construída. Os autores defendem o papel mediador da análise de assunto, considerando que a análise de assunto extrai a tematicidade do documento em três etapas (1. compreensão do todo; 2. identificação dos conceitos; 3. seleção dos conceitos) e se dá, portanto, na “construção de sentido dos sujeitos” (BRENTAN JUNIOR; MARTINS; SANTOS NETO, 2018, p. 5).

O processo de mediação cultural pela análise de assunto deriva da relação entre tratador da informação com o artefato cultural, cada qual com sua bagagem cultural e intencionalidade (do autor e do profissional responsável), e visa a interação com o usuário, considerando sua própria bagagem e sua finalidade, intenção e objetivo.

Na *Revista Brasileira de História da Mídia*, Qualis A3, recuperamos um artigo: Medeiros (2015).

Medeiros (2015) (apêndice U) pontua que o editor de livros atua como mediador cultural, considerando-o personagem social, em suas funções de construir público, mercado, modos de ler, extrair sentidos e as possibilidades e contradições de contextos particulares. Para Medeiros (2015, p. 32) o livro é “símbolo de civilização, como marca de ordenamento do mundo e como cunho de domesticação e fixação do pensamento”, entendendo a escrita como meio de organização mental e social e considerando que vivemos em uma sociedade tipográfica.

Portanto, o livro é um meio de expressão cultural e o ato de editar e publicar livros, pautado pela organização de ideias apresentadas através da cultura impressa, “foi e é muitas vezes guiado por interesses e estratégias” (MEDEIROS, 2015, p. 38). Interesses que não se limitam ao ganho material (venda), mas também podem ser simbólicos (no sentido de autoridade, legitimidade e propriedade no ramo). Logo, o mercado editorial é resultado da soma entre interesses de dimensão simbólica e práticas mercantis.

Sobre a mediação cultural desempenhada pelo editor de livros, Medeiros (2015, p. 40) afirma que “editar livros funciona, afinal, como maneira não aleatória de recorte social das formas de representar as coisas e as ideias” visto o potencial ambíguo: entre limitar visões de mundo e projetar “temáticas, gêneros, movimentos e obras singulares em espaços onde anteriormente eles não existiriam ou não circulariam do mesmo modo” (MEDEIROS, 2015, p. 38).

Por meio da *RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Qualis A3, recuperamos dois artigos: Santa Anna (2016) e Alves, Correia e Salcedo (2017).

No primeiro, Santa Anna (2016) ([apêndice V](#)) reflete sobre a atuação das bibliotecas no século XXI, considerando as transformações causadas nas unidades de informação com o advento das novas tecnologias de informação e comunicação. Partindo da premissa que as bibliotecas são instituições sociais, Santa Anna (2016) argumenta que as bibliotecas acompanham as transformações da sociedade e, portanto, tornam a área adaptável à novas práticas e dimensões de atuação, destacando que “as previsões sobre o desaparecimento da profissão [bibliotecário] e da instituição biblioteca foram refutados” (SANTA ANNA, 2014 apud SANTA ANNA, 2016, p. 234).

Em pesquisa bibliográfica e estudo de observação, Santa Anna (2016) analisa os serviços e produtos das bibliotecas atuais e aponta que as transformações sociais encaminham as bibliotecas para extrapolar suas funções exclusivamente informacionais e buscarem maneiras de atuação em uma perspectiva social, cultural e recreativa; pois, para “[...] além das atividades de coleta, organização, preservação e disseminação do escrito, as bibliotecas devem participar ativamente do processo de construção sócio-histórica das múltiplas paisagens culturais que conferem visibilidade ao lugar onde estão inseridas” (SILVEIRA; REIS, 2011 apud SANTA ANNA, 2016, p. 239).

O autor conclui, então, que a biblioteca que amplia sua dimensão de atuação também aprofunda sua relação com sua comunidade, indo para além da unidade informacional e se transformando em um espaço de convivência, de sociabilidade e, em nossas palavras, de troca simbólica e mediação cultural.

No outro estudo recuperado, Alves, Correia e Salcedo (2018) ([apêndice W](#)) discorrem sobre práticas informacionais em bibliotecas comunitárias, por meio do conceito de leitura. Trazem o grupo de bibliotecas comunitárias Releituras - PE como exemplo e argumentam que, nesses espaços, o que é produzido e vivenciado a partir da interação com a informação e com o coletivo é base para o processo de mediação e apropriação informacional, sendo que as bibliotecas comunitárias “surgem geralmente em bairros marginalizados por iniciativa da própria população de forma solidária e voluntária” (ALVES; CORREIRA; SALCEDO, 2018, p. 213)

Alves, Correia e Salcedo (2018, p. 213) apontam que “é no ato da leitura que a informação se concretiza” e contextualizam leitura, em sentido amplo, como meio de acesso ao conhecimento, apropriação da língua, sociabilidade, construção de identidade e autonomia. Isso porque todos os sujeitos que interagem naquele espaço (no caso, as bibliotecas

comunitárias) estão em um processo de troca que entendemos como mediação cultural, visto que depende da atribuição de sentidos, da apropriação de informação e construção de saber.

As práticas informacionais de busca, identificação, leitura, uso, disseminação e mediação, portanto, permeiam as diferentes formas de contato com a leitura, diferenças de idade, referências e preferências que são fonte de criatividade e humanização da relação acervo e público, pois, percebe-se “[...] de uma maneira não linear, que foram e são essas práticas de leitura e informação que impulsionaram esses sujeitos a interagir com essas bibliotecas” (ALVES; CORREIRA; SALCEDO, 2018, p. 234).

No periódico *Comunicação & Sociedade*, Qualis A4, recuperamos um artigo: Barros (2015).

Barros (2015) (apêndice X) aborda questões ambientais pensando sobretudo como se dá o papel das mídias como discurso social com potencial educativo. O autor parte da noção de educação difusa como perspectiva que contempla práticas educativas para além do espaço escolar - atividades sociais, culturais e políticas.

Levando em conta a inserção do ambientalismo e saberes ecológicos nas mídias, o autor aponta a mediatização como iminente processo social de educação e mediação cultural, visto que a cultura mediatizada opera como rede simbólica que “catalisa a construção de trilhas sociais e culturais de interpretação da complexa agenda ambiental no contexto atual” (BARROS, 2015, p. 395).

O artigo destaca a eficácia simbólica da mediatização visto que, de certa forma, dissemina valores e ideias com mais facilidade que a escola, por exemplo. É nesse quesito que Barros (2015) percebe a mediatização como potencializadora e como instrumento de educação difusa.

Apenas um artigo foi recuperado no periódico *Estudos em Jornalismo e Mídia*, Qualis A4: Cavalcanti (2017)

Cavalcanti (2017) (apêndice Y) faz um panorama conceitual do jornalismo cultural, analisando os anais dos Encontros da Associação Brasileira de Pesquisadores em jornalismo. A autora parte do princípio que o jornalismo cultural é uma temática diversa, que pode abordar mediação artística assim como temas comportamentais. Entre os 30 textos analisados, 19 apresentavam algumas conceituações do termo, ainda que “[...] alguns citavam mais de um autor [...]. Em oposição, dez artigos, não continham definição explícita [...]. Alguns entre esses [...] sequer citaram-no novamente no corpo do trabalho” (CAVALCANTI, 2017, p. 40).

Em suma, a análise dos textos explica e apresenta o jornalismo cultural como um processo de mediação cultural, sendo observado por Golin et al. (2008 apud CAVALCANTI, 2017, p. 41) como um meio que “[...] realiza a importante função de mediação, aproximando o público da experiência da arte” . Para contextualizar a perspectiva cultural e antropológica, os autores utilizam o caráter ensaístico do jornalismo para dar sentido e ressignificar o discurso jornalístico em um viés simbólico.

O jornalismo factual, em sua automatização, diverge do jornalismo cultural, pois, “o tempo do jornalismo aponta para um lugar e o tempo da cultura para outro” (CAVALCANTI, 2017, p. 46). Para compreender essa ideia, a autora insere a noção de mediação temporal, percebendo o tempo como um símbolo que “permite transmitir de um ser humano para outras imagens mnêmicas que dão lugar a uma experiência, mas que não podem ser percebidas pelos sentidos não perceptivos” (ELIAS, 1998, p. 13 apud CAVALCANTI, 2017, p. 43).

Logo, Cavalcanti (2017, p. 46) conclui que o jornalismo cultural se dá por meio de uma temporalidade específica, em um “modo processual de criação, apontando para um passado em permanente latência a partir de um olhar crítico e seletivo”.

Por meio da *Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina*, Qualis A4, recuperamos cinco artigos: Chaves (2015), Gerlin e Barcellos (2017), Baptista e Gonçalves (2018), Silva e Lima (2019) e Souza e Gonçalves (2019).

Na sociedade da informação e do conhecimento, o trabalho dos profissionais da informação foi diretamente transformado, em especial, por novas tecnologias da informação e da comunicação. Chaves (2015) ([apêndice Z](#)) discute especificamente as competências profissionais de bibliotecários para atuação cultural, considerando-a como fundamento, “pois possibilita a promoção de práticas culturais e o incentivo ao processo de produção cultural, o que gera nesse sentido um ciclo dinâmico de ações culturais, que não se limitam ao ambiente físico da biblioteca” (CHAVES, 2015, p. 262).

Por competência, o autor entende a aquisição de conhecimento que agregue valor pessoal, social e profissional ao indivíduo e, considerando que, “[...] a biblioteca pode ser vista como um instrumento de ação cultural tendo como missão a promoção de serviços que vão apoiar a aprendizagem e no fornecimento de informações à comunidade” (COELHO; TÁVORA, 2011 apud CHAVES, 2015, p. 266), o bibliotecário deve estar preparado para atuar como mediador da cultura, estimulando ações, espaços, condições e experiências de acesso, consumo e produção cultural ao público - podendo, até mesmo, expandir essas estratégias para além do espaço físico.

As habilidades e conhecimentos considerados como competências necessárias à atuação do bibliotecário como agente cultural visam “proporcionar ou organizar condições necessárias para que as pessoas inventem seus próprios fins, tornando-se sujeitos da cultura e não somente seus objetos” (CHAVES, 2015, p. 269) e abrangem conhecimento sobre leis de incentivo à cultura, saberes correlatos (economia e história da arte, política, psicologia etc.), uso de tecnologias de informação e comunicação (para a produção e divulgação de atividades), elaboração de projetos culturais (visando interesses múltiplos - do produtor, do investidor, do público), organização de eventos, trabalho em equipe, postura criativa, inovadora, proativa e ética, movida pela capacidade de comunicação e liderança.

Chaves (2015) cita a mediação da cultura, assim como defende a atuação mediadora do bibliotecário no sistema cultural, porém, não desenvolve a discussão a partir desse conceito.

Gerlin e Barcellos (2017) ([apêndice AA](#)) relatam a experiência da bibliotecária da Biblioteca Pública de Domingo Martins, no Espírito Santo, para desenvolverem a noção de bibliotecário como agente cultural. O relato é de um projeto nomeado “Pássaro de Fogo” que partiu da necessidade de aproximar a instituição de sua comunidade, envolvendo-os em uma atividade “mais [voltada] para o entretenimento, para o lazer [...]” (GERLIN; BARCELLOS, 2017, p. 126) - o que consideramos como uma iniciativa de animação cultural.

O projeto, entretanto, tomou maiores proporções. Foi desenvolvido através da contação de histórias e a preparação dessa atividade envolveu um curso de contação de histórias, captação de recursos para equipamentos de som, figurinos, fantoches e interação entre a equipe da biblioteca e o público; logo, voltado para a noção de ação cultural, sem um objetivo final, mas com o foco na construção coletiva e dialógica.

Gerlin e Barcellos (2017, p. 128) realçam que “o projeto desenvolvido trouxe um dinamismo muito grande para [a] sociedade local”. Notou-se também a possibilidade de sair do espaço físico da biblioteca como um meio de fortalecer e ampliar a interação entre biblioteca e público.

Apesar dos autores não utilizarem o conceito de mediador cultural, optando por utilizar o termo agente cultural, entendemos ser possível estabelecer uma relação semântica.

Baptista e Gonçalves (2018) ([apêndice AB](#)) aborda como as novas tecnologias de informação e comunicação influenciam diretamente no papel das bibliotecas e em como os usuários percebem-nas, sendo que “os usuários se tornam cada vez mais exigentes quanto ao acesso à informação” (BAPTISTA; GONÇALVES, 2018, p. 543); a função da biblioteca universitária, no geral, é voltada para a prestação de serviços e oferecimento de produtos que

atendam a comunidade acadêmica, apoiando as iniciativas de ensino, pesquisa e extensão. Baptista e Gonçalves (2018) questionam, portanto, como as bibliotecas universitárias podem articular elementos para garantir uma atuação inovadora, que conquiste e atraia seus usuários.

As autoras pontuam que as atividades culturais são um caminho promissor, passando a ser implementadas em bibliotecas universitárias como meio de aproximação ao usuário, pois, como apontam Baptista e Gonçalves (2018, p. 544), “apesar de ter seus serviços mais focados à comunidade acadêmica, deverá se adaptar a vários tipos de usuários e oferecer serviços e produtos diferenciados”.

Baptista e Gonçalves (2018) relatam o caso da Biblioteca Central da Universidade de Caxias do Sul (RS) (BICE-UCS) que visa acolher sua comunidade a partir do lazer, da interação e de uma perspectiva cultural

As autoras descrevem as ações culturais realizadas na BICE-UCS, que aconteceram no hall de entrada da unidade, pontuando algumas principais:

1. Sucata sonora - apresentação musical com foco em um instrumento de percussão produzido com material reciclado;
2. Café com poesia - parte da organização de um espaço em que os usuários poderiam tomar um café e ler trechos de poesias diversas que foram disponibilizados pela organização;
3. Campanha de conservação - visou a conscientização da comunidade usuária com o uso dos materiais disponíveis no acervo e “[...] foi organizada com vários exemplares impressos danificados por algum tipo de agentes como água, chimarrão, caneta, cola, lápis, batom, mordida de animais, entre outros” (BAPTISTA; GONÇALVES, 2018, p. 550)
4. Apresentações de dança e música.
5. Projeto encontro às cegas com o livro - no qual exemplares foram embalados para que não pudessem ser identificados e, portanto, eram escolhidos por meio de frases soltas com breves descrições das obras.

Baptista e Gonçalves (2018) discorrem também sobre pontos importantes na construção de um projeto cultural nas bibliotecas, por exemplo, a noção de cultura da qual se parte, os objetivos das atividades culturais etc. As autoras não utilizam a noção de mediação cultural; entretanto, citam Lankes (2016 apud BAPTISTA; GONÇALVES, 2018, p. 545-546) apontando que “o bibliotecário deve estar preocupado com a mediação social e não somente na informação propriamente dita”, logo, defendendo a biblioteca que atua como a biblioteca do povo.

Silva e Lima (2019) (apêndice AC), ao analisar as bibliotecas públicas como lugares de cultura e informação, apontam uma lacuna na pouca visibilidade das populações de origem africana, considerando que “nesse espaço, imperam ações fundamentalmente hegemônicas [...] que reforçam e propagam discriminações e legitimam o racismo” (SILVA; LIMA, 2019, p. 334). Logo, esse discurso dominante permeia elementos estruturais das bibliotecas públicas como o conteúdo de acervos, os serviços oferecidos, os projetos e objetivos da instituição, utilizando “por meio de dispositivo de poder a lembrança e o esquecimento como instrumentos de dominação” (SILVA; LIMA, 2019, p. 336).

Segundo Cardoso (2015 apud SILVA; LIMA, 2019, p. 336), “uma biblioteca que pretenda ser democrática precisa assumir a diversidade étnica-racial e cultural do contexto em que está” e as autoras pontuam que as ações socioeducativas podem ser uma maneira para transformar esse contexto, pois, fundamentadas em políticas de inclusão, as ações socioeducativas possibilitam caminhos para além do acervo, com questões que influem diretamente na realidade social.

Para tanto, os percursos culturais africanos e afro-brasileiros devem ser inseridos na área desde a formação dos bibliotecários, pois, “a medida que as bibliotecas atendem diversos interesses e grupos sociais, elas se tornam aparelhos de aprendizagem, culturais e de informação” (SILVA; LIMA, 2019, p. 337), contribuindo com a luta antirracista e estimulando a diversidade cultural e informacional.

Souza e Gonçalves (2019) (apêndice AD), por sua vez, discorrem sobre práticas de incentivo à leitura em livrarias analisando as ações realizadas e divulgadas no site de 4 livrarias do Rio Grande do Sul. Para as autoras, as práticas de incentivo à leitura são experiências de troca e compartilhamento de ideias literárias, não se limitando apenas “fazer circular textos de leitura, pelo contrário, o bibliotecário deve ser cúmplice efetivo e afetivo do leitor, se dispondo a discutir e trocar ideias a respeito do que leem” (ALMEIDA JÚNIOR; BORTOLIN, 2007 apud SOUZA; GONÇALVES, 2019, p. 35). No trecho citado, o sujeito mediador da ação é o bibliotecário, mas, a responsabilidade central é a mesma para qualquer profissional responsável por práticas do tipo.

Contextualizando a atuação das livrarias no incentivo à leitura, Souza e Gonçalves (2019) pontuam que, em muitos casos, essa função surgiu de lacunas nos serviços e produtos oferecidos por bibliotecas públicas e escolares - fundamentalmente espaços de mediação da leitura. Logo, as livrarias surgem com estruturas similares às bibliotecas públicas, porém, com o objetivo de comercializar livros e fidelizar clientes. Por meio de iniciativas voltadas para a experiência interativa com o acervo, as livrarias utilizam ambientes como cafeteria, espaço

infantil, espaço cultural etc. para estimular o consumo de livros e, dessa forma, “estimular o gosto pela leitura, despertar o interesse de crianças, jovens, adultos e idosos pela leitura e atividades que façam os participantes pensarem através de um debate reflexivo” (SOUZA; GONÇALVES, 2019, p. 46).

Aqui destacamos que, ao considerarmos que as livrarias “[...] disponibilizam seus serviços e produtos com foco no cliente, [...] com a finalidade de adquirir a venda de livros e atrair consumidores” (SOUZA; GONÇALVES, 2019, p. 47), ainda que se preocupem com atividades voltadas para a mediação e incentivo à leitura, segundo o que temos argumentado, essas podem ser consideradas iniciativas de animação cultural, voltadas para o entretenimento e fidelização de público, e não de ação cultural para a liberdade.

Na *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, Qualis A4, recuperamos 10 artigos - a maior quantidade em um único periódico.

Santos (2015) ([apêndice AE](#)) utiliza a ação cultural como elemento essencial na atuação transformadora do bibliotecário. O centro da discussão são as bibliotecas públicas como instituições culturais, pois, “através do lúdico e do imaginário, a biblioteca pública deverá exercer uma participação mais efetiva em eventos e projetos voltados ao resgate cultural” (SANTOS, 2015, p. 173) - para contextualizar, o autor aponta que as bibliotecas são as instituições culturais mais presentes no Brasil (considerando cinemas, teatros, museus etc.) e esse seria mais um fator agregado ao potencial cultural das bibliotecas.

A biblioteca pública, portanto, como instituição com responsabilidades culturais, “[...] deve criar oportunidades para os indivíduos elaborarem suas produções culturais e tirarem suas conclusões” (SANTOS, 2015, p. 185), em um processo de autonomia que visa o protagonismo cultural. O protagonismo cultural é uma das premissas da mediação cultural que defendemos neste trabalho¹⁸.

É importante ressaltar o que Santos (2015, p. 176) destaca sobre cultura e não-cultura nas bibliotecas, visto que, ao delimitarem seus públicos, as bibliotecas podem criar também limites culturais, o que entendemos como uma linha tênue entre conhecer as demandas da comunidade usuária e se limitar a essas demandas, pois, “[...] ao classificar o seu público, [as bibliotecas] marcam fronteiras e limitam os espaços. Assim as culturas oferecidas pelas bibliotecas passam a ser esferas delimitadas” (FEITOSA, 1998 apud SANTOS, 2015, p. 176).

¹⁸ Cf. p. 23.

Além disso, o autor destaca a importância da formação e preparação dos bibliotecários para atuarem a partir de uma abordagem cultural, articulando teoria e prática para a ação cultural.

Rodrigues et al. (2015) (apêndice AF) discutem ações culturais em bibliotecas universitárias por meio do projeto “Cinema ao meio-dia” da Universidade Federal de Roraima (RR), a primeira ação de extensão da Biblioteca Central da universidade. O objetivo do projeto foi de ampliar a interação entre o público e o acervo do Setor de Mídias - “que tem como principal objetivo dar suporte às consultas e pesquisas técnico-científicas por meio de materiais especiais, tais como DVDs, CDs, mapas e plantas” (RODRIGUES et al., 2015, p. 160).

Sobre a função da biblioteca universitária, Rodrigues et al. (2015) destacam que, sendo permeada pela história e valores da universidade, a biblioteca deve ser um espaço multidisciplinar e atuar no processo de ensino e aprendizagem. Os autores também pontuam que a estruturação de projetos de ação cultural parte da perspectiva cultural adotada e afirmam a ideia de ação cultural como “o campo dos que querem transformar o mundo ou viabilizar as condições para que o mundo se transforme” (RODRIGUES et al., 2015, p. 157).

O andamento do projeto se deu a partir de melhorias estruturais e sugestões feitas pelo público, visando aproximá-los e reforçando o caráter coletivo do processo. Para os autores, “isso coloca Biblioteca, definitivamente, na condição de local de construção e socialização do saber, de ambiente de discussão, troca de experiência e de gestação de uma nova realidade” (RODRIGUES et al., 2015, p. 168).

As colocações apresentadas aqui, feitas por Rodrigues et al. (2015) estão em direta concordância com o que argumentamos ser mediação cultural, como um processo que envolve construção coletiva, participação e troca, visando a transformação individual e a concepção de uma nova realidade social.

Alencar et al. (2015) (apêndice AG) em relato da 1ª experiência de Festa Literária na Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), discute sobre a atuação de bibliotecários como promotores de ação cultural articulando-os à função social das bibliotecas.

A Festa Literária foi proposta pela biblioteca da Univasf para a comemoração de 10 anos da instituição e visava incentivar a leitura e a cultura local, proporcionando a interação entre a comunidade científica e o público local. As atividades realizadas foram: minicursos de redação, gramática e elaboração de artigos; mesas redondas temáticas; oficinas que

associavam temas científicos com demandas locais; exibição de filmes; comercialização de livros e cordéis; palestras e apresentações culturais.

É interessante notar como a biblioteca universitária, seguindo o objetivo de responder ao público acadêmico, conseguiu através desse projeto integrar academia e sociedade articulando iniciativas de estímulo à leitura, conhecimento e cultura regional.

Alencar et al. (2015) mencionam o conceito de ação cultural, explicando-o, mas não citam o termo mediação cultural.

Sant'Ana e Kirst (2015) ([apêndice AH](#)) relatam as ações do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas de São Paulo (SisEB), argumentando que “[...] as ações estruturantes do SisEB são ações culturais essenciais para que o sistema se concretize como uma política cultural pública” (SANT'ANA; KIRST, 2015, p. 585). Essas ações envolvem:

- Capacitações profissionais;
- Seminários de discussão;
- Distribuição de livros para a construção dos acervos;
- Cadernos de referências práticas e temas relacionados;
- Editais de investimento financeiro;
- Programas de incentivo às bibliotecas, diretamente com a gestão dos municípios;

Para os autores, essas iniciativas são ações culturais, pois, Coelho (1997 apud SANT'ANA; KIRST, 2015, p. 584) as define como “conjunto de procedimentos, envolvendo recursos humanos e materiais, que visam pôr em prática os objetivos de uma determinada política cultural” e as ações do SisEB são pensadas para incentivar a atuação bibliotecária e transformar as bibliotecas do estado em bibliotecas vivas.

Já no âmbito das bibliotecas municipais, Araújo e Francelin (2016) ([apêndice AI](#)) destacam a função social e os objetivos das atividades de extensão utilizando como exemplo as propostas do Sistema Municipal de Bibliotecas de São Paulo (SMB-SP). Os autores apontam que as atividades de extensão surgiram no Brasil através das universidades e foram regulamentadas nacionalmente em 1931, visando a integração entre academia e sociedade. Nas bibliotecas, Lanna (1985 apud ARAÚJO; FRANCELIN, 2016, p. 50) aponta que

Para uns autores [a extensão bibliotecária] é o serviço extramuros; para outros, são as atividades culturais realizadas no prédio da biblioteca e para a maioria todas as atividades realizadas dentro e fora do edifício da biblioteca, objetivando facilitar o uso dos serviços bibliotecários.

O SMB-SP é composto por 52 bibliotecas de bairro, 72 ônibus bibliotecas, 13 bosques de leitura e 15 pontos de leitura que articulam a extensão bibliotecária às ações culturais, que

surtem como reflexo da responsabilidade social da biblioteca pública, a partir de sua atuação educacional, informacional, cultural e recreativa. As atividades de extensão do SMB-SP são voltadas para o incentivo e acesso à leitura, escrita, música, cinema, artes manuais, teatro, jogos, dança e encontros para debates que visam garantir condições para que essas ações culturais sejam acessíveis, visto que fatores como locomoção e valores muitas vezes dificultam o acesso de bens culturais.

Portanto, a extensão bibliotecária seria “um processo dialógico que promove a divulgação do acervo com máxima expressividade, mas que também propicia um encontro com as práticas culturais, educativas, recreativas e informacionais através de diversos projetos desenvolvidos intra e extramuros” (ARAÚJO; FRANCELIN, 2016, p. 66), o que podemos entender, em sua existência dialógica, como um processo de mediação da cultura e da informação.

Em um estudo sobre bibliotecas de instituições privadas, Silva et al. (2017) ([apêndice AJ](#)), argumenta que elas podem atuar socialmente por meio de ações culturais que valorizam a aprendizagem e a sociabilidade. Silva et al. (2017) apresenta como exemplo cinco ações oferecidas por diferentes bibliotecas da rede Senac-SP, que visam ser ambientes de aprendizagem e acesso equitativo à informação.

A função social das bibliotecas se dá na necessidade de articular competências informacionais e tecnológicas com as demandas e questões sociais, humanizando a unidade de informação. Nesse sentido, cada biblioteca da Rede Senac visa se transformar em um “centro das atividades culturais e científicas das unidades, *além de ser uma porta de entrada amistosa para a comunidade, estabelecendo um vínculo educacional e permanente*” (SILVA et al., 2017, p. 1943, grifo nosso).

As ações relatadas por Silva et al. (2017) foram:

1. Bibliodiversidade: produção e distribuição de livros, debates sobre grandes e pequenas editoras, apresentação de autores periféricos e incentivo à representatividade;
2. Sarau temático sobre arte e cultura periférica;
3. Acessibilidade nas bibliotecas: por meio do oferecimento de recursos de Tecnologia Assistiva para satisfazer demandas especiais;
4. Semana Senac de Leitura, que incentiva a troca de livros e atividades culturais;
5. O Projeto Pé de Livro, que estimula a autonomia do público ao oferecer livros para serem colhidos e saboreados à vontade.

As atividades são, portanto, voltadas para o desenvolvimento da responsabilidade comunitária com o acervo, identificação de novas demandas dos usuários, criação de condições iguais de acesso ao livro e à informação, articulação de cultura e lazer e o estímulo ao protagonismo do público.

Logo, a partir da noção de biblioteca aberta, as bibliotecas das unidades Senac estimulam a participação do público interno e externo da instituição, fortalecendo a comunidade no interior da unidade e atraindo sujeitos de fora para que integrem e se interessem pela instituição.

No âmbito das políticas públicas, Sousa (2018) ([apêndice AK](#)) trabalha com políticas públicas articulando as de promoção do livro, leitura e bibliotecas às políticas públicas educacionais e, para tanto, faz um histórico das fases do Instituto Nacional do Livro (INL) com a Teoria da Educação Brasileira (1937-1990). O Instituto Nacional do Livro foi um marco para a elaboração de políticas públicas que promovem o livro, a leitura e a biblioteca, especialmente a pública, entretanto, é possível perceber que “[...] a ideia de iniciativa à leitura inexistente, pois o foco é no objeto livro, como se a simples existência do suporte fosse responsável pela mediação cultural” (SOUSA, 2018, p. 146).

Assim, Souza (2018) organiza sua análise em 5 fases:

1. 1937-1945: Incentivo ao mercado editorial nacional, permeado pelo controle do conteúdo dos livros/Relação entre pedagogia tradicional e Escola Nova;
2. 1946-1960: Democratização do conhecimento ampliando o número de bibliotecas e o tamanho dos acervos/Predominância da Escola Nova;
3. 1961-1970: Criação de projetos culturais que absorviam os produtos do mercado editorial/Crise da Escola Nova e início da pedagogia tecnicista;
4. 1971-1986: Reestruturação do INL, pautada na burocratização e tecnicismo/Pedagogia tecnicista;
5. 1987-1990: Aproximação da população, melhoria e expansão dos serviços de leitura e cultura/Pedagogia contra-hegemônica.

Sousa (2018, p. 166), portanto, conclui que “as mudanças na concepção e atuação do INL não se trataram de medidas isoladas, mas também foram influenciadas pelo mesmo ideário que regeu as políticas educacionais brasileiras”, destacando que as iniciativas do INL foram voltadas, em sua maioria, para o incentivo do mercado editorial, não aos serviços socioculturais e educacionais.

Em Fernandes et al (2019) ([apêndice AL](#)), os autores relatam a experiência do clube do livro no Presídio Feminino de Sergipe (PREFEM-SE), no qual discutiram o livro “50 Tons

de Cinza” como “referência para abordar o assunto sobre relacionamento abusivo, realizando um contraste com a noção positiva apresentada pelas internas” (FERNANDES et al., 2019, p. 392).

Os autores pontuam que as bibliotecas atuam como extensão do sistema educacional nos presídios e as ações de leitura e de revitalização da biblioteca foram pensadas para se aproximar do público e a mediação cultural atuou como meio de “estimular a leitura crítica com o propósito de auxiliá-las na aprendizagem e mobilização do pensar sobre si” (FERNANDES et al., 2019, p. 392). As ações de cunho reflexivo instrumentalizam os participantes, naquilo que entendemos como estímulo à autonomia e ao protagonismo cultural.

A atividade foi pensada considerando 5 diretrizes:

1. Tudo pode ser falado;
2. Nada é bobagem;
3. Experiências pessoais são sempre bem-vindas;
4. Não existe erro ou culpa;
5. Tudo deve funcionar como aprendizado.

Essas diretrizes aproximam os mediadores dos participantes da ação e, nesse caso, afirmou que aquele era um espaço e um momento de reflexão e acolhimento visando a elucidação e construção de conhecimento.

Em Siqueira (2019) ([apêndice AM](#)) conhecemos a Expedição Barco Biblioteca, um projeto voluntário em comunidades ribeirinhas de Manaus - AM utilizado para exemplificar a discussão sobre mediação da leitura em ações culturais.

O autor classifica a ação relatada como uma ação de empreendedorismo social, que foca não mais no lucro individual, mas sim no coletivo e destaca que, na Biblioteconomia,

[...] a vertente humanística da profissão está perdendo espaço cada vez mais para a ênfase tecnológica e de gestão, orientada apenas para o desenvolvimento econômico. Urge resgatar a Biblioteconomia Social, orientada para as pessoas e focada no empoderamento das comunidades (SIQUEIRA, 2019, p. 80).

Além disso, o autor aponta que o projeto depende previamente de captação de recursos, logística e infraestrutura, divulgação dos eventos, organização das atividades e materiais necessários.

Considerando que “não pode existir sociedade da informação sem cultura informacional, ou seja, para exercer os papéis de cidadão na contemporaneidade é preciso ter acesso à informação” (SIQUEIRA, 2019, p. 71), o projeto utiliza transporte fluvial para ultrapassar as barreiras do isolamento geográfico e social. O público do projeto possui baixa

escolaridade e, portanto, o objetivo da ação é estabelecer e aprofundar diálogos potencializando o público a partir de suas próprias vivências, por meio de atividades que, segundo Siqueira (2019, p. 73) “destacam a importância dos livros na vida cotidiana e abordam temáticas que valorizem a conscientização ambiental, [...] e ao valorizar essa temática, se cria um sentimento de identidade com a população”.

Veroneze, Javarez e Nadal (2019) ([apêndice AN](#)) trabalham com o “Clube de leitura em movimento” das bibliotecas do Instituto Federal do Paraná (IFPR) como ação cultural na biblioteca escolar, fortalecendo-a como um ambiente de ensino-aprendizagem e recurso educacional. As autoras colocam que as bibliotecas escolares dos Institutos Federais visam “apoiar as atividades de ensino, pesquisa e extensão” (VERONEZE; JAVAREZ; NADAL, 2019, p. 316), assim como as bibliotecas universitárias.

O “Clube de leitura em movimento” foi pensado como meio de garantir interação e apropriação do público para com as obras selecionadas e é estruturado por discussões temáticas, encontros semanais, um jornal mensal relacionado à literatura e, também, conta com a integração entre Clubes, fortalecendo o senso de comunidade e ampliando oportunidades de diálogo e compartilhamento.

Percebendo as atividades culturais como atrativos para a biblioteca, os Clubes estruturaram um projeto de extensão chamado #EscritoPorElas - como forma de debater o protagonismo da mulher em diferentes espaços. É interessante notar que, para chamar a atenção do público para a biblioteca, as ações culturais podem ser baseadas em “temáticas específicas [...] e debater questões do cotidiano” (VERONEZE; JAVAREZ; NADAL, 2019, p. 316), garantindo uma interação significativa do público. Esse envolvimento faz com que o participante da ação não se resuma à passividade, tornando-se protagonista no processo.

No periódico *Museologia & Interdisciplinaridade*, Qualis A4, recuperamos 3 artigos: Honorato (2015), Mairesse (2015) e Carvalho, Miranda e Rocha (2019).

Honorato (2015) ([apêndice AO](#)) parte da multiplicidade semântica do termo mediação para questionar a perspectiva que as instituições assumem quando são entendidas como espaços de mediação. No artigo, Honorato (2015, p. 207) discute o papel do museu como mediador cultural que tem origem em fundamentos iluministas que “podem ser percebidos como um projeto hegemônico e/ou colonizador”.

Para o autor, a crise das instituições culturais questiona “sua legitimidade enquanto representantes dos interesses gerais da sociedade, seu papel na distribuição (intelectual) para todos do que é produzido ou valorado por poucos” (HONORATO, 2015, p. 207). Segundo

Montero (2012 apud HONORATO, 2015, p. 208) a mediação cultural, propriamente política e crítica, atua “em diálogo com e contra os discursos do museu, não tanto para desprestigiá-los, mas sim para desconstruí-los”.

Honorato (2015) defende, então, uma mediação cultural extrainstitucional, que visa efetivar a potente transformação social que se inicia nas instituições culturais e “tem menos interesse em corresponder às ‘características e necessidades’ (identitárias) dos visitantes, [...] do que em potencializar contrapúblicos” (HONORATO, 2015, p. 219)

O texto de Mairesse (2015) ([apêndice AP](#)) é uma tradução feita por Marília K. Cury, no qual o autor relaciona a função de comunicação dos museus às ações de mediação cultural e o marketing museológico. Para Mairesse (2015, p. 68-69), “o ponto central que liga as duas [mediação e marketing] reside certamente em sua relação com o público”, ou seja, na função de integrar os museus à sociedade.

O autor destaca que sua intenção não é misturar exclusivamente a dimensão comercial do marketing à mediação cultural, mas argumenta que, na realidade, o marketing e a mediação “são dois níveis de diálogos muito diferentes que agem juntos” (MAIRESSE, 2015, p. 73). Logo, Mairesse (2015, p. 69) aponta que “a abordagem da mediação [...] baseia-se na lógica de evolução do público” e, “na ótica do marketing em contrapartida, as ações de mediação [...] são vistas como um produto” (MAIRESSE, 2015, p. 70) de valorização do museu no mercado.

É possível apreender que, para o autor, a distinção entre marketing e mediação existe, mas não é simplista, visto que atuam na função de comunicação do museu, ou seja, articulam a instituição e a sociedade a partir de diferentes pontos de vista. De qualquer maneira, o que o autor traz como mediação cultural acompanha o que temos argumentado até aqui, pois, Mairesse (2015, p. 69-70) destaca que o processo de mediação cultural “é primeiramente guiado por uma vontade de emancipação ou de expansão pessoal do grupo. [E] segundo esses princípios, o museu aparece claramente [...] como um lugar de transformação”.

Carvalho, Miranda e Rocha (2019) ([apêndice AQ](#)) fazem um panorama do conceito de mediação cultural na Museologia e na Ciência da informação para pensar em alternativas de mediação, visando a construção de um conceito mais flexível, visto que a relação entre mediação cultural e museologia tem ganhado espaço na literatura.

As autoras argumentam que “mesmo quando a mediação cultural acontece a partir de um indivíduo interlocutor, ela não necessariamente precisa ser mecanizada” (CARVALHO; MIRANDA; ROCHA, 2019, p. 319), o que já apontamos neste texto, considerando que a

mediação cultural, de fato, não deve ser nem um pouco mecanizada visto que parte da interação, da troca.

Em revisão da literatura, Carvalho, Miranda e Rocha (2019) trabalham com 4 artigos que relatam projetos e iniciativas de mediação cultural que destacavam a relação entre museu, público e contexto sociocultural. Esses elementos, inclusive, são base da grande maioria dos textos analisados aqui, pois, desde o começo, entendemos articulamos a mediação ao público como protagonista do processo, às instituições como dispositivos de troca e ao contexto sociocultural como repertório simbólico que pode ser acessado, apropriado e, portanto, mediado entre os sujeitos, extrapolando a ação e alcançando as estruturas da realidade.

O último artigo apresentado foi recuperado a partir do periódico *Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación*, Qualis A2: Paiva (2016).

Paiva (2016) (apêndice AR) usa o conceito de mediação cultural para discorrer sobre práticas de comunicação na economia simbólica. Para isso, a autora expõe a noção de patrimonialização a partir de uma abordagem comunicacional, questionando qual seria o papel da mediação cultural e da comunicação no processo de revalorização de patrimônios culturais, com foco no Centro Histórico de Coimbra, em Portugal - que foi classificado como patrimônio mundial pela Unesco em 2013.

Em Portugal, os programas de requalificação e valorização econômica e cultural foram movidos pela noção de patrimônio, em um processo que

Por um lado, as cidades são reconhecidas como testemunhas vivas do passado e expressão da cultura [...]. Por outro lado, o desencadeamento de intervenções em antigas áreas urbanas pela economia simbólica [...] é um processo que se caracteriza por uma culturalização dos centros históricos (PAIVA, 2016, p. 130).

A mediação cultural, portanto, é inserida nesse contexto como fenômeno que permite engajamento, interação, apropriação, disseminação e construção de saberes simbólicos, visto que a mediação é essencialmente um processo de ressignificação. Logo,

O centro histórico funciona como uma entidade comunicadora de um passado que aposta na midiaticização para captar novos públicos. Porém, para transmitir uma identidade forte e coerente do espaço urbano como um produto patrimonial, a cidade depende de legibilidade, de mostrar-se claramente presente no imaginário das pessoas (PAIVA, 2016, p. 142).

Isso implica interação e troca com os públicos possíveis. Para alcançá-los e envolvê-los na patrimonialização como experiência mediadora, surge uma demanda que Paiva (2016, p. 133) nomeia como “discurso cultural”, embasado em planos de comunicação que efetivamente estabeleçam a relação entre público e recurso patrimonial, visto que “a

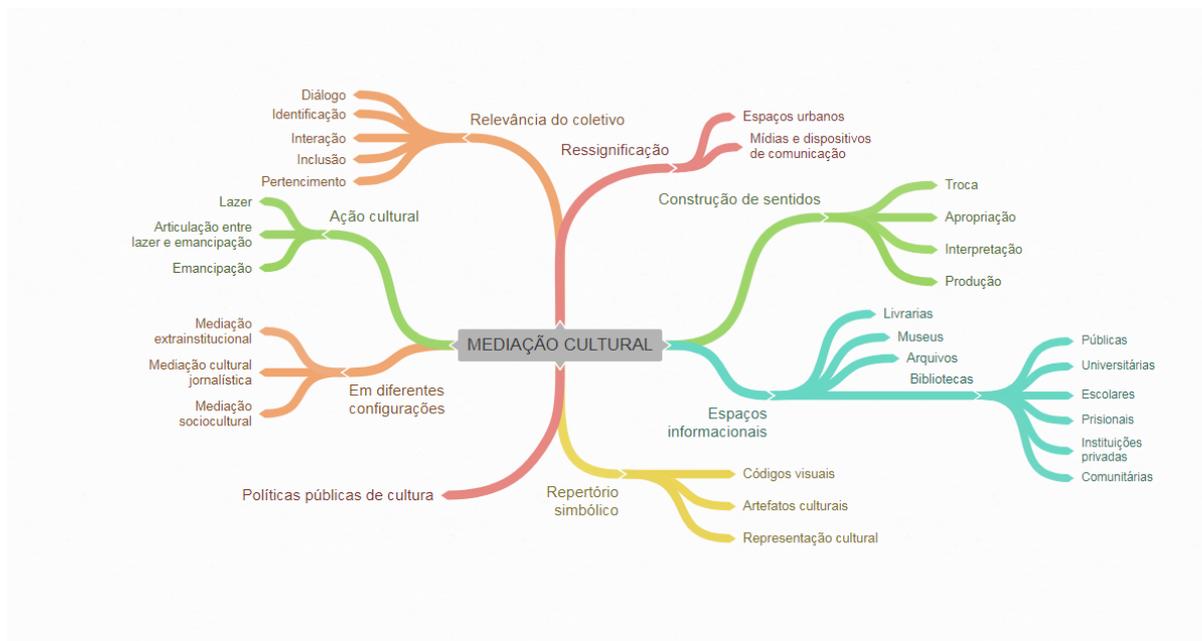
interação comunicativa auxilia na preservação conceitual e, na transmissão de informações, valores e sensações, abrangendo o amplo espaço social” (PAIVA, 2016, p. 134).

Na próxima seção, apresentamos as considerações levantadas a partir da análise interpretativa dos artigos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A seguir, retomamos a questão que norteia a análise: como os artigos selecionados constroem um discurso sobre o conceito de mediação cultural, em suas relações, dimensões e contextos? A partir da leitura interpretativa dos artigos, compreendemos o conceito de mediação cultural em 8 âmbitos:

Figura 5 - Dimensões da mediação cultural



Fonte: Autoria própria (2021)

Em Mendonça et al. (2018) e Mendonça, Feitosa, Costa (2018) os autores apresentam a mediação cultural como processo de construção de sentidos que se dá através da tipografia como manifestação simbólica, destacando que a informação, mediada pelos tipos e outros códigos visuais, funciona sob uma abordagem cultural da comunicação e dependem de interpretação para articular os sentidos comunicados; nesse sentido, podemos entender o profissional designer como mediador cultural. Medeiros (2015) também se aproxima dessa reflexão, pois, pontua que o editor de livros atua como mediador cultural ao considerar que “editar livros funciona, afinal, como maneira não aleatória de recorte social das formas de representar as coisas e as ideias” (MEDEIROS, 2015, p. 40) e, sendo os livros artefatos culturais, o ato de editar e publicar livros pode ser compreendido como interferência, no sentido de mediação¹⁹, por parte dos editores.

Cavalcanti (2017) e Vieira e Coração (2017) apresentam o termo relacionado ao jornalismo. Os autores trabalham perspectivas distintas da mediação cultural jornalística, visto que Cavalcanti (2017) faz um panorama do conceito “jornalismo cultural” e o coloca

¹⁹ Cf. Almeida Júnior (2015, p. 25) citado neste trabalho na p. 17.

como meio de ressignificar o jornalismo factual, apropriando-se de um viés simbólico; já Vieira e Coração (2017) apontam a mediação cultural *incorporada ao* jornalismo factual, destacando na iniciativa contra-hegemônica do site Viomundo um meio de criticar pautas dominantes, compartilhar ideias e estimular, a partir da dimensão política da mediação cultural, a construção de uma nova narrativa de influência das mídias, ressignificando-as.

Barros (2015) também trabalha com a ressignificação das mídias, apontando-as como ferramentas no processo de mediação cultural com potencial educativo. O autor considera a inserção do ambientalismo e sustentabilidade nos discursos sociais como reflexo da mediatização do tema e, apontando-a como mediação cultural e recurso educacional, destaca sua eficácia simbólica na disseminação de ideias. Em Souza Pinto et al. (2018) também vemos o papel da mediação cultural frente às políticas de desenvolvimento sustentável, destacando a função social das bibliotecas públicas em garantir inovação ambiental e inclusão social, através de acesso, preservação e disseminação da informação.

As ações culturais e a mediação também foram citadas como meios de instrumentalizar a cultura e colocar em prática políticas culturais públicas (ALMEIDA; TARGINO, 2018; ARAÚJO; FRANCELIN, 2016; SANT'ANA; KIRST, 2015; SOUSA, 2018); os estudos observam como as políticas públicas visam aproximar a sociedade de artefatos, bens e manifestações culturais, mas, também pontuam as adversidades que equipamentos culturais e unidades de informação atravessam, por exemplo, considerando a “falta de investimentos para melhor desenvolvimento das ações; ausência de autonomia na proposição e execução de novas ações; [e] não reconhecimento por parte do poder público do trabalho desenvolvido” (ALMEIDA; TARGINO, 2018, p. 263).

Em Honorato (2015) e Lessa e Gomes (2017) também vemos associações de termos diferentes à mediação. O primeiro utiliza o termo “mediação extrainstitucional” para apontar que cabe à mediação cultural atuar “em diálogo com e contra os discursos do museu, não tanto para desprestigiá-los, mas sim para desconstruí-los” (MONTERO, 2012 apud HONORATO, 2015, p. 208). Já Lessa e Gomes (2017) trabalham com o termo “mediação sociocultural” como forma de ressignificar a atuação das bibliotecas públicas, orientando-as para a função social. Apesar dos autores empregarem expressões diferentes, entendemos ser possível assimilá-las ao sentido de mediação cultural que construímos até agora nesta pesquisa, ou seja, como processo que estimula a reflexão, a troca e a coletividade para transformar relações de domínio e repressão na sociedade.

A relevância do coletivo foi marcada por muitos artigos analisados. Nos textos, o papel da comunidade foi permeado pela noção de interação, inclusão, diálogo, construção, identificação e pertencimento.

No âmbito dos equipamentos culturais e unidades de informação, a discussão sobre comunidade, majoritariamente, foca na função social dessas instituições. Aldabalde e Rodrigues (2015), Alencar (2015), Alves, Correia e Salcedo (2018), Baptista e Gonçalves (2018), Honorato (2015), Gerlin e Barcellos (2017), Lessa e Gomes (2017), Mairesse (2015), Rodrigues et al. (2015), Santos (2015), Silva e Lima (2019), Silva, Cavalcante e Costa (2018) e Silva et al. (2017) argumentam que, como instituições sociais, os museus, bibliotecas, arquivos etc. atuam para a sociedade, respondendo às demandas do público usuário e criando, através da mediação cultural, oportunidades para atrair o público potencial.

Silva, Cavalcante e Costa (2018), por exemplo, trabalham com bibliotecas comunitárias de Itaitinga-CE e, ainda que não seja o foco do artigo, é importante notarmos que as atividades realizadas com maior frequência, pelas bibliotecas em estudo, são de cunho educacional e cultural, o que nos faz entender que essas são demandas da comunidade, considerando que os serviços oferecidos respondem ao perfil do público, já que “a comunidade toda possui status de usuário potencial” (SILVA; CAVALCANTE; COSTA, 2018, p. 45).

Quanto ao público potencial, Silva et al. (2017) destacam como as bibliotecas de instituições privadas utilizam ações culturais e atividades de animação para aproximá-las da comunidade interna e externa à instituição. As bibliotecas das unidades Senac, objeto de estudo do artigo, empregam a noção de biblioteca aberta, para estimular a participação do público, fortalecendo a comunidade no interior da unidade e atraindo sujeitos de fora para que se interessem pela instituição, “como porta de entrada amistosa para a comunidade, estabelecendo um vínculo educacional e permanente” (SILVA et al., 2017, p. 1943).

Cádima (2016) e Martins, Barros e Lima (2015) abordam, de maneiras distintas, a sensação de coletividade e pertencimento atravessada pela construção de identidades culturais. Cádima (2016) discute sobre as políticas do audiovisual europeu, como iniciativa de disseminar as produções entre os países e fomentar uma identidade cultural que atravesse as fronteiras na Europa. Martins, Barros e Lima (2015), por sua vez, destacam o papel das ações culturais no processo de identidade subjetiva e representação social; assim, as manifestações artísticas e culturais tornam-se fonte simbólica de pertencimento, propiciando que os sujeitos se identifiquem com o coletivo a partir da interação.

Nesse sentido, os seguintes artigos levantam reflexões sobre a relação entre animação e ação cultural. Por exemplo, em Pereira e Saldanha (2018) e Saldanha e Pereira (2016) os autores defendem o lazer e o entretenimento como direito social, percebendo-o em sua condição simbólica na esfera da emancipação e não somente sob a perspectiva alienante da animação cultural; em conclusão, argumentam que as bibliotecas podem ser espaços de vivência que articulam o lazer ao poder informacional. Já Souza e Gonçalves (2019) descrevem atividades culturais em livrarias, associando-as com ações culturais de mediação da leitura; nesse caso, o que questionamos é que, se partimos do pressuposto que o processo de mediação cultural “é primeiramente guiado por uma vontade de emancipação ou de expansão pessoal do grupo” (MAIRESSE, 2015, p. 69), apesar de estimularem o gosto pela leitura, as atividades propostas pelas livrarias são voltadas para a fidelização de consumidores e, portanto, em nossa concepção aproximam-se do conceito de animação cultural.

A análise dos artigos salientou a polissemia do conceito de mediação cultural, ainda mais considerando a animação e ação cultural como níveis do processo. O conceito foi empregado em diversos contextos: bibliotecas públicas (ALMEIDA; TARGINO, 2018; GERLIN; BARCELLOS, 2018; LESSA; GOMES, 2017; RASTELI; CALDAS, 2017; RASTELI; CALDAS, 2019; SANTA ANNA, 2016; SANTOS, 2015; SILVA; LIMA, 2019; SOUZA PINTO et al., 2018), universitárias (ALENCAR et al., 2015; BAPTISTA; GONÇALVES, 2018; NUNES; CARVALHO, 2017; RODRIGUES et al. 2015), escolares (VERONEZE; JAVAREZ; NADAL, 2019), bibliotecas de instituições privadas (SILVA et al., 2017), bibliotecas prisionais (FERNANDES et al., 2019), livrarias (SOUZA; GONÇALVES, 2019) museus (CARVALHO; MIRANDA; ROCHA, 2019; MAIRESSE, 2015; RANGEL, 2015) e arquivos (ALDABALDE; RODRIGUES, 2015).

Nesta pesquisa, partimos da tese que a função cultural de bibliotecas era voltada, em sua maioria, para atuação de bibliotecas públicas. Dos 44 artigos analisados, 12 ressaltam a atuação sociocultural das bibliotecas públicas, abordando o tema através de relatos de experiências, discussões teóricas que articulam a mediação, ação, animação e políticas públicas de cultura (ALMEIDA; TARGINO, 2018; ARAÚJO; FRANCELIN, 2018; GERLIN; BARCELLOS, 2018; LESSA; GOMES, 2017; RASTELI; CALDAS, 2017; RASTELI; CALDAS, 2019; SANTA ANNA, 2016; SANT’ANA; KIRST, 2015; SANTOS, 2015; SILVA; LIMA, 2019; SOUSA, 2018; SOUZA PINTO et al., 2018). Portanto, podemos afirmar que, entre os textos que trabalham com bibliotecas, a maioria realmente enfatiza o papel da biblioteca pública como mediadora cultural.

Em Rodrigues et al. (2015, p. 158), os autores pontuam que “apesar de existir muitos relatos de experiências, havia carências de discussões teóricas mais aprofundadas sobre ações culturais em bibliotecas universitária (BUs), ao contrário das bibliotecas escolares e públicas” entretanto, de acordo com o escopo de análise desta pesquisa, precisamos destacar que recuperamos 4 artigos que se aprofundaram sobre a atuação cultural das bibliotecas universitárias e 1 no âmbito das bibliotecas escolares. Principalmente, o que enfatizamos é que a biblioteca universitária pode encontrar na mediação cultural, um meio de exceder seus serviços para acolher e se aproximar da sociedade, além de satisfazer as demandas informacionais da comunidade acadêmica.

Fernandes et al. (2019) e Siqueira (2019) apresentam a mediação cultural adotada em espaços singulares. Em Fernandes et al. (2019) os autores relatam uma ação do clube do livro no Presídio Feminino de Sergipe (PREFEM-SE) e argumentam que a experiência surgiu como meio de aproximar a biblioteca da unidade prisional às internas e se aprofundou como espaço de acolhimento e troca que estimulou a reflexão e autonomia do público envolvido. Siqueira (2019) relata o projeto Expedição Barco Biblioteca, que utiliza transporte fluvial para ultrapassar as barreiras do isolamento geográfico, social e informacional de comunidades ribeirinhas; o autor entende o projeto como uma iniciativa de empreendedorismo social, meio de enfatizar a dimensão humanizada da Biblioteconomia e da mediação cultural.

Também mencionando o conceito de empreendedorismo social, Pajeú e Sobral (2019) empregam a mediação cultural como estratégia para revitalizar a Praça do Sebo, em Recife, após um período de desamparo com o espaço. O projeto #MovimentoPraçadoSebo facilitou ações transformativas que, visando ressignificar aquele espaço como um bem cultural regional, uniu “pessoas que acreditam na utilização de espaços públicos como lugares dialógicos de interação social” (PAJEÚ; SOBRAL, 2019, p. 256).

A mediação cultural como subterfúgio para a ressignificação de espaços urbanos também é tema dos artigos publicados por Gonzalez Bracco (2019) e Paiva (2016). Em ambos os casos, a mediação atua como fenômeno que viabiliza engajamento, interação, apropriação, disseminação e construção de saberes coletivos nas cidades. Gonzalez Bracco (2019) foca em como as manifestações culturais podem ser usadas em prol do interesse de classes dominantes, em vez de legitimar a liberdade de expressão e o protagonismo cultural. Paiva (2016) emprega o conceito de patrimonialização como experiência mediadora no Centro histórico de Coimbra, que promove a interação entre sociedade e patrimônio de uma maneira que garanta a “preservação conceitual e, na transmissão de informações, valores e sensações, abrangendo o amplo espaço social” (PAIVA, 2016, p. 134).

O discurso é dialético e por isso comporta ao mesmo tempo o novo e o já dito. Quanto ao já dito, o discurso dos autores sobre mediação corrobora o que foi discutido na literatura apresentada sobre o tema no capítulo 2, quando enfatizamos que a mediação cultural pode ser um processo de partilha, construção e apropriação de saberes que estimulam o pensar sobre si e sobre o todo. E em relação ao novo, isso se manifesta na polissemia com a profusão de definições que relacionam o conceito a diferentes perspectivas, espaços e contextos. Duas dimensões do conceito foram inesperadas: a mediação cultural articulada à tipografia e a mediação cultural voltada ao lazer.

Mendonça et al. (2018) e Mendonça, Feitosa e Costa (2018) publicaram sobre mediação cultural, empregando-a como lente de análise na produção de sentidos e possíveis interpretações frente aos recursos tipográficos. Assim, argumentaram que a informação, mediada pelos tipos e outros códigos visuais, funciona sob uma abordagem cultural da comunicação e dependem de interpretação para articular os sentidos comunicados. Além disso, consideramos interessante os autores investirem na mediação cultural como perspectiva analítica.

O que nos chamou atenção em Saldanha e Pereira (2016) e Pereira e Saldanha (2018) foi que: associando mediação cultural e entretenimento como condição simbólica e o lazer como direito social que pode alcançar a esfera da emancipação. Nesta pesquisa defendemos a mediação cultural crítica que transforma e é voltada para a ação e as considerações dos autores nos levaram a refletir sobre como esse argumento pode ser implicitamente interpretado como um repúdio ao lazer. Portanto, evidenciamos o pensamento em Saldanha e Pereira (2016) e Pereira e Saldanha (2018), reforçando que o lazer não tem que ser meramente alienante e, nesse sentido, os autores o relacionam aos meios e políticas de liberdade intelectual e liberdade de expressão para construção de autonomia e apontam que articular conhecimento, lazer, cultura e política é um caminho para experiências transformadoras nos espaços informacionais.

De modo unânime, pela leitura dos textos selecionados, a mediação cultural pode ser compreendida como um discurso processual de construção de sentidos. Este discurso enfatiza a mediação cultural como processo de manifestação de identidade cultural, como estímulo para troca de experiências, como estratégia para apropriação de saberes, como dinâmica sociocultural, como matriz de um processo emancipatório, como afirmação de protagonismo cultural, como incentivo para o pensar sobre si mesmo e se reconhecer no coletivo. Logo, a mediação cultural adquire o sentido de transmutação: seja na construção, na socialização e/ou

apropriação de repertório simbólico que nos transforma em comunidade, nos provoca, nos dá autonomia e nos alavanca para uma realidade transformadora.

Quando Caune (2014, p. 41) afirma que “a cultura, examinada em sua totalidade, é transmitida e se interioriza pelas vias da aprendizagem, da aculturação e da integração social”, implica que, por si só, cultura é troca, é comunicação. É a partir da apropriação e da manifestação simbólica dos sujeitos que se justifica o adensamento das teias de significados pelas quais a cultura se mostra. Mutuamente, a cultura se concretiza na mediação, assim como a mediação se dá por trocas simbólicas.

A mediação da informação desponta na Ciência da Informação para suprir uma lacuna teórica no serviço de referência e informação e, como consequência, a mediação cultural tem sido abordada com foco em garantir que o público usuário de equipamentos informacionais usufrua de bens culturais - com foco no acesso e contato físico de obras e manifestações artísticas. Hoje, é fato que a atuação dos profissionais da informação é completamente atravessada pela mediação da informação. E por que não dizer também que é permeada pela mediação cultural, sendo a informação um fenômeno cultural?

Afinal, cultura é:

Uma ação contínua que trabalha com a informação, a descoberta, separando a essência da aparência, desordenando a ordem convencional, criando um novo conhecimento. A informação é o fio e a Cultura, o tecido. A coletividade tece. A elaboração dessa tessitura é, enfim, a construção do homem que pensa com a própria cabeça e sabe o que importa para si e para o meio onde vive (MILANESI, 2003, p. 127).

É evidente que mediar é um processo de troca. A mediação da cultura, para além de garantir acesso aos bens culturais, deve partir da leitura de mundo no amplo sentido, dos sujeitos, necessidades, experiências cotidianas e significados compartilhados por meio de contextos socioculturais envolvidos.

Em síntese, esta pesquisa se propôs a analisar artigos científicos em revistas Qualis A latino-americanas da área de Comunicação e Informação num período de cinco anos, de 2015-2019. A busca retornou 44 artigos que atenderam o escopo delineado para análise. A análise demonstrou que a revista latino-americana que teve o maior número de artigos publicados sobre a temática foi a *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, 10, e o Brasil, no total, apresentou o maior número de artigos publicados, 42. O ano que totalizou o maior número de publicações foi 2015, com 12 publicações e os autores que mais publicaram sobre a temática neste período foram Alessandro Rasteli e Rosângela F. Caldas (RASTELI; CALDAS, 2017; 2019) e Gustavo S. Saldanha e Rachel M. V. Pereira (PEREIRA; SALDANHA, 2018; SALDANHA; PEREIRA, 2016) com 2 artigos cada; é

preciso destacar que, Ismael L. Mendonça e Luiz T. Feitosa também publicaram 2 artigos, porém, com diferentes coautores (MENDONÇA et al., 2018; MENDONÇA; FEITOSA; COSTA, 2018).

Os artigos envolvem os mais diversos espaços de reflexão, equipamentos comunicacionais, instituições culturais, unidades de informação; também incluem perspectivas inovadoras, que estimulam a participação social da área e defendem a atuação humanizada dos profissionais da informação; defendem a importância de criarmos condições para alcançar quem tem seu direito de acesso tolhido, por diversas razões; salientam que é no acolhimento e no diálogo que nos identificamos como comunidade e apresentam a mediação cultural como um recurso de transformação. Analisando as dimensões de polissemia do conceito de mediação cultural, na área de Comunicação e Informação, podemos afirmar que a mediação, como dinâmica sociocultural, atravessa todas as nossas relações e experiências, contextualizadas por repertório simbólico e vivências que são contínuas e articuladas constantemente.

A pesquisa ressaltou a construção de um discurso, na área de Comunicação e Informação, que relaciona o conceito de mediação cultural principalmente à construção, apropriação e socialização de saberes para a transformação da sociedade e estrutura o conceito relacionando-o ao repertório simbólico coletivo, à participação coletiva e interativa, às políticas públicas de cultura, à resignificação de mídias e espaços urbanos, aos espaços informacionais, às práticas de ação cultural e à construção de sentidos em diferentes configurações.

Compreendendo que a cultura é fenômeno social assim como a sociedade é pautada pelo contexto cultural, defendo ser possível a construção de uma sociedade igualitária por meio da mediação cultural, em um processo que relaciona a estrutura em que vivemos com a possibilidade de cada sujeito, consciente e criativamente, construir conhecimento, se expressar, se manifestar, se validar, interpretar e resignificar o mundo. As condições para a criação de sentidos e vivências revolucionárias dependem de diálogo, de troca de experiências, de autonomia, de pensar sobre si mesmo e sobre o todo, de socialização, de acesso à informação, de chances para existir, de emancipação coletiva e descoberta de potências. E, adaptável como se apresenta, a mediação cultural pode ser um dos caminhos para a construção e transformação coletiva da realidade.

REFERÊNCIAS

- ALDABALDE, Taiguara Villela; RODRIGUES, Georgete Medleg. Mediação cultural no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. **Transinformação**, Campinas, v. 27, n. 3, p. 255-264, dez. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-37862015000300007>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-37862015000300255&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 2 set. 2020.
- ALENCAR, Lucidio Lopes et al. Bibliotecários como promotores de ações culturais: um relato de experiência da 1ª Festa Literária da Univasf: a Festa Literária do Vale do São Francisco. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 11, n. esp. 128-146, 2015. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/499>. Acesso em: 2 set. 2020.
- ALMEIDA, Carlos Cândido de. Mediação como processo semiótico: em busca de bases conceituais. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, João Pessoa, v. 5, n. 1, p. 1-18, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/114919>.
- ALMEIDA, Marco Antônio de. Mediações da cultura e da informação: perspectivas sociais, políticas e epistemológicas. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, João Pessoa, v. 1, n. 1, 2008. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2009/12/pdf_82a08cb979_0006975.pdf. Acesso em: 13 maio 2019.
- ALMEIDA, Vitória Gomes; TARGINO, Maria das Graças. Políticas culturais e bibliotecas do Cariri cearense. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 244-266, jan./abr. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.19132/1808-5245241.244-266>. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/71013>. Acesso em: 2 set. 2020.
- ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação: um conceito atualizado. In: BORTOLIN, Sueli; SANTOS NETO, João Arlindo; SILVA, Rovilson José. **Mediação oral da informação e da leitura**. Londrina: ABECIN, 2015. p. 9-32.
- ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. **Sociedade e Biblioteconomia**. São Paulo: Polis: APB, 1997. 129p. (Coleção Palavra-Chave, 7).
- ALVES, Mariana de Souza; CORREIA, Anna Elizabeth Galvão Coutinho; SALCEDO, Diego Andres. Práticas leitoras e informacionais nas bibliotecas comunitárias em rede da Releitura - PE. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 16, n. 1, p. 211-237, nov. 2018. DOI: <https://doi.org/10.20396/rdbci.v16i1.8650064>. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8650064>. Acesso em: 2 set. 2020.
- ANTUNES, Elton; GUTMANN, Juliana Freire; MAIA, Jussara Peixoto. No Tempo do Zoio: Matrizes midiáticas, temporalidades e YouTube. **Contracampo**, Niterói, v. 37, n. 03, p. 106-125, dez. 2018/ mar. 2019. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/26999>. Acesso em: 2 set. 2020.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. A ciência da informação como ciência social. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 21-27, set./dez. 2003.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Biblioteconomia: fundamentos e desafios contemporâneos. **Folha de Rosto**, Cariri, v. 3, n. 1, p. 68-79, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/folhaderosto/article/view/193>. Acesso em: 28 jun. 2019.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. O que é Ciência da Informação? **Informação & Informação**, Londrina, v. 19, n. 1, p. 1-30, jan./abr. 2014. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/15958>. Acesso em: 20 jan. 2020.

ARAÚJO, Juliana Ferreira de; FRANCELIN, Marivalde Moacir. Extensão Bibliotecária no Sistema Municipal de Bibliotecas de São Paulo. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 45-69, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/303>. Acesso em: 2 set. 2020.

BAPTISTA, Michele Marques; GONÇALVES, Márcia Servi. Ações e atividades culturais em bibliotecas universitárias: a busca por espaços mais atrativos aos usuários na Biblioteca Central da Universidade de Caxias do Sul. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 542-554, ago./nov. 2018. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1513/pdf>. Acesso em: 2 set. 2020.

BARROS, Antonio Teixeira de. A dimensão educativa da midiatização ambiental: possibilidades e críticas. **Comunicação & Sociedade**, São Bernardo do Campo, v. 37, n. 3, p. 391-416, set./dez. 2015. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/CSO/article/view/5237>. Acesso em: 2 set. 2020.

BELLUZZO, Regina Célia Baptista. **Construção de mapas**: desenvolvendo competências em informação e comunicação. Bauru: Cá entre Nós, 2007.

BORKO, Harold. Information Science: What is it? Tradução livre. **American Documentation**, [S. l], v.19, n.1, p.3-5, jan. 1968. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3433774/mod_resource/content/1/Oque%C3%A9CI.pdf. Acesso em: 10 set. 2019.

BRENTAN JUNIOR, Elisio Custodio; MARTINS, Bianca Rodrigues; SANTOS NETO, João Arlindo dos. A mediação cultural e a análise de assunto: mais que discursos, unindo comunidades. **PontodeAcesso**, Salvador, v. 12, n. 3, p. 3-27, dez. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.9771/rpa.v12i3.28129>. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/28129>. Acesso em: 2 set. 2020.

BUCKLAND, Michael. Information as thing. Tradução livre de Luciane Artêncio. **Journal of the American Society for Information Science (JASIS)**, [S. l], v. 45, n. 5, p. 351-360, 1991. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2532319/mod_resource/content/1/Informa%C3%A7%C3%A3oComoCoisa.pdf. Acesso em: 13 set. 2019.

CABRAL, Ana Maria Rezende. Ação cultural: possibilidades de atuação do bibliotecário. In: VIANNA, Márcia Milton; CAMPELLO, Bernadete; MOURA, Victor Hugo Vieira. **Biblioteca escolar**: espaço de ação pedagógica. Belo Horizonte: EB/UFMG, 1999. p. 39-45.

Seminário promovido pela Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais e Associação dos Bibliotecários de Minas Gerais, 1998, Belo Horizonte. Disponível em: <http://gebe.eci.ufmg.br/downloads/106.pdf>. Acesso em: 17 maio 2020.

CÁDIMA, Francisco Rui. Da TV pública europeia à "alienação" da Ideia de Europa. **INTERCOM: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 39, n. 2, p. 39-48, maio/ago. 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1809-5844201623>. Disponível em: <http://portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/revistaintercom/article/view/2433>. Acesso em: 2 set. 2020.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e ciência da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: ENANCIB, 2003. Disponível em: http://www.capurro.de/enancib_p.htm. Acesso em: 15 ago. 2019.

CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. O conceito de informação. Tradução de Ana Maria Pereira Cardoso, Maria da Glória Achtschin Ferreira e Marco Antônio Azevedo. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148-207, jan./abr. 2007.

CARVALHO, Leticia Ferreira; MIRANDA, Larissa Caroline de Oliveira; ROCHA, Eliane Cristina de Freitas. Formas e definições de mediação cultural no campo da Museologia e suas diferentes aplicações. **Museologia & Interdisciplinaridade**, Brasília, v. 8, n. 15, p. 315-322, jan./jul. 2019. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/24972/22039>. Acesso em: 2 set. 2020.

CAUNE, Jean. **Cultura e comunicação: convergências teóricas e lugares de mediação**. São Paulo: Editora Unesp, 2014. 148 p.

CAVALCANTI, Anna de Carvalho. Apontamentos sobre as definições de jornalismo cultural nos anais da SBPJor: 10 anos de análise sobre a mediação da cultura. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 14, n. 2, p. 36-48, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2017v14n2p36>. Acesso em: 2 set. 2020.

CHAVES, Mayco Ferreira. Competências profissionais para atuação bibliotecária na área cultural. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 261-271, maio/ago. 2015. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1006>. Acesso em: 2 set. 2020.

CODINA, Lluís. **Revisións bibliográficas sistematizadas: procedimientos generales y framework para ciencias humanas y sociales**. Barcelona: Universitat Pompeu Fabra, 2018. 86 p.

COELHO, Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural: cultura e imaginário**. São Paulo: Editora Iluminuras, 1997. 383 p.

CRIPPA, Giulia; ALMEIDA, Marco Antonio. Mediação cultural, informação e ensino. **ETD - Educação Temática Digital**, Campinas, v. 13, n. 1, p. 189-206, jul./dez. 2011. Disponível

em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/117>. Acesso em: 17 maio 2020.

DARRAS, Bernard. As várias concepções da cultura e seus efeitos sobre os processos de mediação cultural. In: BARBOSA, Ana Mae; COUTINHO, Rejane Galvão. **Arte/educação como mediação cultural e social**. São Paulo: Editora Unesp, 2009. p. 23-52.

DAVALLON, Jean. A mediação: a comunicação em processo? **Prisma.com**, Porto, n. 4, p. 4-37, 2007. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/ojs/index.php/prismacom/article/view/2100>. Acesso em: 22 abr. 2019.

DURKHEIM, Émile. A educação como processo socializador: função homogeneizadora e função diferenciadora. In: PEREIRA, Luiz; FORACCHI, Marialice Mencarini. **Educação e sociedade**. 5. ed. São Paulo: Nacional, 1970. p. 34-48.

FERNANDES, Raquel Gonçalves da Silva de Araújo et al. 50 Tons de Cinza e relacionamento abusivo: um olhar do cárcere. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 15, n. esp., p. 390-405, 2019. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1344>. Acesso em: 2 set. 2020.

FLUSSER, Victor. A biblioteca como um instrumento de ação cultural. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 12, n. 2, p. 145-169, 1983.

FLUSSER, Victor. Uma biblioteca verdadeiramente pública. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 9, n. 2, p. 131-138, set. 1980.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011. Recurso eletrônico (ePub).

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2013. 323 p.

GERLIN, Meri Nadia Marques; BARCELLOS, Welington. O bibliotecário como agente cultural: experiência vivida na biblioteca Argentina Lopes Tristão de Domingos Martins (ES). **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 22, n. 1, p. 118-135, dez./mar. 2017. DOI: <https://doi.org/10.22478/ufpb.1981-0695.2017v12n2.37015>. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1276>. Acesso em: 2 set. 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 184 p.

GOMES, Henriette Ferreira. A dimensão dialógica, estética, formativa e ética da mediação da informação. **Informação & Informação**, Londrina, v. 19, n. 2, 2014. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/19994/pdf_30. Acesso em: 29 abr. 2019.

GONZALEZ BRACCO, Mercedes. Arte urbano, entre la mercantilización y la resistencia: el caso de La Boca (Buenos Aires). **Cuadernos de Antropología Social**, Buenos Aires, n. 50, p. 125-142, set. 2019. DOI: <https://doi.org/10.34096/cas.i50.5523>. Disponível em: <http://revistascientificas.filo.uba.ar/index.php/CAS/article/view/5523>. Acesso em: 2 set. 2020.

GROGAN, Denis. **A prática do serviço de referência**. Brasília: Briquet de Lemos, 1995. 184 p.

HONORATO, Cayo. Mediação Extrainstitucional. **Museologia & Interdisciplinaridade**, Brasília, v. 3, n. 6, p. 205-220, abr. 2015. DOI: <https://doi.org/10.26512/museologia.v3i6.16737>. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/16737>. Acesso em: 2 set. 2020.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. **Fundamentos da metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 311 p.

LARAIA, Roque Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1989. 116 p.

LESSA, Bruna; GOMES, Henriette Ferreira. A biblioteca pública como um empório de ideias: evidências do seu lugar na sociedade contemporânea. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 27, n. , p. 35-46, jan./abr. 2017. DOI: <https://doi.org/10.22478/ufpb.1809-4783.2017v27n1.30765>. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/30765>. Acesso em: 2 set. 2020.

MACEDO, Neusa Dias de. **Iniciação à pesquisa bibliográfica: guia do estudante para a fundamentação do trabalho de pesquisa**. São Paulo: Edições Loyola, 1994. 59 p.

MAIRESSE, François. Comunicação, mediação e marketing. **Museologia & Interdisciplinaridade**, Brasília, v. 4, n. 7, p. 57-73, out./nov. 2015. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/16773>. Acesso em: 2 set. 2020.

MARTINS, Rosana; BARROS, Miguel de; LIMA, Redy Wilson. Cultura de rua e políticas juvenis periféricas: aspectos históricos e um olhar ao hip-hop em África e no Brasil. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, v. 22, n. 1, p. 59-80, maio 2015. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/20134>. Acesso em: 2 set. 2020.

MARTÍN-BARBERO, Jesus. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997. 356 p.

MEDEIROS, Nunes. A edição de livros como formulação do mundo: ideias e casos. **Revista Brasileira de História da Mídia**, São Paulo, v. 4, n. 2, jul./dez. 2015. DOI: <https://doi.org/10.26664/issn.2238-5126.4220154157>. Disponível em: <https://ojs.ufpi.br/index.php/rbhm/article/view/4157>. Acesso em: 2 set. 2020.

MENDONÇA, Ismael Lopes et al. Tipografia para além da relação instrumental: a mediação cultural manifesta pelo caderno especial "Planeta seca". **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 28, n. 3, p. 305-322, set./dez. 2018. DOI: <https://doi.org/10.22478/ufpb.1809-4783.2018v28n3.38198>. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/38198>. Acesso em: 2 set. 2020.

MENDONÇA, Ismael Lopes; FEITOSA, Luiz Tadeu; COSTA, Maria de Fátima Oliveira. Entre o tipo e a norma: reflexões sobre o comportamento do designer gráfico no ambiente acadêmico. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v.

9, n. 1, p. 72-92, mar./ago. 2018. Disponível em:
<https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/141419>. Acesso em: 2 set. 2020.

MILANESI, Luiz. **Ordenar para desordenar**: centros de cultura e bibliotecas públicas. São Paulo: Brasiliense, 1989. 261 p.

MONCADA PATIÑO, José Daniel. et. al. **Políticas públicas para bibliotecas públicas en contextos locales**. Medellín: Universidad de Antioquia, 2005. 109 p.

MOSTAFA, Solange Puntel. Conhecimento, informação e meios de transmissão cultural. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 22, n. 3, p. 95-100, set./dez. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/14993>. Acesso em: 12 fev. 2019.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. Bibliotecas e sociedade: evolução da interpretação de função e papéis da biblioteca. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 13, n. 1, p. 7-54, 1984.

NUNES, Martha Cabral; CARVALHO, Kátia de. A mediação da informação em bibliotecas universitárias brasileiras e francesas: práticas e discursos dos profissionais da informação. **PontodeAcesso**, Salvador, v. 11, n. 3, p. 91-108, dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/18419>. Acesso em: 2 set. 2020.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso**: princípios & procedimentos. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009. 100p

ORTEGA Y GASSET, José. **Missão do bibliotecário**. Brasília: Briquet de Lemos, 2006. 82 p.

PAIVA, Jamile Miriã Fernandes. Mediação cultural e comunicação na economia simbólica do centro histórico de Coimbra, **Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación**, Quito, n. 130, p. 127-144, dez. 2015/mar. 2016. Disponível em: <https://revistachasqui.org/index.php/chasqui/article/view/2539>. Acesso em: 2 set. 2020.

PAJEÚ, Hélio Márcio; SOBRAL, Ana Carolina Correia. A resignificação da praça pública e do sebo como lugares de mediação cultural. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 239-266, jan./abr. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.19132/1808-5245251.239-266>. Disponível em: <https://seer.ufg.br/EmQuestao/article/view/81463>. Acesso em: 2 set. 2020.

PEREIRA, Rachel de Melo Vellozo; SALDANHA, Gustavo Silva. Dos direitos sociais ao prazer: itinerários discursivos em Biblioteconomia & Ciência Informação. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 23, n. 52, p. 1-17, maio. 2018. DOI: <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2017v23n52p1>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2017v23n52p1>. Acesso em: 2 set. 2020.

PERROTTI, Edmir. Mediação cultural: além dos procedimentos. In: SALCEDO, Diego Andres. **Mediação cultural**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2016. p. 06-14.

PERROTTI, Edmir; PIERUCCINI, Ivete. A mediação cultural como categoria autônoma. **Informação & Informação**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 01-22, 2014. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/19992>. Acesso em: 22 abr. 2019

PIERUCCINI, Ivete. A ordem informacional dialógica: estudo sobre a busca de informação em Educação. Orientador: Edmir Perrotti. 2004. 232 f. Tese (Doutorado) - Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27143/tde-14032005-144512/pt-br.php>. Acesso em: 7 set. 2019.

RANGEL, Marcio Ferreira. A Museologia no mundo contemporâneo. **Ciência da Informação**, Distrito Federal, v. 42, n. 3, p. 408-417, ago. 2015. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1371>. Acesso em: 2 set. 2020.

RASTELI, Alessandro. **Mediação cultural em bibliotecas**: contribuições conceituais. Orientadora: Rosângela F. Caldas. 2019. 276 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/181460>. Acesso em: 12 fev. 2019.

RASTELI, Alessandro; CALDAS, Rosângela Formentini. Mediação cultural e bibliotecas: perspectivas conceituais na ciência da informação no Brasil. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 24, n. 54, p. 01-13, jan. 2019. DOI: <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2019v24n54p1>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2019v24n54p1>. Acesso em: 2 set. 2020.

RASTELI, Alessandro; CALDAS, Rosângela Formentini. Percepções sobre a mediação cultural em bibliotecas na literatura nacional e estrangeira. **Transinformação**, Campinas, v. 29, n. 2, p. 151-161, ago. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/2318-08892017000200003>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-37862017000200151&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 2 set. 2020.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Global editora, 2015. 483 p.

RODRIGUES, Darlene Silveira et al. Cinema ao meio-dia: ação cultural em bibliotecas universitárias. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 155-172, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/405>. Acesso em: 2 set. 2020.

RÜDIGER, Francisco. **Theodor Adorno e a crítica à indústria cultural**: comunicação e teoria crítica da sociedade. 3. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. 288 p.

SÁ, Alzira Tude. Uma abordagem matemática da informação: a teoria de Shannon e Weaver - possíveis leituras. **LOGEION**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 48-70, set. 2018/fev. 2019. Disponível em: <http://revista.ibict.br/fiinf/article/view/4245>. Acesso em: 10 dez. 2020.

SALDANHA, Gustavo Silva; PEREIRA, Rachel de Melo Vellozo. Das Políticas do Prazer: o lazer no pensamento biblioteconômico-informacional e sua dimensão aplicada na institucionalidade das bibliotecas. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 7, n. 1, p. 5-28, mar./ago. 2016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/109696>. Acesso em: 2 set. 2020.

SANTA ANNA, Jorge. A cultura como elemento agregador para as unidades de informação: pluralizando manifestações culturais. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 15, n. 1, p. 82-89, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8641700>. Acesso em: 28 nov. 2018.

SANTA ANNA, Jorge. A redefinição da biblioteca no século XXI: de ambientes informacionais a espaços de convivência. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 14, n. 2, p. 232-246, maio 2016. DOI: <https://doi.org/10.20396/rdbci.v14i2.8641701>. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8641701>. Acesso em: 2 set. 2020.

SANT'ANA, Giovanna Carvalho; KIRST, Marcos. O Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas de São Paulo como política pública cultural. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 11, n. esp., p. 582-593, 2015. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/535>. Acesso em: 2 set. 2020.

SANTOS, José Luiz. **O que é cultura**. 14. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006. 89 p.

SANTOS, Josiel Machado. Ação cultural em bibliotecas públicas: o bibliotecário como agente transformador. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 173-189, jun./dez. 2015. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/425>. Acesso em: 2 set. 2020.

SANTOS NETO, João Arlindo. **O estado da arte da mediação da informação**: uma análise histórica da constituição e desenvolvimento dos conceitos. Orientador: Dr. Oswaldo Francisco de Almeida Júnior. 2019. 460 p. Tese (doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/181525>. Acesso em: 6 abr. 2020.

SARACEVIC, Tefko. Information Science. **Journal of the American Society for Information Science (JASIS)**, [S. l.] v. 50, n. 12, p. 1051-1063, 1999.

SHERA, Jesse Hauk. Toward a theory of Librarianship and information science. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 2, n. 2, dec. 1973. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/30/30>. Acesso em: 10 dez. 2020.

SIGNATES, Luiz. Estudo sobre o conceito de mediação. **Novos Olhares**, n. 2, p. 37-49, 30 dez. 1998. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/novosolhares/article/view/51315>. Acesso em: 13 nov. 2019.

SILVA, Ana Pricila Celedonio; CAVALCANTE, Lidia Eugenia; COSTA, Maria de Fátima Oliveira. O diálogo entre biblioteca e comunidade: um estudo de caso acerca do perfil e das

percepções dos usuários das Bibliotecas Comunitárias de Itaitinga, Ceará. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Brasília, v. 23, n.1, p. 39-54, jan./mar. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-5344/313>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-99362018000100039&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 2 set. 2020.

SILVA, Andréia Sousa da; LIMA, Graziela dos Santos. Construindo a visibilidade da cultura negra: ações socioeducativas para combater o racismo nos espaços informacionais. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 24, n. 2, p. 333-344, abr./jun. 2019. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1614>. Acesso em: 2 set. 2020.

SILVA, Armando Malheiro da. Informação e Comunicação: as duas faces de Jano. **Prisma.com**, Porto, n. 2, p. 3-32, 2006.

SILVA, Vera Lucia Marques et al. O papel social das bibliotecas do Senac SP. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 13, n. esp., p. 1939-1952, 2017. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/943>. Acesso em: 2 set. 2020.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. Unidade 2: A pesquisa científica. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 31-43. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em: 25 maio 2019.

SILVEIRA, Fabrício José Nascimento. **Biblioteca como lugar de práticas culturais: uma discussão a partir dos currículos de Biblioteconomia no Brasil**. 2007. 246 p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

SIQUEIRA, Thiago Giordano de Souza. Ação cultural de mediação de leitura em comunidades ribeirinhas no Estado do Amazonas: relato de experiência da Expedição Barco Biblioteca. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 15, n. esp., p. 68- 83, 2019. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1217>. Acesso em: 2 set. 2020.

SODRÉ, Muniz. **A verdade seduzida: por um conceito de cultura no Brasil**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. 214 p.

SOUZA, Franciny Bom Reis; GONÇALVES, Renata Braz. Práticas de incentivo à leitura em livrarias gaúchas: livraria exercendo papel de bibliotecas? **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 33-49, dez. 2018/mar. 2019. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1507>. Acesso em: 2 set. 2020.

SOUSA, Raquel Juliana Prado Leite de. Políticas de bibliotecas públicas e o Instituto Nacional do Livro: análise exploratória à luz da História e Teoria da Educação Brasileira. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 143-169, set./dez. 2018. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1073/1087>. Acesso em: 2 set. 2020.

SOUZA PINTO, Marli Dias et al. Ações de desenvolvimento sustentável em Santa Catarina: foco nas bibliotecas públicas. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 28, n. 1, p. 245-256, jan./abr. 2018. DOI: <https://doi.org/10.22478/ufpb.1809-4783.2018v28n1.34251>. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/34251>. Acesso em: 2 set. 2020.

THEODORSON, George A.; THEODORSON, Achilles G. **Diccionario de sociologia**. Buenos Aires: Paidos, 1978. 316 p.

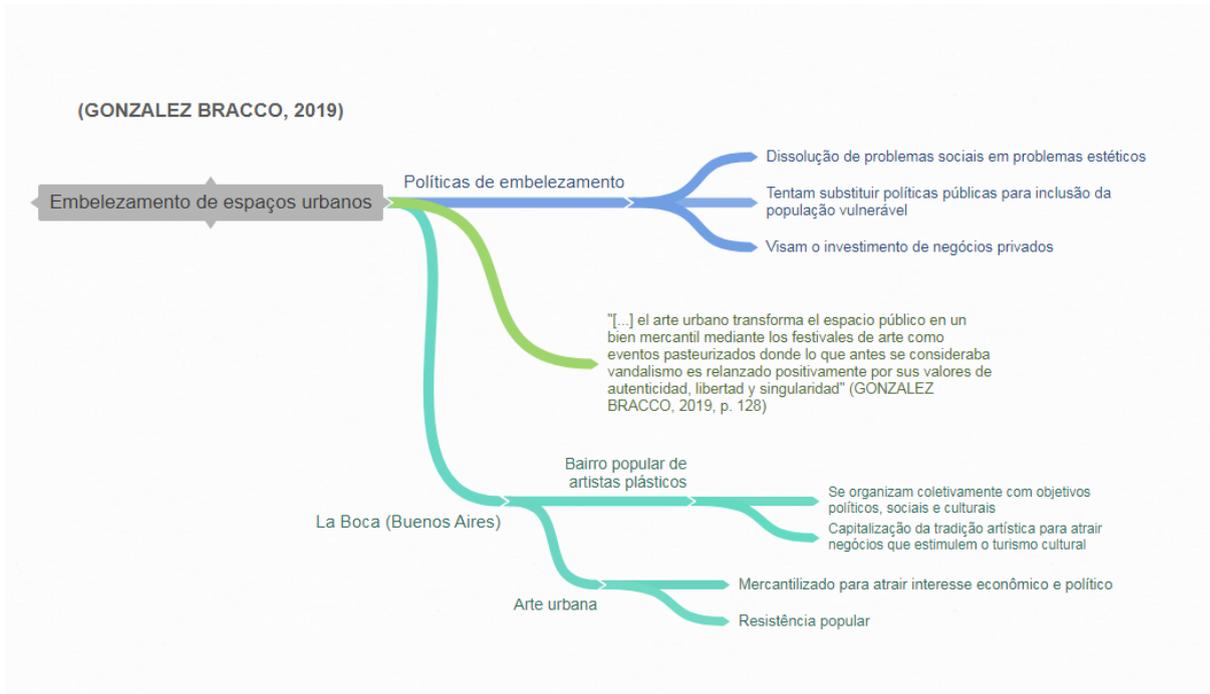
VERONEZE, Caroline Candido; JAVAREZ, Jeanine Geraldo; NADAL, Lisandra Maria Kovaliczn. Clubes de leitura em movimento: integração nas bibliotecas do IFPR. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 15, n. esp., p. 314-326, 2019. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1350>. Acesso em: 2 set. 2020

VIEIRA, William David; CORAÇÃO, Cláudio Rodrigues. Da crítica de mídia à reconstrução de discursos: a mediação cultural jornalística em Viomundo. **Revista Temática**, João Pessoa, v. 13, n. 10, p. 120-135, out. 2017. DOI: <https://doi.org/10.22478/ufpb.1807-8931.2017v13n10.36805>. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/tematica/article/view/36805/18600>. Acesso em: 2 set. 2020.

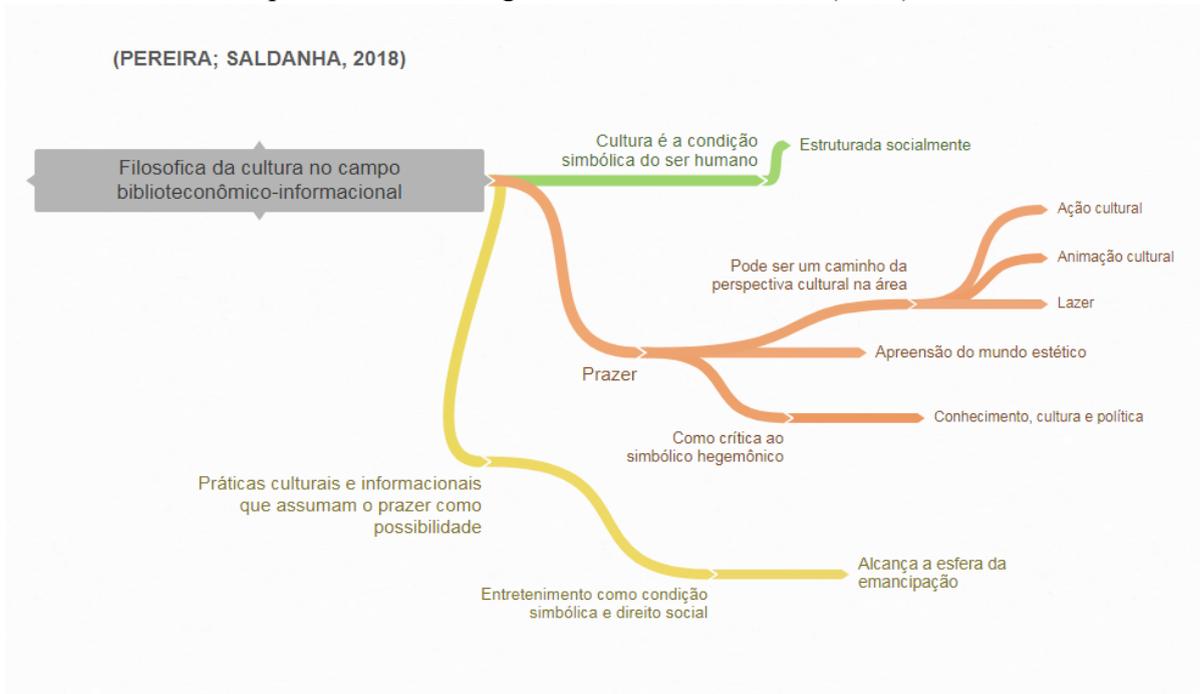
WILLIAMS, Raymond. **Palavras-chave**: um vocabulário de cultura e sociedade. São Paulo: Boitempo, 2007. 464 p.

APÊNDICES

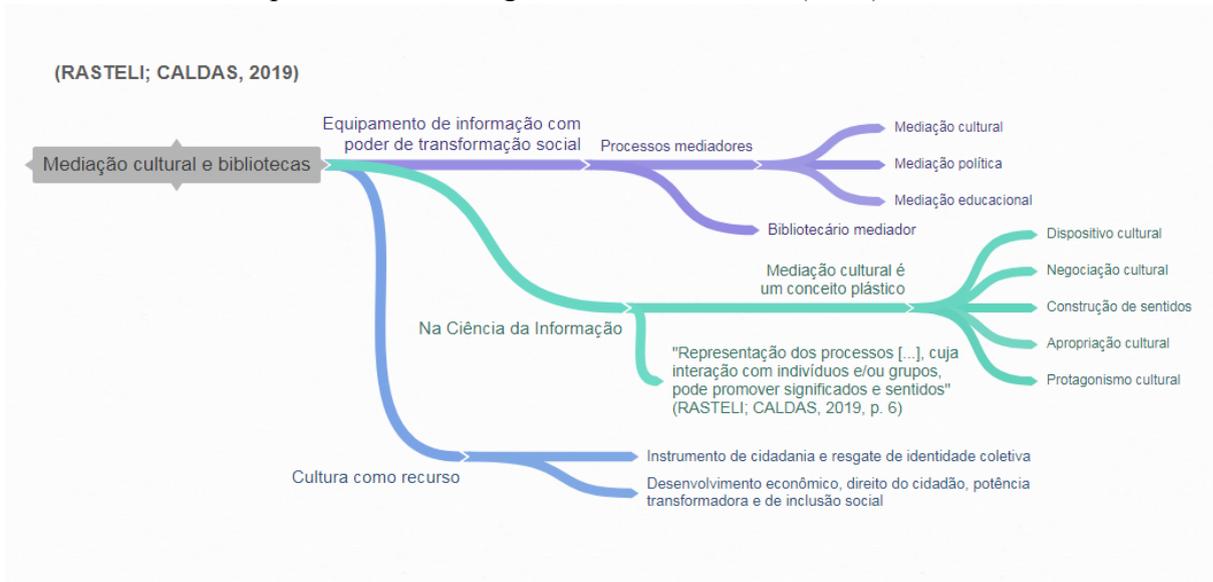
APÊNDICE A - Mapa baseado no artigo de Gonzalez Bracco (2019)



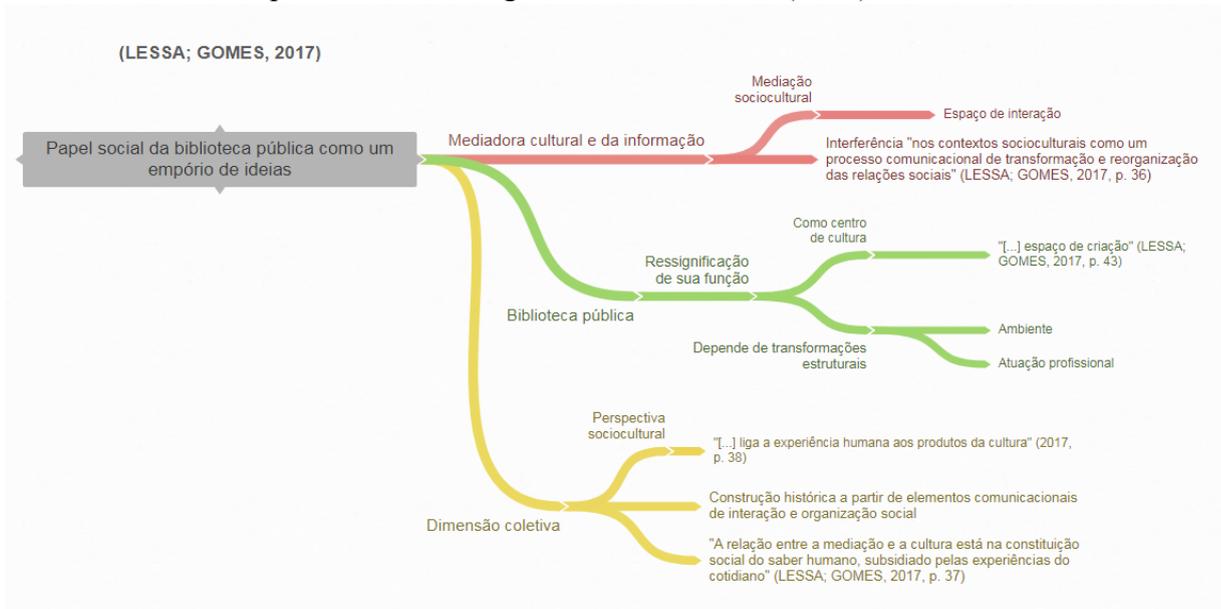
APÊNDICE B - Mapa baseado no artigo de Pereira e Saldanha (2018)



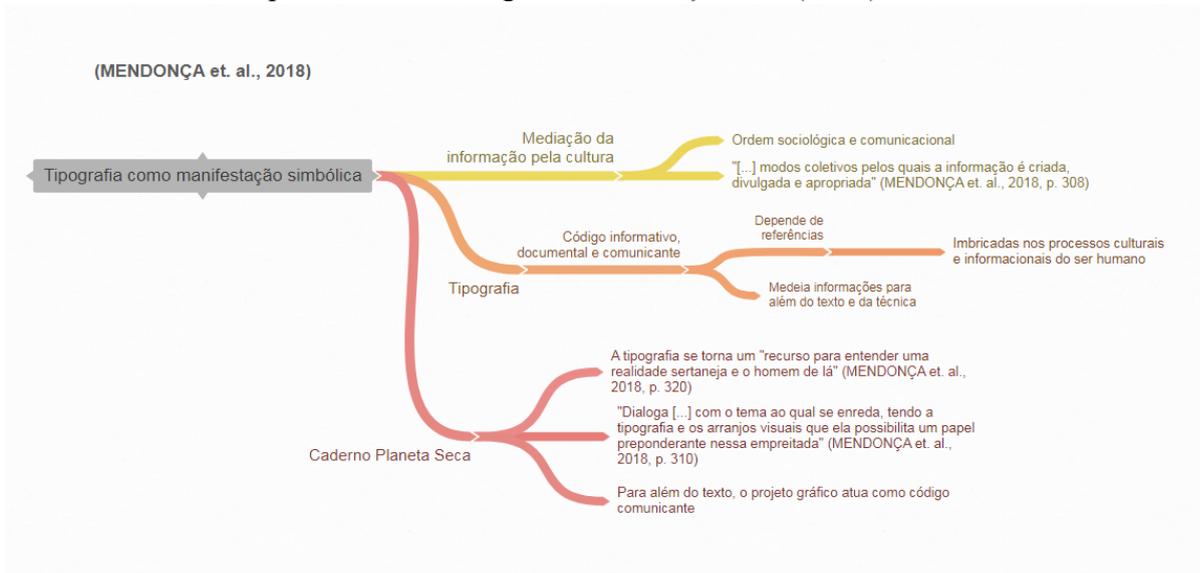
APÊNDICE C - Mapa baseado no artigo de Rasteli e Caldas (2019)



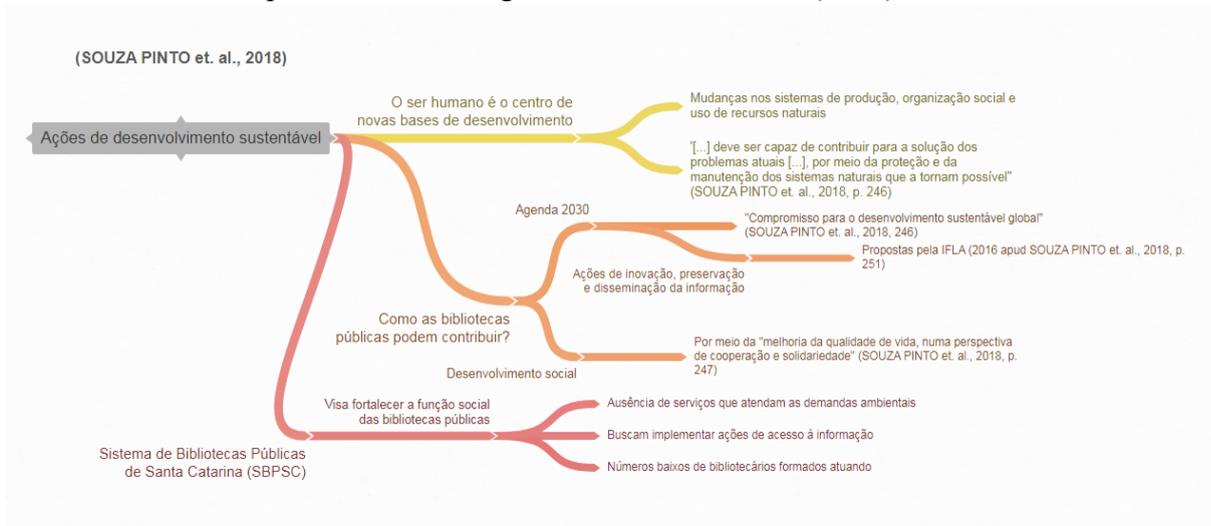
APÊNDICE D - Mapa baseado no artigo de Lessa e Gomes (2017)



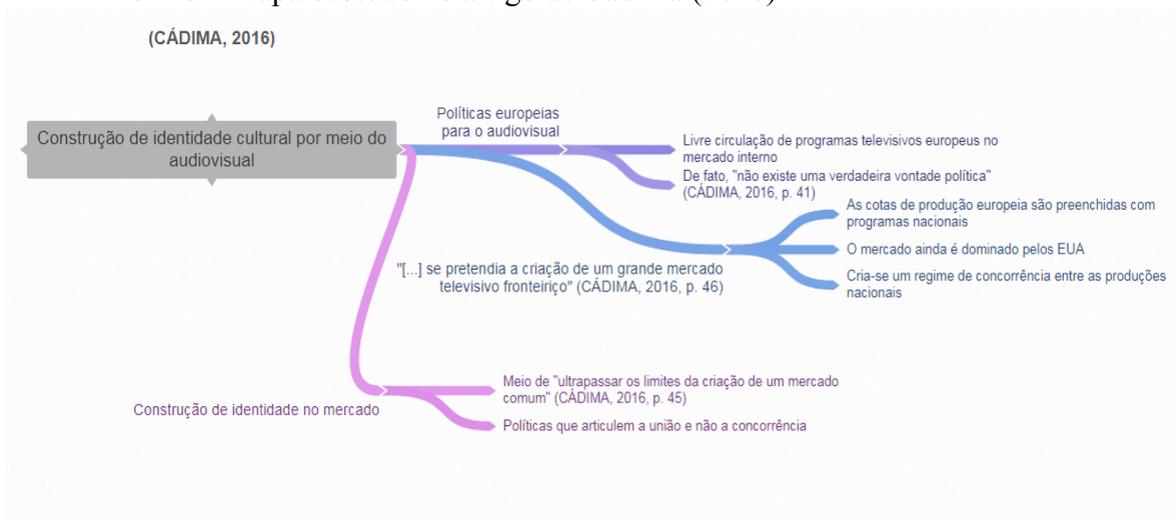
APÊNDICE E - Mapa baseado no artigo de Mendonça et al. (2018)



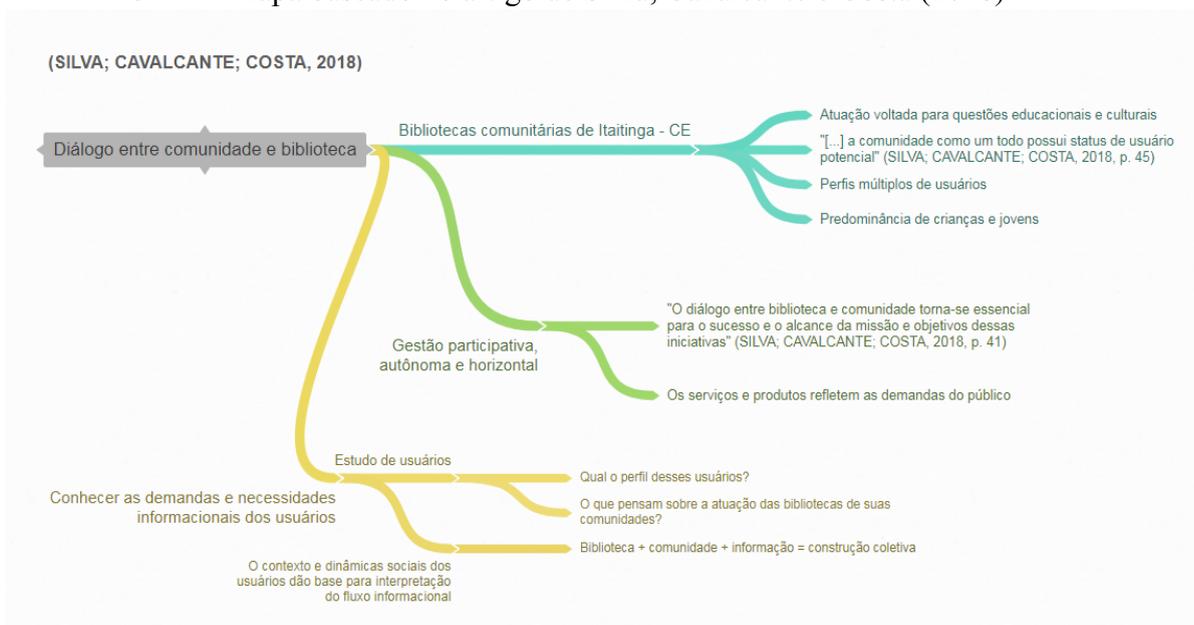
APÊNDICE F - Mapa baseado no artigo de Souza Pinto et al. (2018)



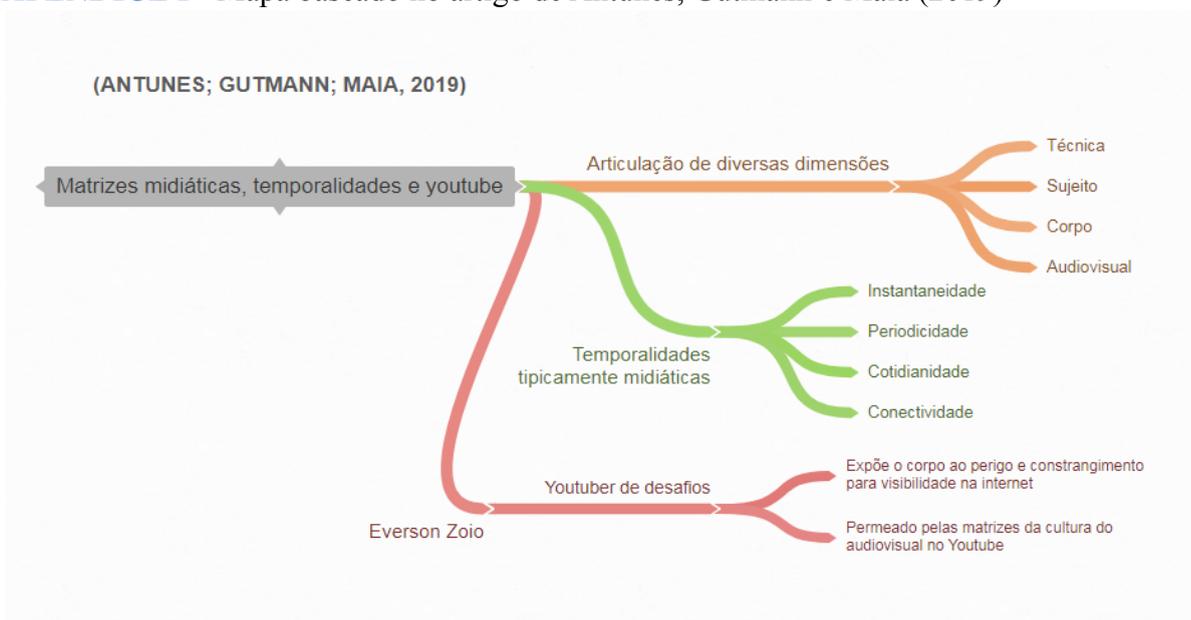
APÊNDICE G - Mapa baseado no artigo de Cádima (2016)



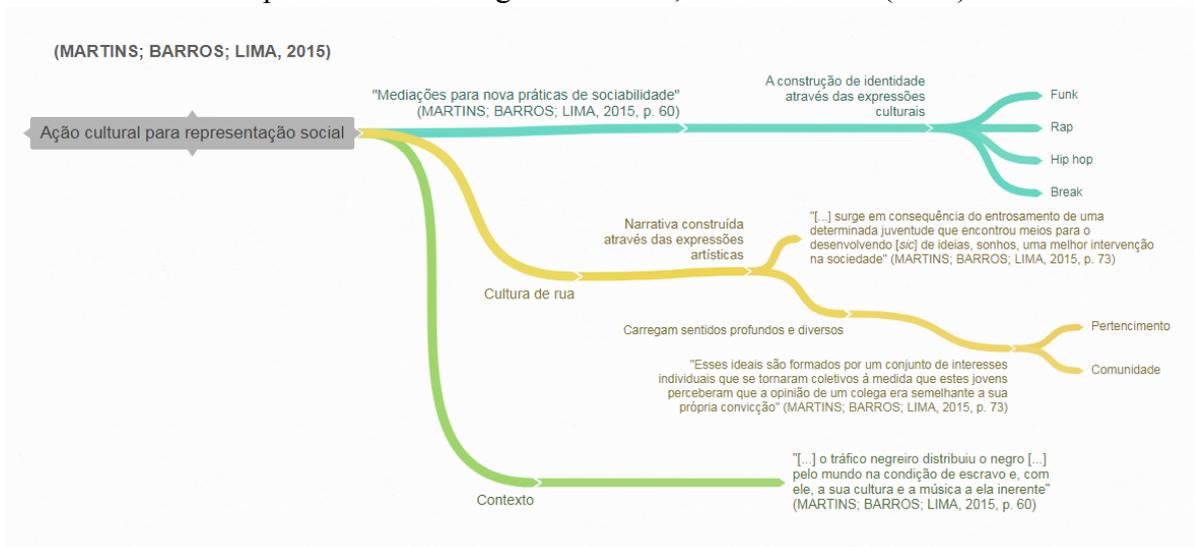
APÊNDICE H - Mapa baseado no artigo de Silva, Cavalcante e Costa (2018)



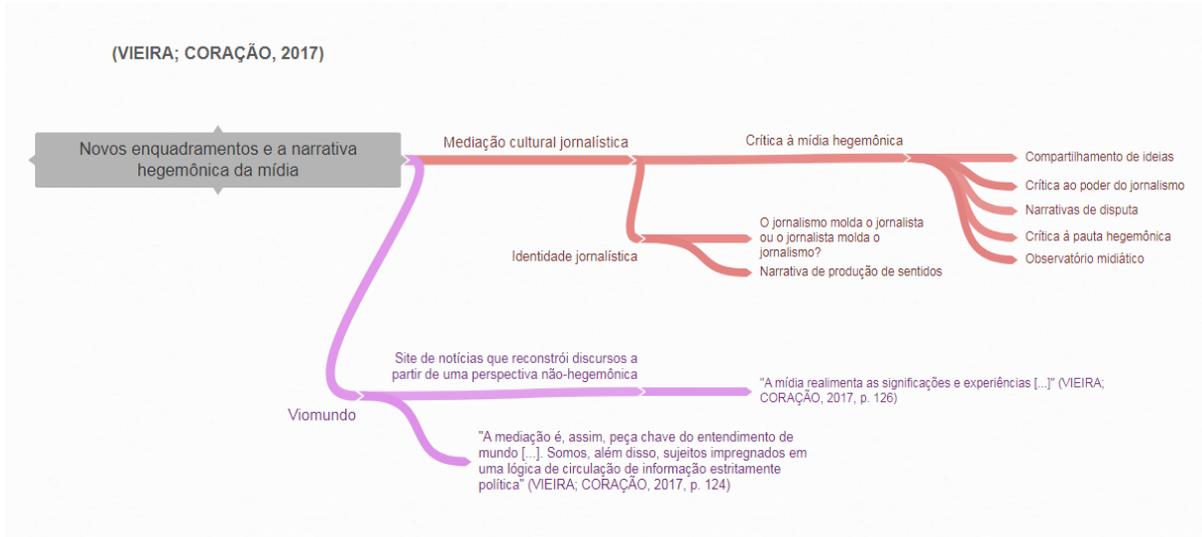
APÊNDICE I - Mapa baseado no artigo de Antunes, Gutmann e Maia (2019)



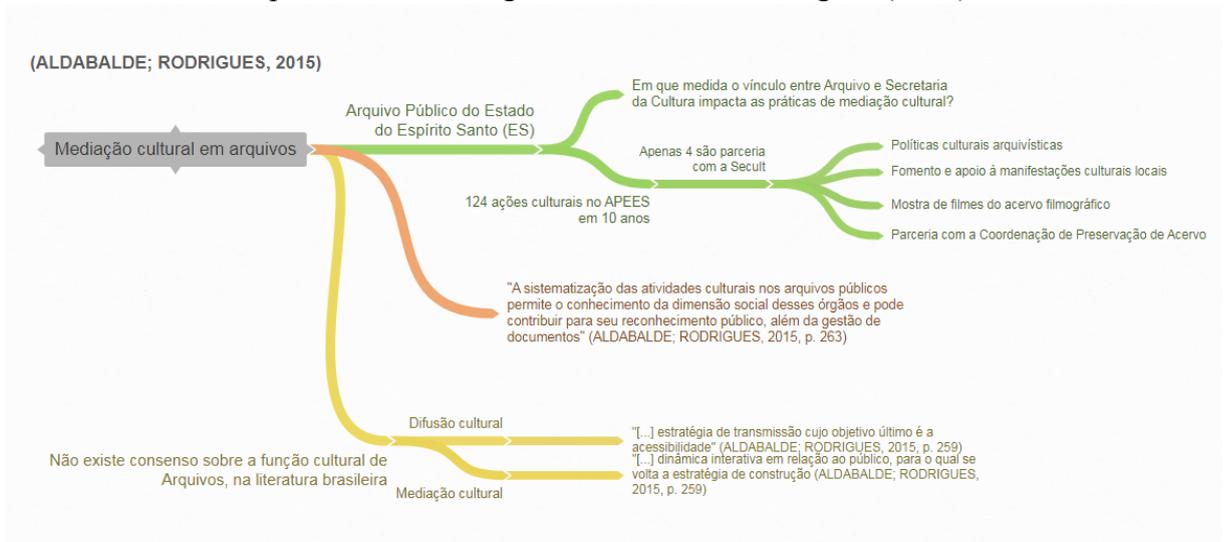
APÊNDICE J - Mapa baseado no artigo de Martins, Barros e Lima (2015)

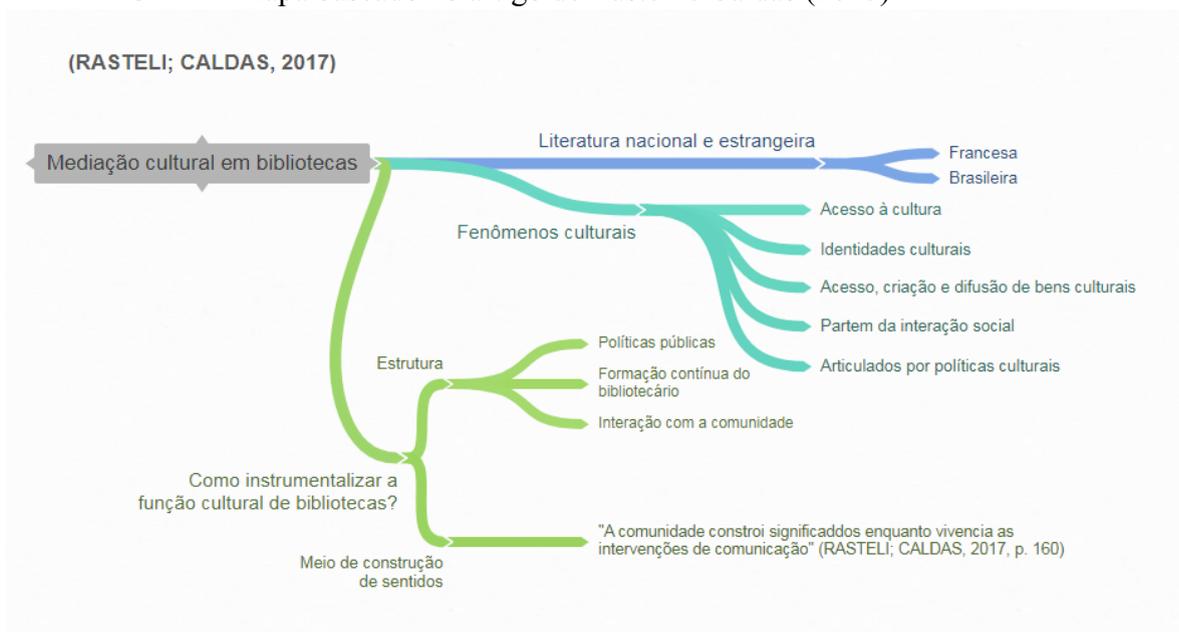


APÊNDICE K - Mapa baseado no artigo de Vieira e Coração (2017)



APÊNDICE L - Mapa baseado no artigo de Aldabalde e Rodrigues (2015)

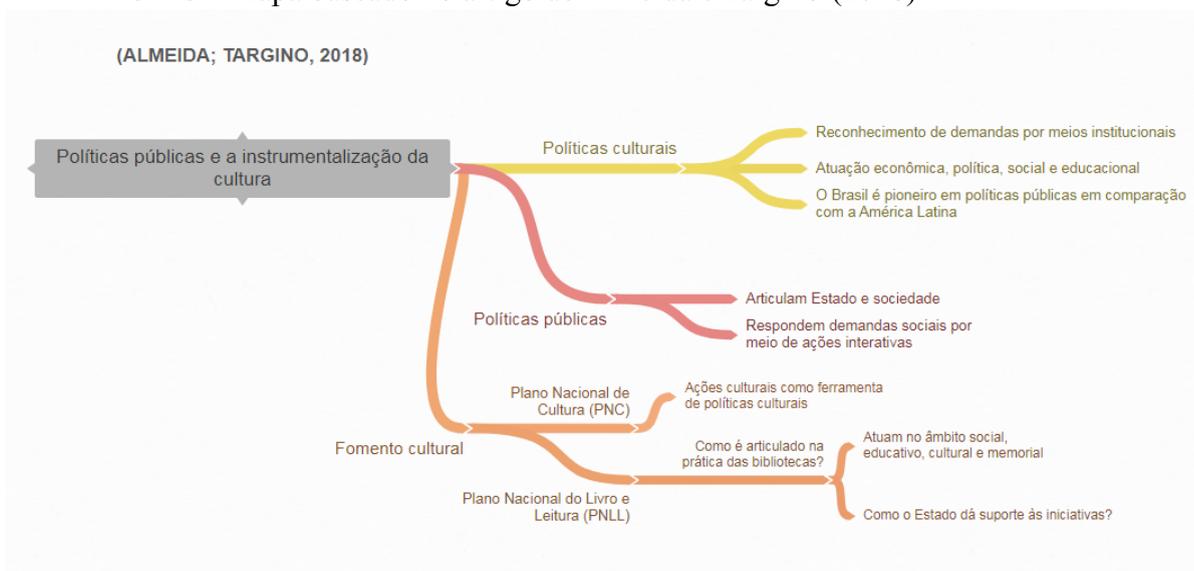


APÊNDICE M - Mapa baseado no artigo de Rasteli e Caldas (2017)

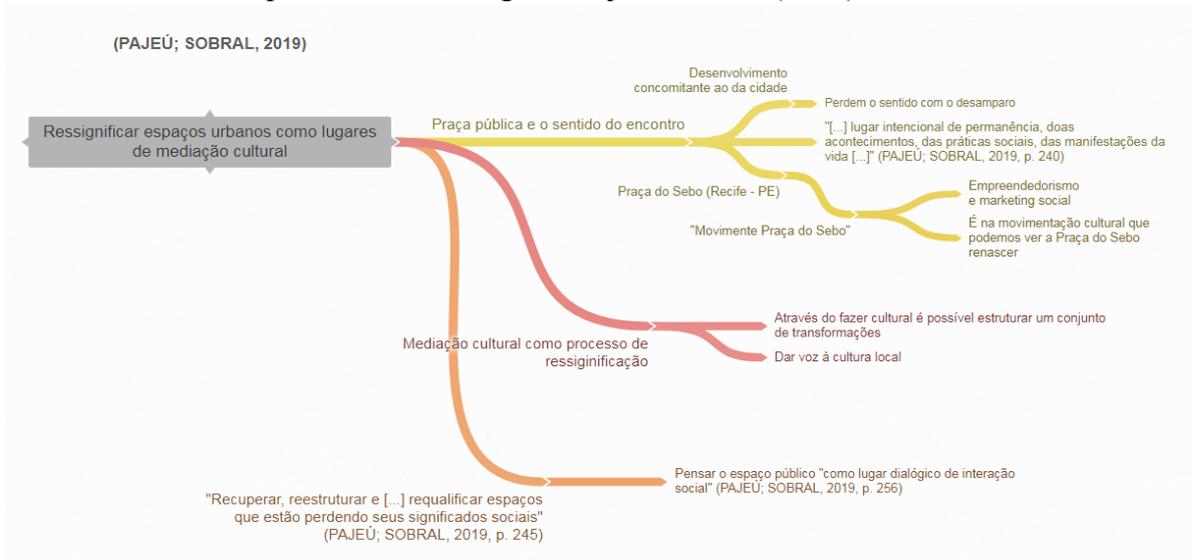
APÊNDICE N - Mapa baseado no artigo de Rangel (2015)



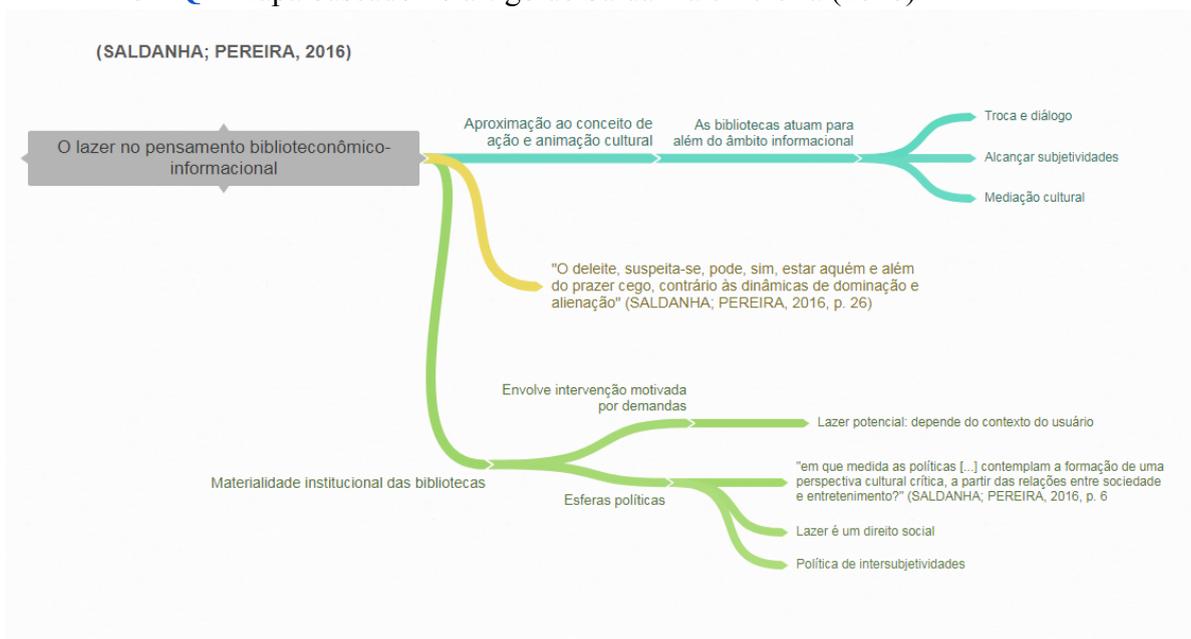
APÊNDICE O - Mapa baseado no artigo de Almeida e Targino (2018)



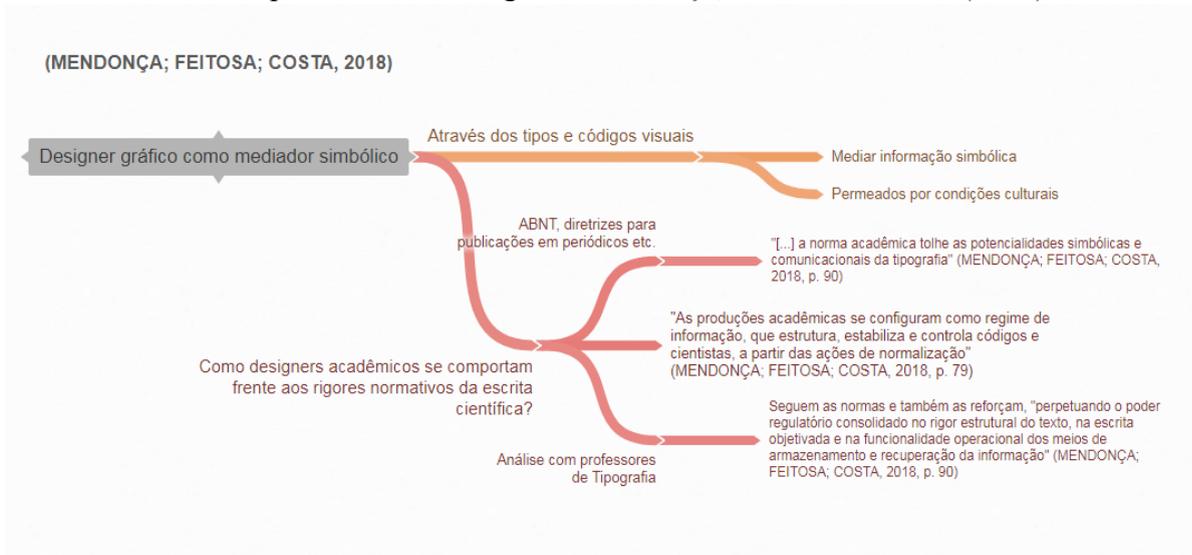
APÊNDICE P - Mapa baseado no artigo de Pajeú e Sobral (2019)



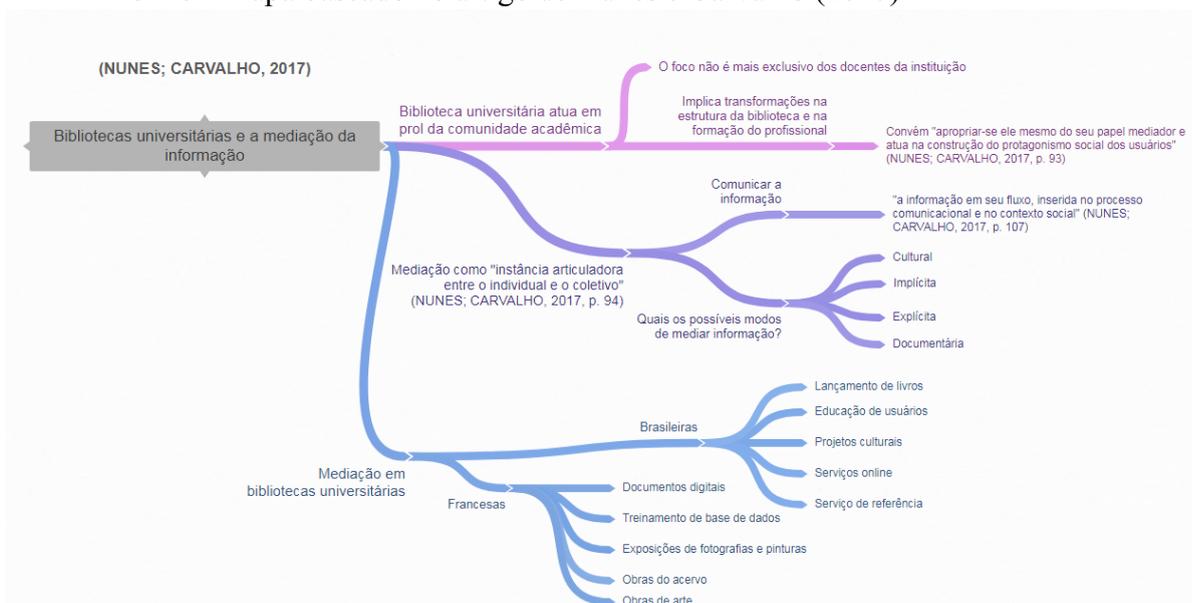
APÊNDICE Q - Mapa baseado no artigo de Saldanha e Pereira (2016)



APÊNDICE R - Mapa baseado no artigo de Mendonça, Feitosa e Correia (2018)

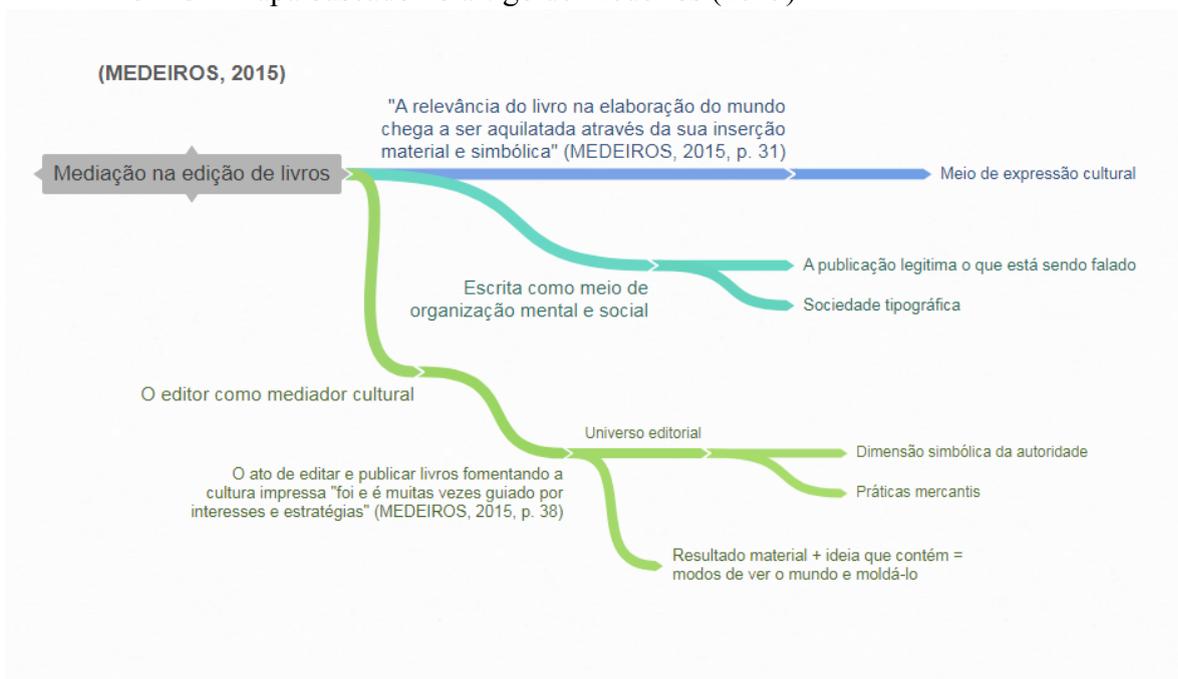


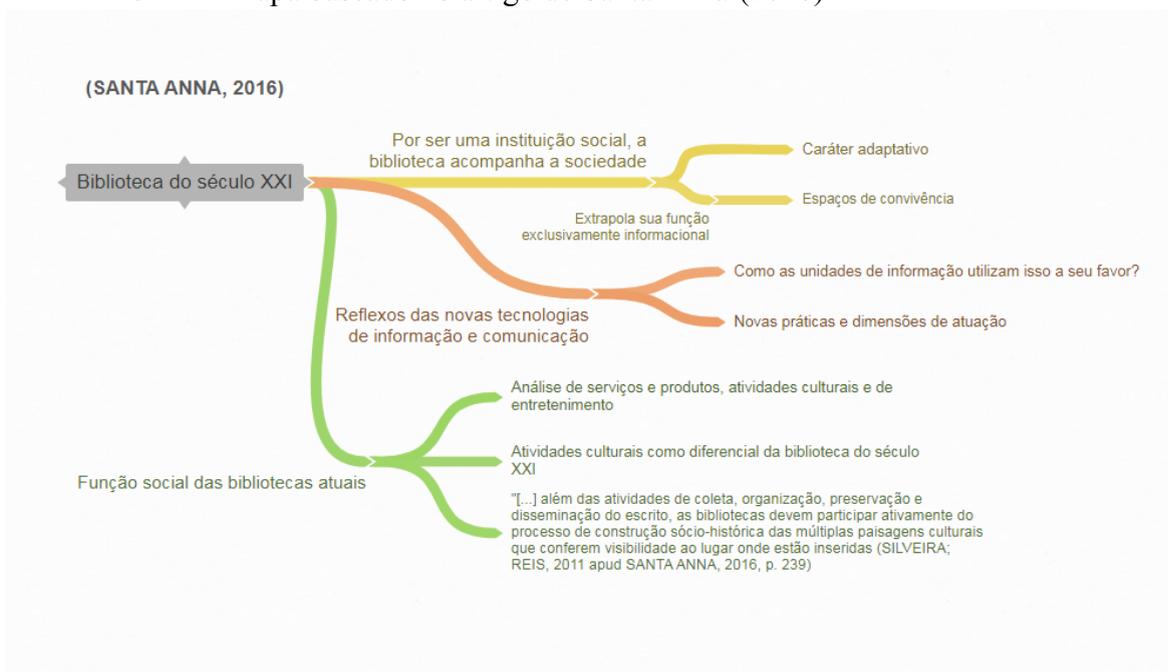
APÊNDICE S - Mapa baseado no artigo de Nunes e Carvalho (2017)



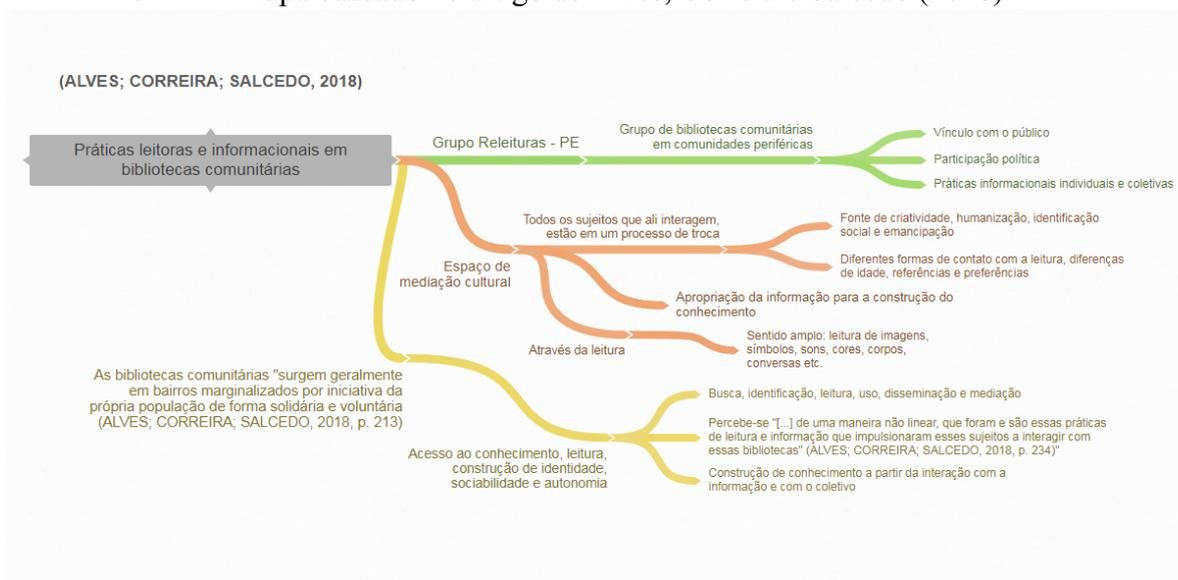
APÊNDICE T - Mapa baseado no artigo de Brentan Junior, Martins e Santos Neto (2018)

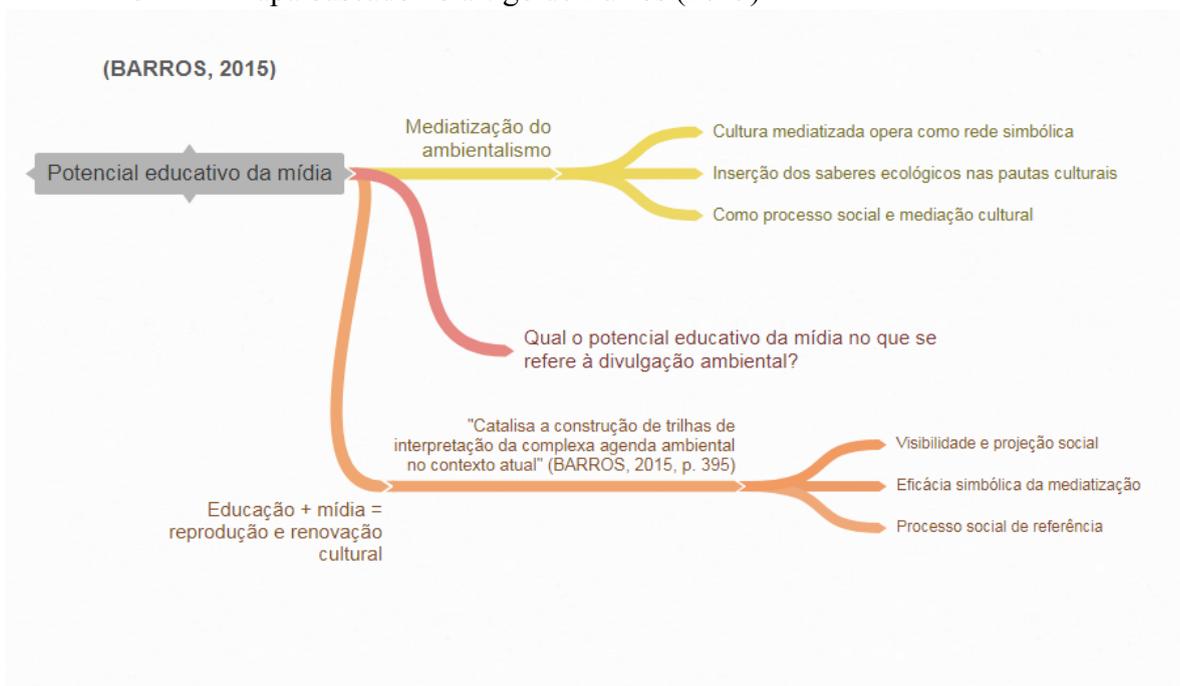
APÊNDICE U - Mapa baseado no artigo de Medeiros (2015)



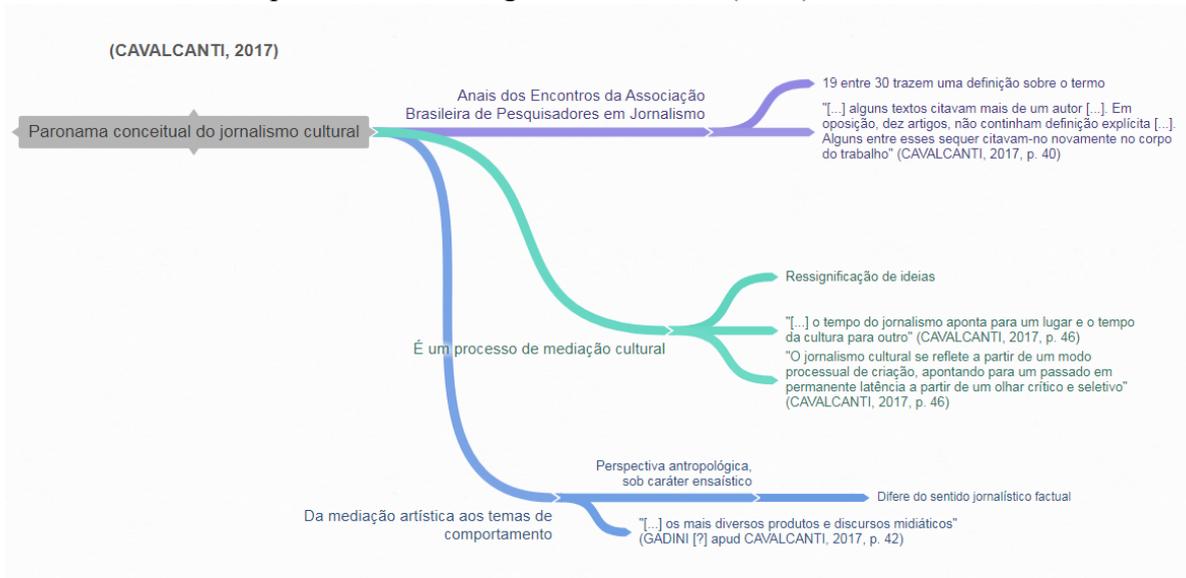
APÊNDICE V - Mapa baseado no artigo de Santa Anna (2016)

APÊNDICE W - Mapa baseado no artigo de Alves, Correia e Salcedo (2018)

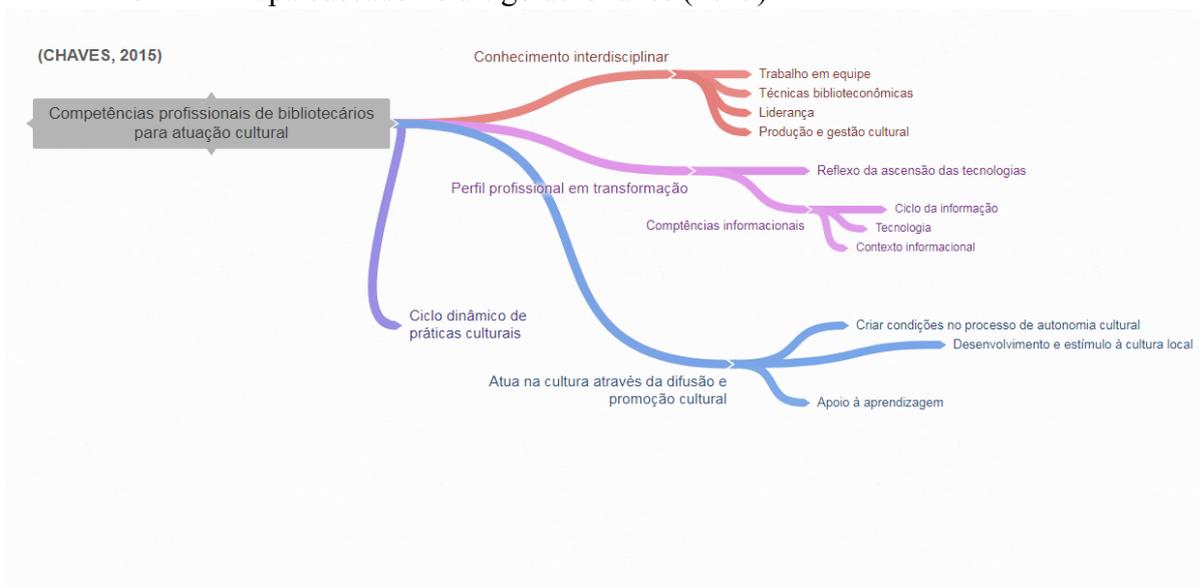


APÊNDICE X - Mapa baseado no artigo de Barros (2015)

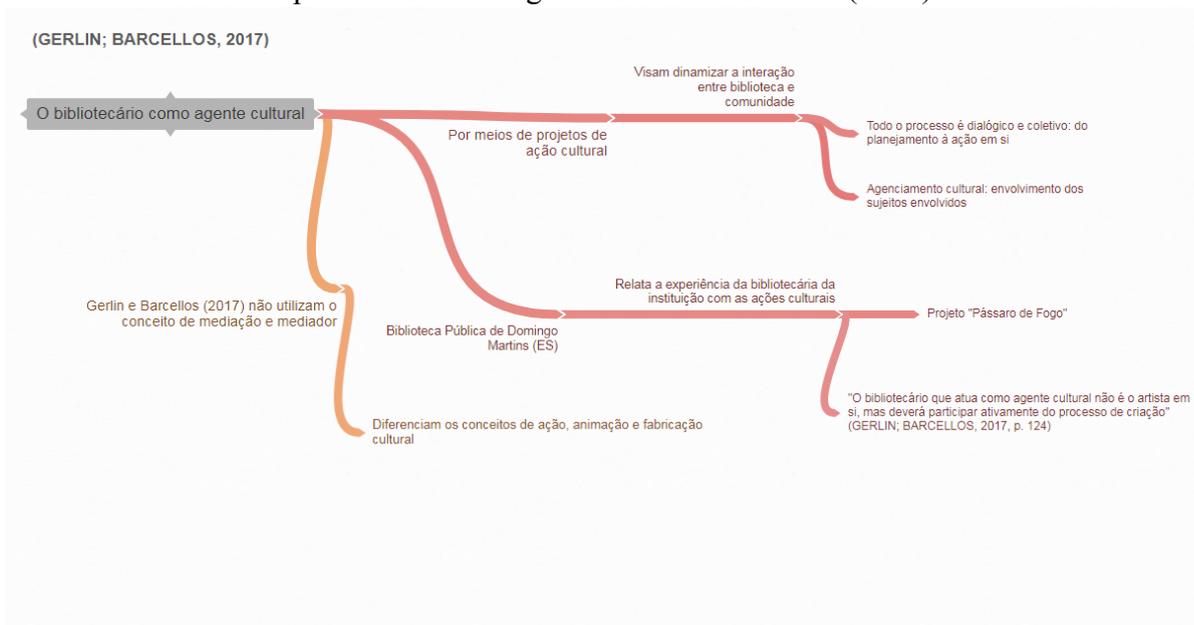
APÊNDICE Y - Mapa baseado no artigo de Cavalcanti (2017)



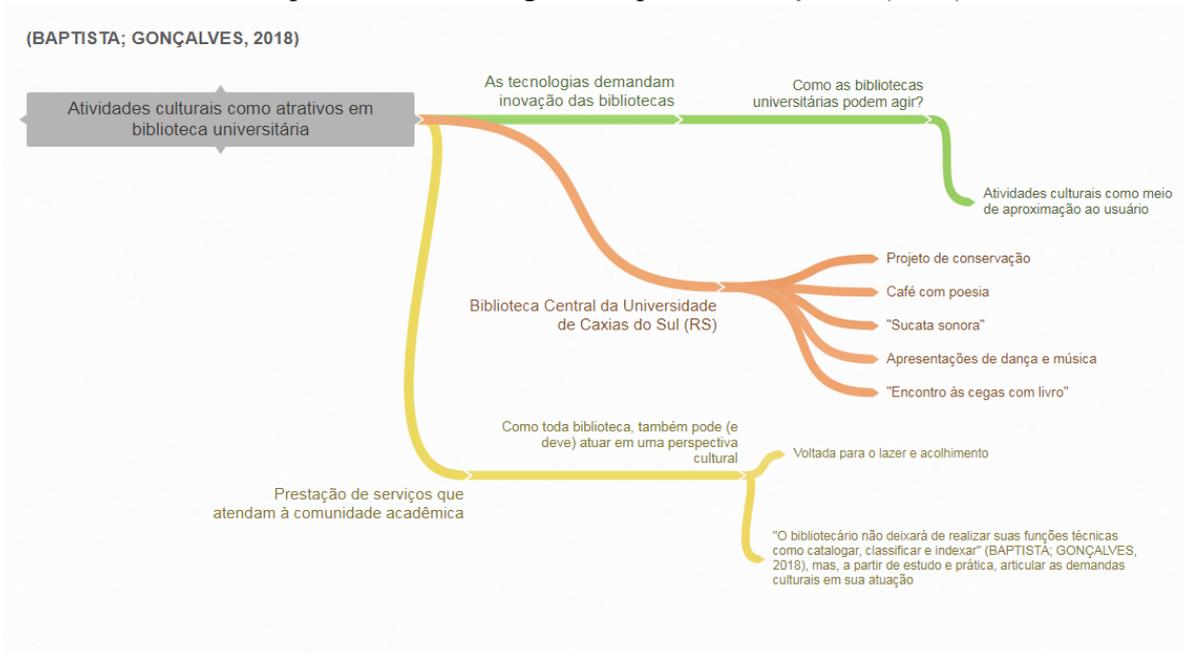
APÊNDICE Z - Mapa baseado no artigo de Chaves (2015)



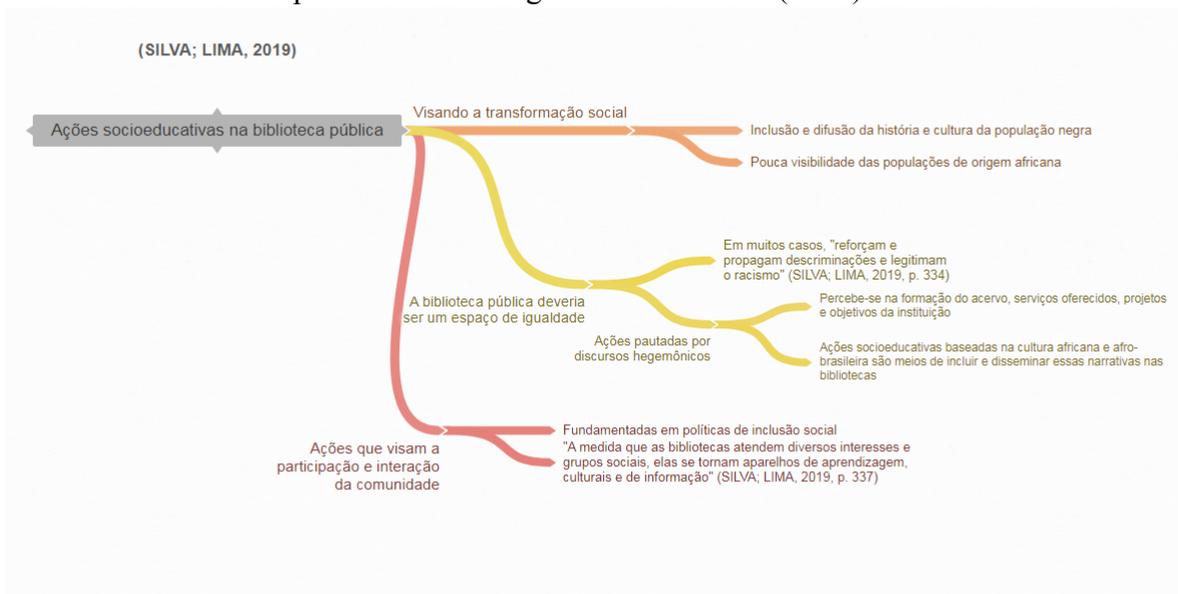
APÊNDICE AA - Mapa baseado no artigo de Gerlin e Barcellos (2017)



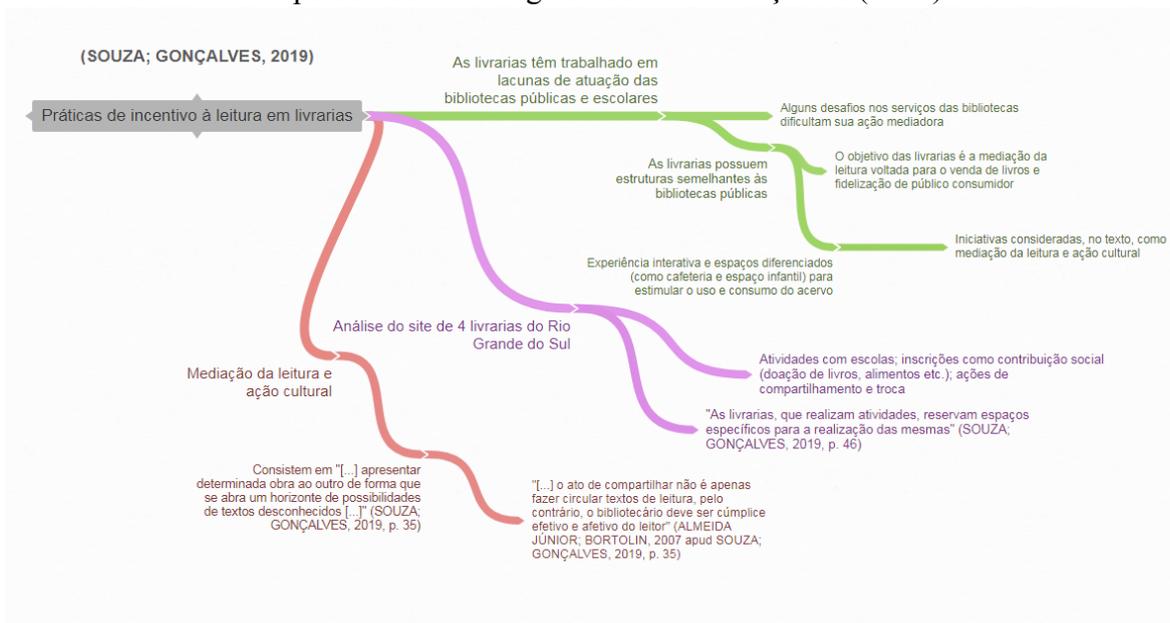
APÊNDICE AB - Mapa baseado no artigo de Baptista e Gonçalves (2018)



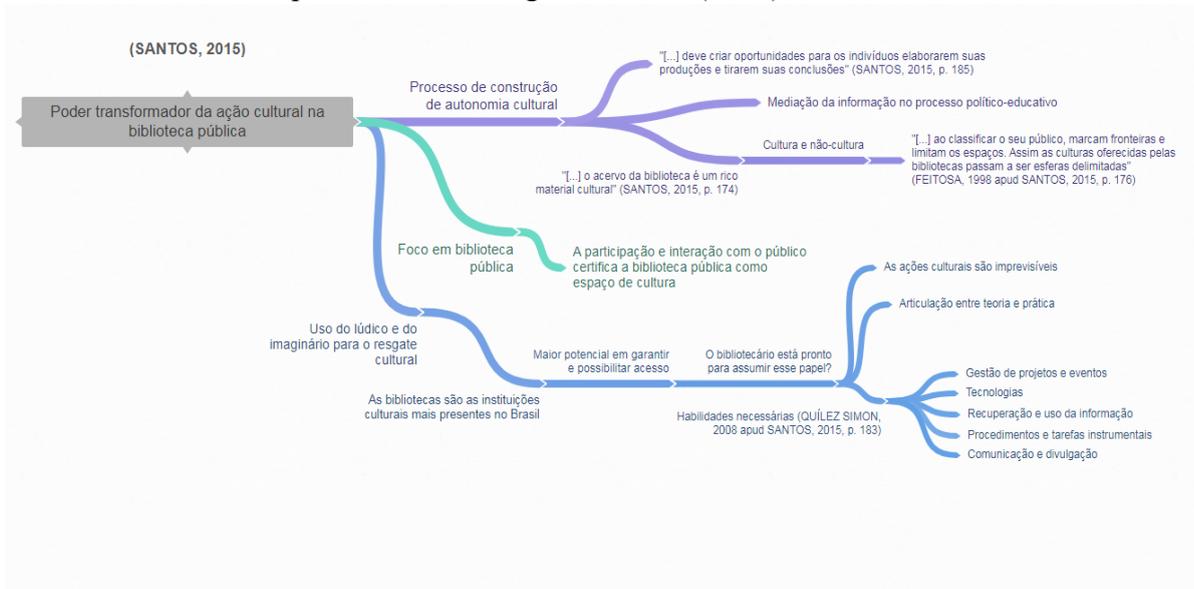
APÊNDICE AC - Mapa baseado no artigo de Silva e Lima (2019)



APÊNDICE AD - Mapa baseado no artigo de Souza e Gonçalves (2019)

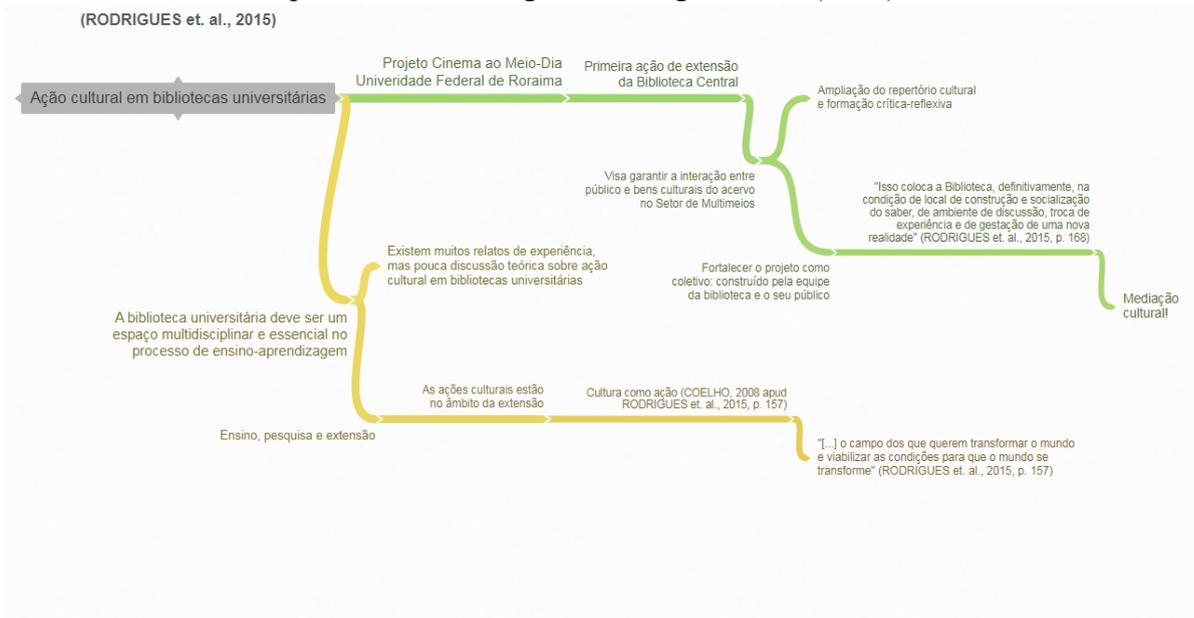


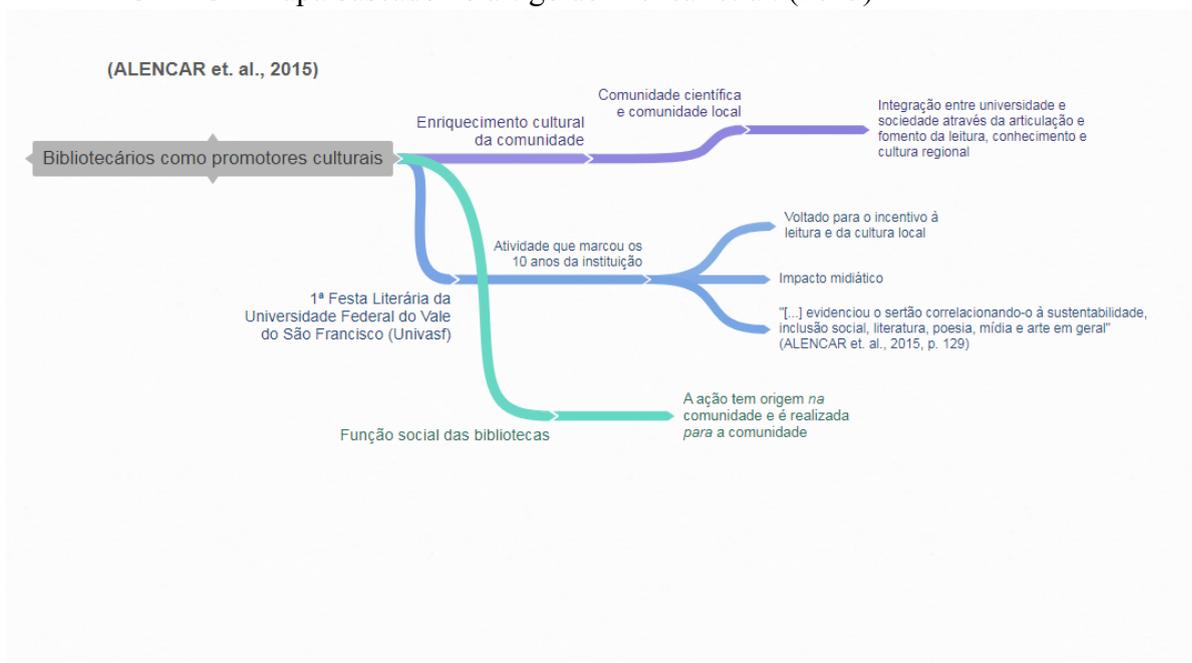
APÊNDICE AE - Mapa baseado no artigo de Santos (2015)



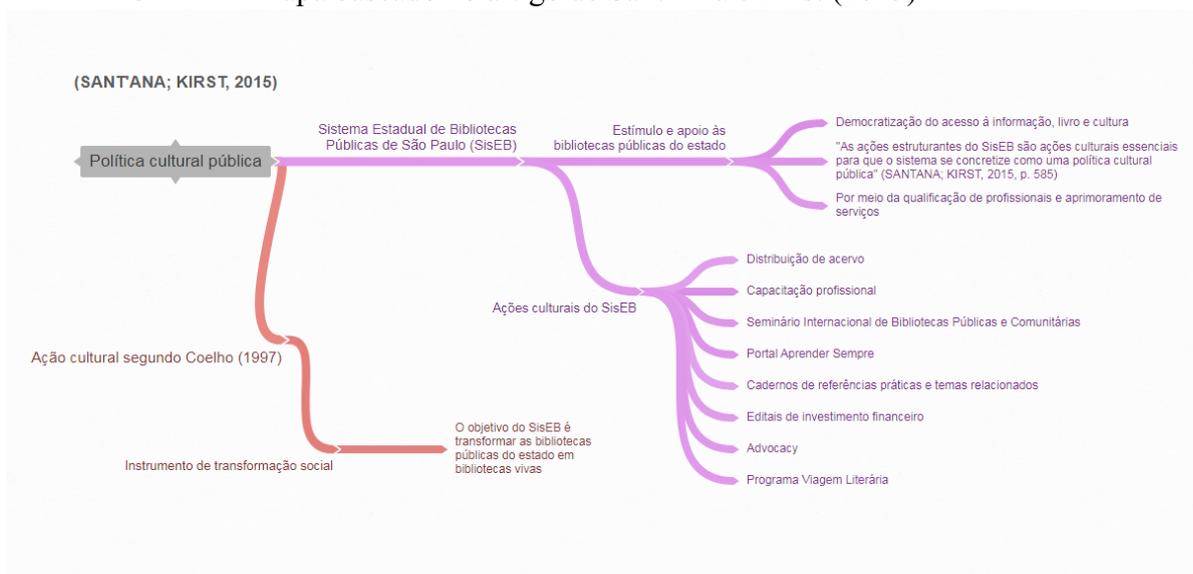
APÊNDICE AF - Mapa baseado no artigo de Rodrigues et al. (2015)

(RODRIGUES et. al., 2015)

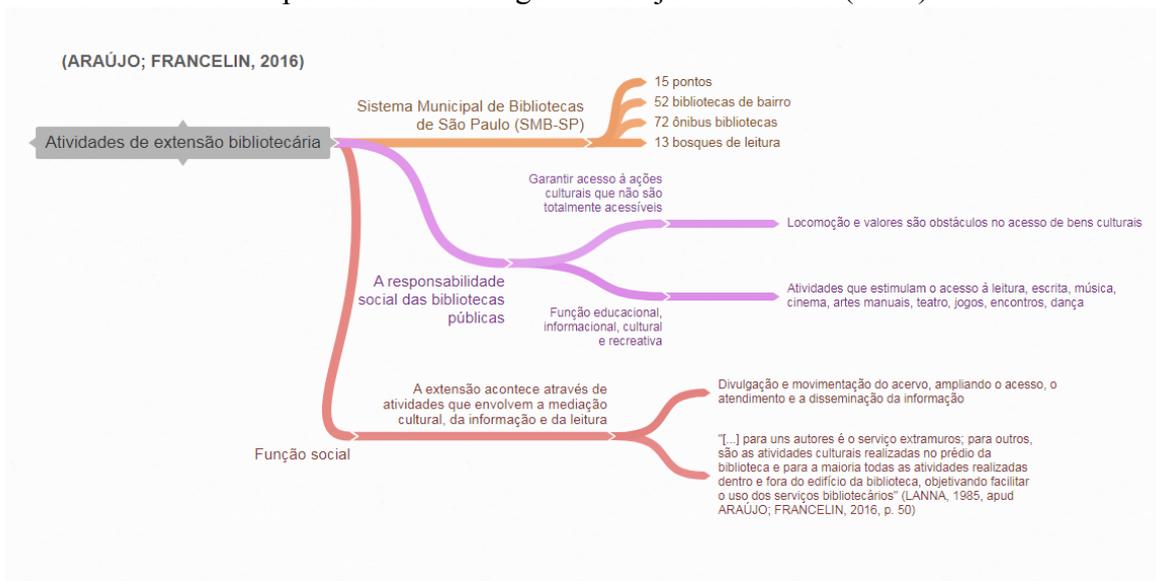


APÊNDICE AG - Mapa baseado no artigo de Alencar et al. (2015)

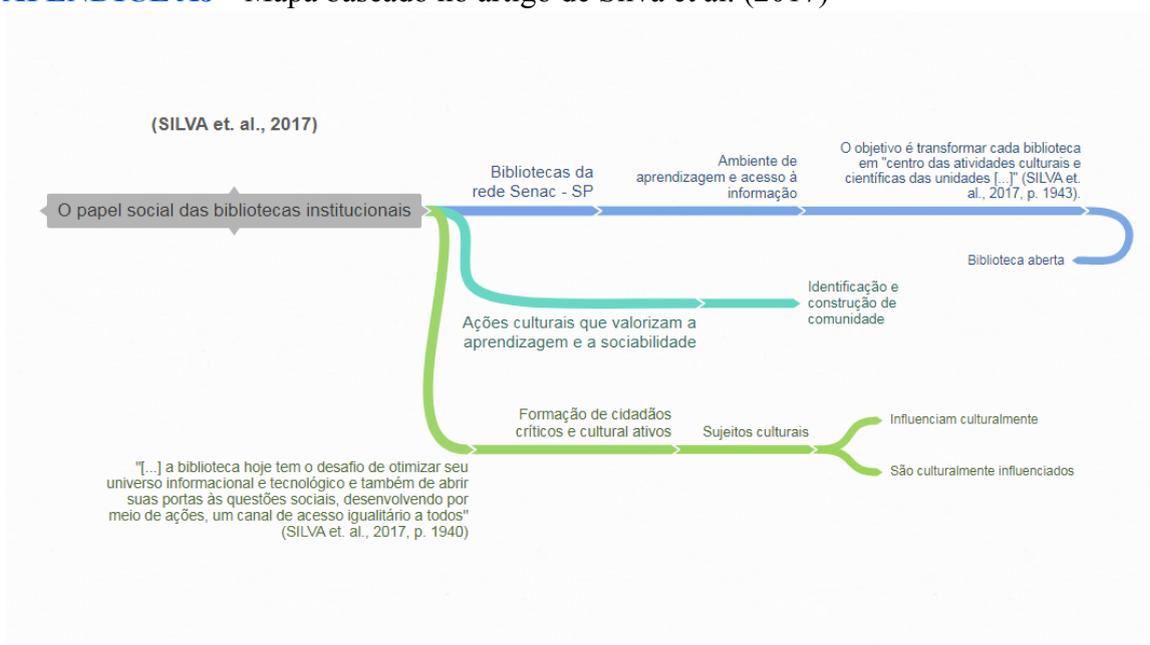
APÊNDICE AH - Mapa baseado no artigo de Sant'Ana e Kirst (2015)



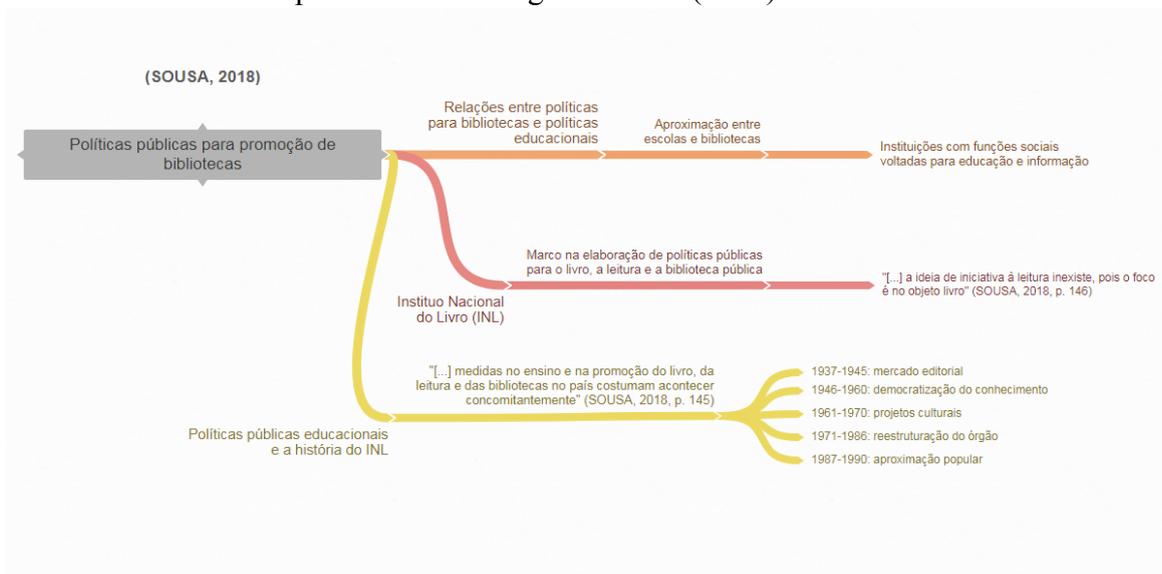
APÊNDICE AI - Mapa baseado no artigo de Araújo e Francelin (2016)



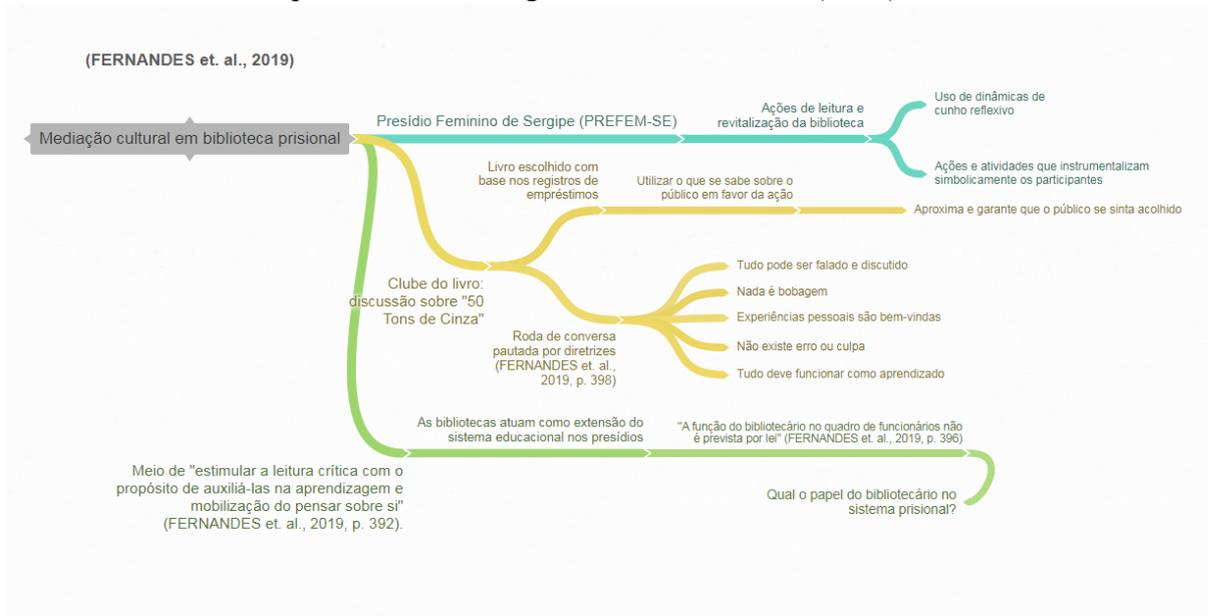
APÊNDICE AJ - Mapa baseado no artigo de Silva et al. (2017)



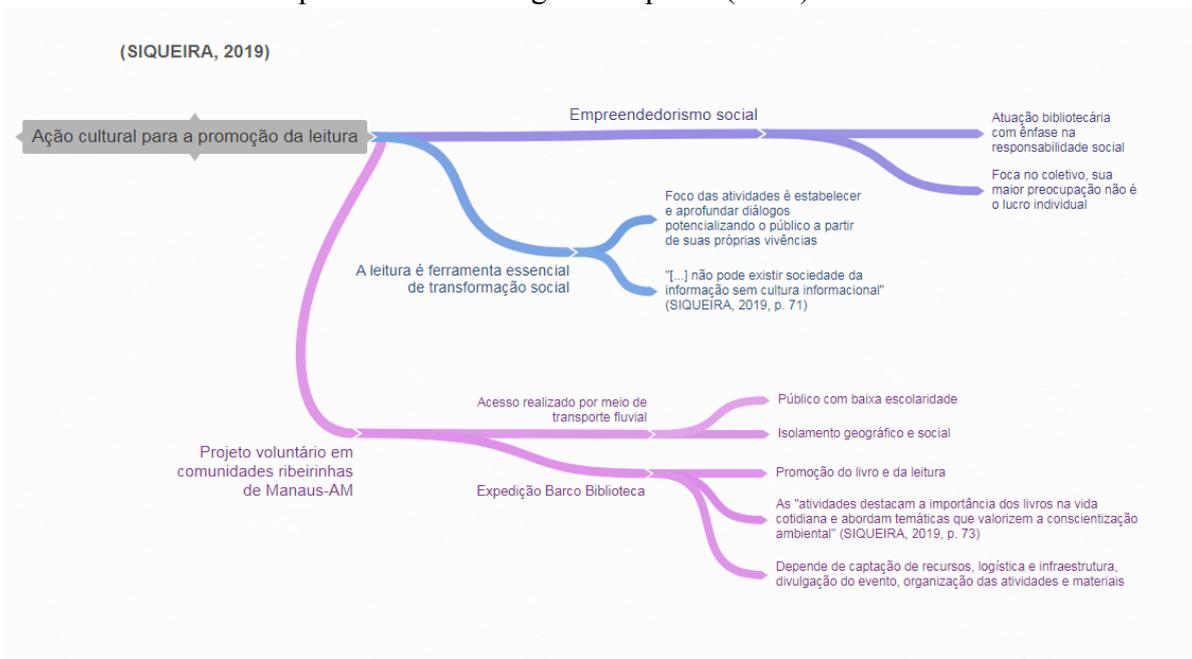
APÊNDICE AK - Mapa baseado no artigo de Sousa (2018)

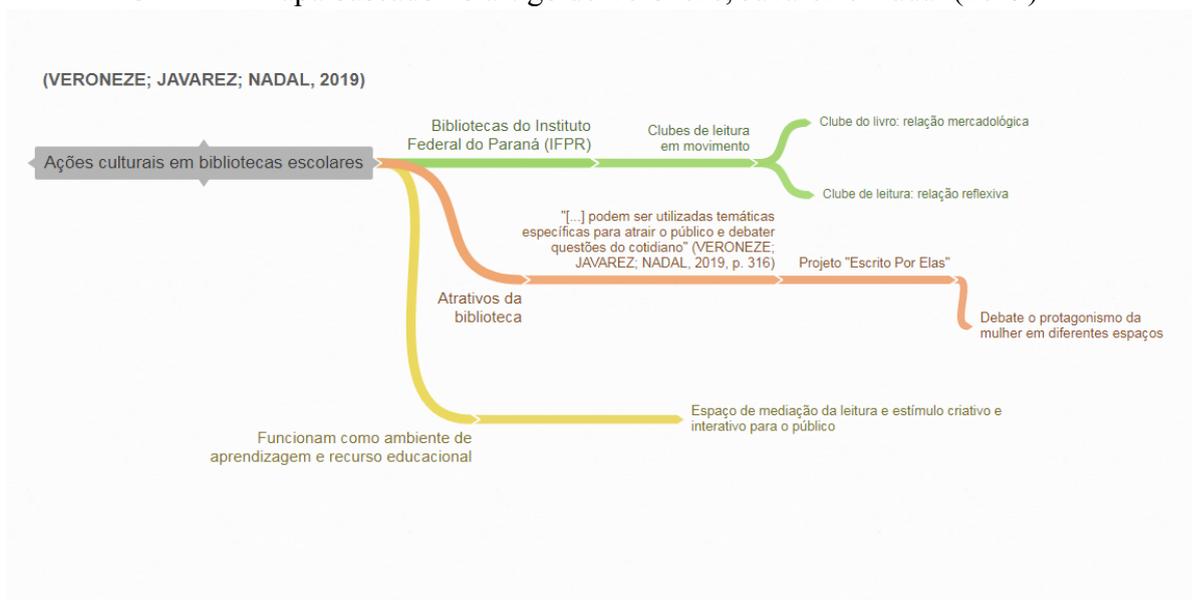


APÊNDICE AL - Mapa baseado no artigo de Fernandes et al. (2019)

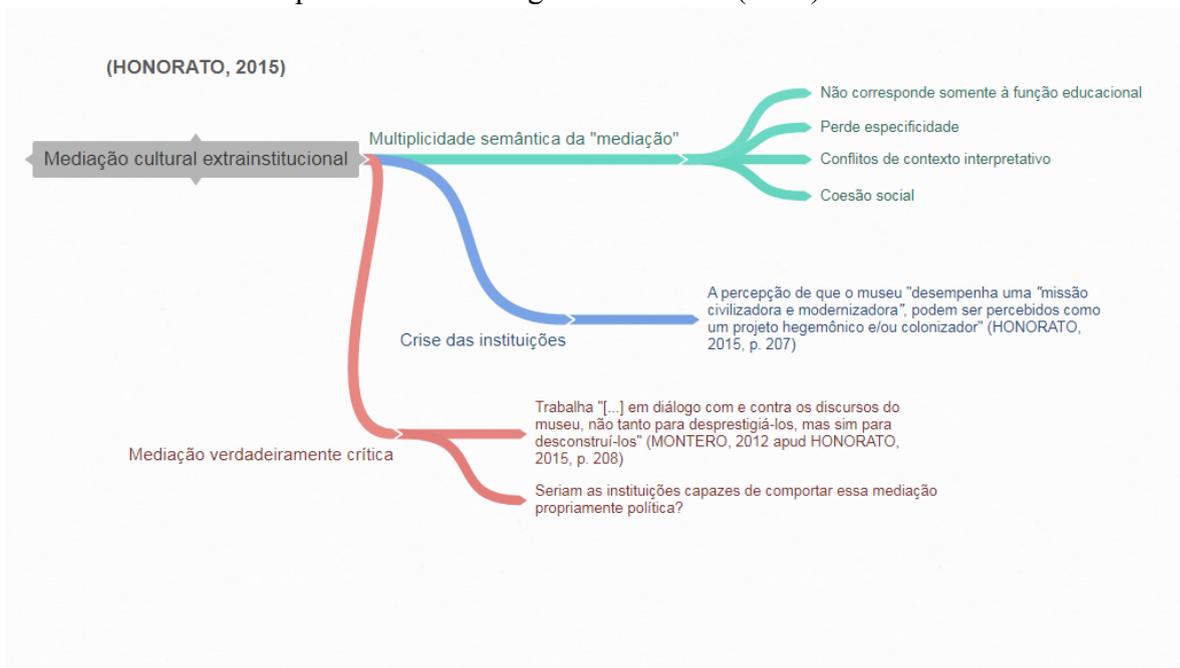


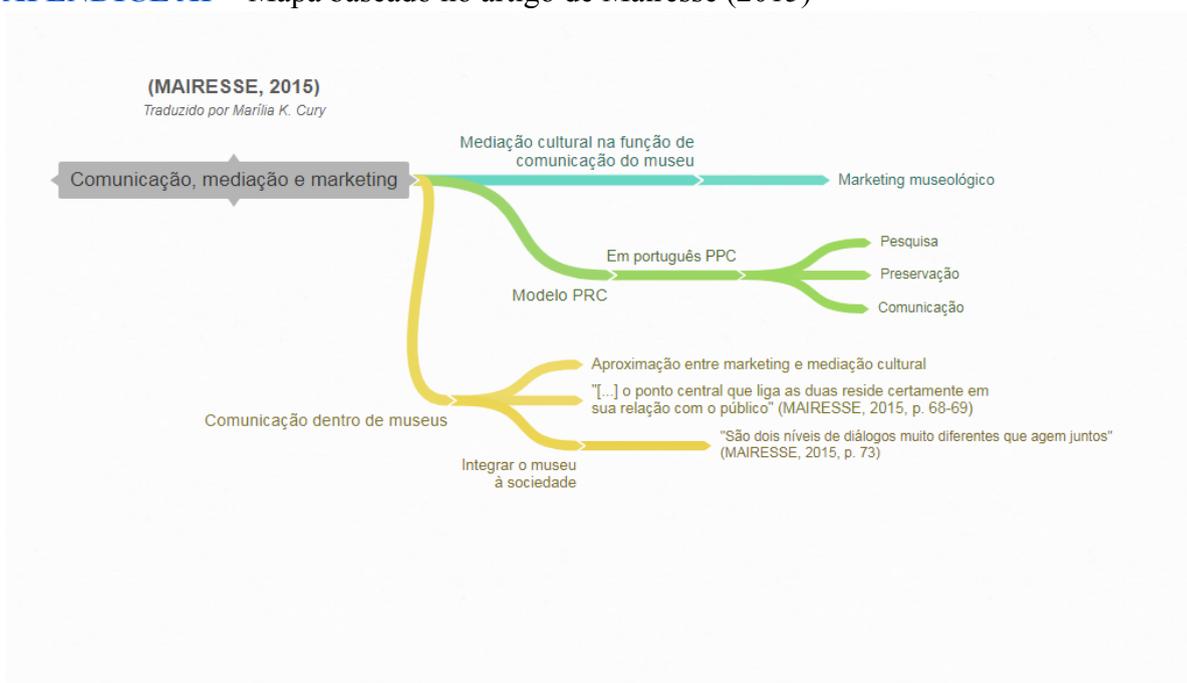
APÊNDICE AM - Mapa baseado no artigo de Siqueira (2019)



APÊNDICE AN - Mapa baseado no artigo de Veroneze, Javarez e Nadal (2019)

APÊNDICE AO - Mapa baseado no artigo de Honorato (2015)



APÊNDICE AP - Mapa baseado no artigo de Mairesse (2015)

APÊNDICE AQ - Mapa baseado no artigo de Carvalho, Miranda e Rocha (2019)

APÊNDICE AR - Mapa baseado no artigo de Paiva (2016)

